

ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM

**A FILIAÇÃO SINDICAL RURAL DA MULHER:
FATOR DE EMPODERAMENTO?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

Amorim, Érika Oliveira, 1978-

A524f
2012

A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?
/ Érika Oliveira Amorim. – Viçosa, MG, 2012.
159f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 140-146

1. Mulheres do campo - Brasil - Condições sociais.
 2. Sindicalismo. 3. Mulheres na agricultura - Brasil.
 4. Agricultura familiar - Aspectos sociais. 5. Gênero.
- I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 305.4363

ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM

**A FILIAÇÃO SINDICAL RURAL DA MULHER:
fator de empoderamento?**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovada: 02 de julho de 2012

Prof. Ana Livia de Souza Coimbra

Prof. José Ambrósio Ferreira Neto

Prof^a Ana Louise de Carvalho Fiúza
Orientadora

Dedico esta dissertação a minha família, por me mostrar o valor do trabalho e da determinação para alcançar nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, pela saúde e por fortalecer, a cada dia, a minha fé.

A meus pais, Maurício Amorim Primo e Maria Elisabeth Oliveira Amorim pelo apoio irrestrito e por me ensinarem o valor do trabalho, da dedicação, do comprometimento e da honestidade. A vocês dedico cada vírgula, cada linha escrita nessa dissertação.

Agradeço aos meus irmãos Rodrigo e Rafael por serem tão importantes para mim e por fazerem parte de minhas conquistas.

Às minhas cunhadas Arlinda e Manuela por integrarem minha amada família.

Ao meu sobrinho Artur, que ainda tão pequeno, já dá imensas lições de amor.

À minha orientadora Professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, que confiou no meu projeto de pesquisa e proporcionou essa grande oportunidade de crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

À minha coorientadora Professora Neide Maria de Almeida Pinto pelas valiosas contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa e corpo de docentes, em especial aos professores José Norberto Muniz, Sheila Maria Doula, Nora Presno Amodeo, France Maria Gontijo Coelho e José Ambrósio Ferreira Neto.

À professora Ana Livia de Souza Coimbra, da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela leitura atenta e interessada que fez deste trabalho e pela participação na banca de defesa.

À CAPES, que concedeu as bolsas de estudo no primeiro ano do mestrado.

Ao CNPq, pelas bolsas do último ano do mestrado e, em especial, pelos auxílios financeiros através do projeto 402398/2010-6 (Edital número 20/2010), que custearam a pesquisa de campo e aquisição de materiais (papéis, cartuchos para impressão, filmadora, livros), fundamentais para que esta pesquisa se concretizasse.

Ao grupo de pesquisa GERAR (Grupo de Estudos Rurais, Agriculturas e Ruralidades) que muito contribuiu para meu amadurecimento acadêmico.

Aos colegas da turma do Mestrado de 2010, aos que ingressaram em 2011 e aos do Mestrado Inter-Institucional (MINTER).

Em especial, agradeço aos que compartilharam comigo de momentos inesquecíveis, de gargalhadas e de lágrimas. Meus especiais agradecimentos à Nathália Thaís e Dayse Cosmo

por terem me hospedado de forma tão carinhosa no período final do Mestrado. Obrigada pela amizade e por compartilharem momentos inesquecíveis tanto na esfera “sistêmica” quanto na “vivida”. Agradeço à Lidiane Nunes, por sua leitura atenta e relevantes contribuições. Meus agradecimentos a estudiosa e dedicada Maria Simone Euclides, pelo carinho e acolhida. À Aline Delesposte por partilhar idéias e as delícias de sua culinária. Igualmente agradeço a Daniel Duarte, pela fraternidade e companhia nos almoços e cafés e à meiguice de Patrícia Ferraz e suas preciosas colaborações.

Às queridas Daniele Torres, Flávia Batista e Luciane Oliveira por me ajudarem a enveredar nos caminhos da Estatística.

À Carminha, que além de eficiente e prestativa secretária da Pós-Graduação, nos acolhe como mãe.

À Anízia, Helena, Leony e Tedinha, sempre dispostas a nos ajudar.

A todos os dirigentes e funcionários dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz pelo apoio e participação fundamentais que tiveram para que essa pesquisa se realizasse, fornecendo informações e acompanhando nas visitas e entrevistas.

Aos funcionários dos Postos de Atendimento do Programa Saúde da Família pela gentileza em fornecer seus dados e por serem mediadores para a realização das visitas aos domicílios.

E, por fim, aos moradores das regiões pesquisadas, principalmente as mulheres que gentilmente me receberam em seus lares, responderam aos questionários e confiaram a mim um pouco de suas histórias de vida. Fica aqui não apenas o meu agradecimento, mas minha admiração.

“Esta humanidade da mulher, levada a termo entre dores e humilhações há de vir à luz, uma vez despidas, nas transformações de sua situação exterior, as convenções de exclusiva feminilidade. Os homens que não a sentem vir ainda, serão por ela surpreendidos e derrotados. Um ali estará a moça, ali estará a mulher cujo nome não mais significará apenas uma oposição ao macho nem suscitará a idéia de complemento e de limite, mas sim a de vida, de existência: a mulher-ser-humano.”
(Maria Rainer Rilke)

BIOGRAFIA

Érika Oliveira Amorim, filha de Maurício Amorim Primo e Maria Elisabeth Oliveira Amorim, nasceu em 30 de janeiro de 1978 em Carangola – MG. Coursou o Ensino Fundamental na Escola Servita Regina Pacis e o Ensino Médio na Escola Estadual João Bello de Oliveira, em Carangola – MG. Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola, unidade da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), em julho de 1999. Em março de 2010 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, do Departamento de Economia Rural, na Universidade Federal de Viçosa, obtendo o título de mestre em junho de 2012. É professora da rede pública estadual de Minas Gerais desde 2003. Em 2005 assumiu em caráter efetivo as aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio na Escola Estadual Professor Francisco Lentz, município de Caparaó, onde atua até os dias atuais. Em 2012 tomou posse no cargo de Professor II História, na Secretaria Municipal de Educação de Muriaé, Minas Gerais, para lecionar para os anos finais do Ensino Fundamental.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	16
RESUMO	18
ABSTRACT	19
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 RELEVÂNCIA DO TEMA PESQUISADO	21
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
1.2.1 <i>Identificação e delimitação da área de estudo</i>	23
2 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	38
CAPÍTULO 1	40
SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL	40
1.1 O SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	44
1.1.1 <i>O sindicalismo de trabalhadores rurais de Alto Caparaó</i>	50
1.1.2 <i>O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caiana</i>	51
1.1.3 <i>O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caparaó</i>	51
1.1.4 <i>O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carangola</i>	53
1.1.5 <i>O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Espera Feliz</i>	56
CAPÍTULO 2	60
AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE PODER E EMPODERAMENTO	60
2.1 CONCEPÇÕES ACERCA DO PODER DE AÇÃO DO INDIVÍDUO	61
2.2 A CRENÇA NA ESTRUTURA NORMATIVA	62
2.3 <i>A força da estrutura e a força do indivíduo</i>	63
2.4 <i>O poder do indivíduo</i>	66
2.5 A MULHER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	70
2.6 PERCEBENDO AS DIFERENÇAS ENTRE PARTICIPAR E SER FILIADO	74
CAPÍTULO 3	83
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	83
3.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRAGEM.....	86
3.1.1 <i>Cálculo da amostra para mulheres sindicalizadas rurais</i>	87
3.1.2 <i>Cálculo da amostra para mulheres não sindicalizadas</i>	91
3.2 PROCESSAMENTO DOS DADOS	98
3.2.1 <i>Métodos de análise</i>	99
CAPÍTULO 4	101
AS POSSIBILIDADES DE EMPODERAMENTO PÚBLICO E PRIVADO DA MULHER RURAL	101

4.1 EMPODERAMENTO POLÍTICO.....	103
4.1.1 <i>Participação coletiva</i>	103
4.1.2 <i>Empoderamento e atuação em redes de relações sociais</i>	107
4.2 EMPODERAMENTO SOCIAL.....	110
4.2.1 <i>Acesso às políticas públicas e aos programas de transferência de renda</i>	110
4.2.2 <i>Benefícios previdenciários: um caminho para a conquista da cidadania no campo</i>	113
4.3 EMPODERAMENTO PRIVADO DE SINDICALIZADAS E NÃO SINDICALIZADAS.....	115
4.3.1 <i>O trabalho remunerado como indicador de Empoderamento</i>	115
4.3.2 <i>A perspectiva de empoderamento relacionada à propriedade de bens</i>	119
4.3.3 <i>Controle contraceptivo e planejamento familiar</i>	123
4.3.4 <i>Violência doméstica</i>	125
4.3.5 <i>Liberdade para sair de casa</i>	126
4.3.6 <i>Oportunidade de estudar</i>	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	140
7 APÊNDICES	147

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa de localização dos municípios estudados	23
Foto 1	- Portal de entrada da cidade de Alto Caparaó	27
Foto 2	- Formação rochosa denominada “Face de Cristo”	27
Foto 3	- Cristais encontrados na entrada da Lavra São Roque	29
Foto 4	- Entrada da lavra São Roque	30
Foto 5	- Instalações da antiga casa de máquinas da lavra São Roque	30
Foto 6	- Pequena vila onde se instalavam os trabalhadores da lavra	31
Foto 7	- Serra da comunidade Grumarim (Caparaó)	33
Foto 8	- Placa sinalizadora da rota de peregrinação “Caminho da Luz”	33
Foto 9	- Igreja Matriz de Santa Luzia	34
Foto 10	- Praça Cel. Maximiano (Coreto Principal).....	35
Foto 11	- Comunidade Paraíso (divisa do município de Espera Feliz com o Estado do Espírito Santo).....	37
Foto 12	- Reunião de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz na Comunidade Quicé	47
Foto 13	- Reunião de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carangola na comunidade Cafarnaum	47
Foto 14	- Reunião de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carangola na comunidade Cafarnaum	48
Foto 15	- Sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz preparam almoço para reunião das mulheres associadas. Educandário Sacramentino (Seminário)	49
Foto 16	- Sindicalizados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz preparam almoço para reunião das mulheres associadas. Educandário Sacramentino (Seminário)	49
Foto 17	Presidente do STR de Espera Feliz profere palestra no Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa	82
Foto 18	- Sindicalizada do município de Espera Feliz “roda” o café durante a entrevista	89

Foto 19	- Árvore que indicava o caminho para a propriedade de uma das sindicalizadas entrevistadas	90
Foto 20	- Sindicalizada de Carangola prepara almoço durante a entrevista	90
Foto 21	- Grupo de mulheres sindicalizadas de Carangola em reunião na Comunidade Ponte Alta	91
Foto 22	- Entrevistada não sindicalizada do município de Alto Caparaó	93
Foto 23	- Equipe de Agentes Comunitários de Saúde do Município de Caiana	94
Foto 24	- Equipe de Agentes Comunitários de Saúde do Município de Alto Caparaó..	94
Foto 25	- Agente Comunitário de Saúde acompanha uma entrevista na Comunidade Lacerdina	95
Foto 26	- Agente Comunitário de Saúde acompanha uma entrevista na Comunidade Serra da Galdina	95
Foto 27	- Entrevistada não sindicalizada do município de Carangola lê o termo de consentimento da pesquisa	96
Foto 28	- Entrevistada sindicalizada do município de Carangola assina o termo de consentimento da entrevista	97
Foto 29	- Sindicalizada do município de Alto Caparaó	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Comparativo entre a sindicalização de homens e mulheres no STR de Alto Caparaó	50
Tabela 2	- Comparativo entre a sindicalização de homens e mulheres no STR de Caiana	52
Tabela 3	- Comparativo entre a sindicalização de homens e mulheres no STR de Caparaó	53
Tabela 4	- Comparativo entre a sindicalização de homens e mulheres no STR de Carangola	55
Tabela 5	- Comparativo entre a sindicalização de homens e mulheres no STR de Espera Feliz	57
Tabela 6	- Sindicalizadas ativas nos sindicatos de trabalhadores rurais pesquisados	87
Tabela 7	- Amostra de sindicalizadas nos STR's de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.....	89
Tabela 8	- Mulheres atendidas pelos PSF's de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.	92
Tabela 9	- Amostra de mulheres não sindicalizadas entrevistadas nos municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.....	93
Tabela 10	- Postos de Atendimento do Programa Saúde da Família nos municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Perfil populacional dos municípios pesquisados	24
Quadro 2	- PIB do ano de 2009 dos municípios pesquisados (em mil reais)	25
Quadro 3	- Variáveis utilizadas para analisar o empoderamento	100
Quadro 4	- Dimensões do empoderamento e variáveis analisadas	102
Quadro 5	- Participação em outras formas de associação coletiva	103
Quadro 6	- Níveis de participação dos grupos pesquisados	106
Quadro 7	- Tipos de associações / organizações coletivas que participam.....	108
Quadro 8	- Motivação para escolha do grupo em que participam.....	109
Quadro 9	- Acesso a políticas públicas.....	111
Quadro 10	- Recebe algum tipo de benefício previdenciário.....	114
Quadro 11	- Renda pessoal das entrevistadas.....	116
Quadro 12	- Renda familiar dos dois grupos estudados.....	116
Quadro 13	- Propriedade de bens móveis de sindicalizadas e não sindicalizadas entrevistadas	120
Quadro 14	- Propriedade de bens imóveis dos dois grupos pesquisados	121
Quadro 15	- Controle contraceptivo	124
Quadro 16	- Planejamento familiar.....	124
Quadro 17	- Violência doméstica.....	125
Quadro 18	- Liberdade para sair de casa	126
Quadro 19	- Deixou de ir a algum lugar que desejava	128
Quadro 20	- Liberdade para tomar decisões	129
Quadro 21	- Escolaridade dos grupos pesquisados	132
Quadro 22	- Comparativo entre variáveis que se destacaram na análise dos dados dos dois grupos pesquisados	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
ACS	- Agente Comunitário de Saúde
APA	- Área de Proteção Ambiental
ASCOPAL	- Associação Comunitária das Palmeiras
CEB	- Comunidade Eclesial de Base
CNA	- Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAP	- Declaração de Aptidão ao Pronaf
FETAEMG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.
FSM	- Fórum Social Mundial
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	- Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPE	- Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMTR	- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOBON	- Movimento da Boa Nova
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONG	- Organização Não-Governamental
PAA	- Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PIB	- Produto Interno Bruto
PNHR	- Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSF	- Programa Saúde da Família

PSP	- Partido Social Progressista
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SIABI	- Sistema de Atenção a Informação Básica
SPSS	- Statistical Package for Social Sciences
STR	- Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUS	- Sistema Único de Saúde

RESUMO

AMORIM, Érika Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2012. **A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Coorientadora: Neide Maria de Almeida Pinto.

Essa pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades de empoderamento da mulher que vive no campo mediante a sua participação em esferas de representação política, tais como os sindicatos de trabalhadores rurais. Analisou-se se esta participação em esferas de representação política poderia ser mais determinante para o empoderamento das agricultoras familiares do que indicadores socioeconômicos como renda, escolaridade e propriedade de bens. Para tanto, adotou-se uma perspectiva comparativa ouvindo-se as mulheres sindicalizadas e as não sindicalizadas, que moravam tanto no campo quanto na cidade. A pesquisa partiu de duas hipóteses: a primeira, assumia que a participação das mulheres do meio rural em sindicatos de trabalhadores se constituía em uma forma de empoderamento, capaz de promover um processo de ressignificação da sua posição nos espaços públicos. Já a segunda, assumia que a participação das mulheres em uma organização coletiva como o sindicato dos trabalhadores rurais seria capaz de modificar as relações de gênero no âmbito familiar, gerando maior empoderamento para a mulher. A pesquisa foi realizada através de um *survey*, com entrevistas semiestruturadas, constando de questões abertas e fechadas. Foram aplicados 193 questionários: 97 com mulheres sindicalizadas e 96 com não sindicalizadas. Após a aplicação dos questionários realizou-se o processamento dos dados no *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, submetendo-os às análises descritivas e de frequência. Foi identificado que sindicalizadas e não sindicalizadas alcançam empoderamento em esferas diferentes. As primeiras apresentaram indicadores de empoderamento na esfera pública enquanto as segundas evidenciaram indicadores relacionados ao empoderamento em âmbito privado.

ABSTRACT

AMORIM, Érika Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2012. **The union membership rural women: factor of empowerment?** Adviser: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto.

This study aimed to examine the possibilities for empowerment of women living in the countryside through their participation in the spheres of political representation, such as rural workers unions. Examined whether participation in this sphere of political representation could be more important for the empowerment of the family farmers that indicators such as income, education and property ownership. To this end, we adopted a comparative perspective by listening to women unionized and non unionized, living both in the field or in the city. The research started from two assumptions: first, assumed that the participation of rural women in trade unions constituted a form of empowerment, able to promote a process of redefinition of their position in public spaces. The second, assumed that women's participation in a collective organization as the union of rural workers would be able to change gender relations within the family, leading to greater empowerment for women. The survey was conducted through a survey, with interviews, consisting of open and closed questions. 193 questionnaires were used: 97 women and 96 with non-unionized unionized. After the questionnaires took place in the data processing software Statistical Package for Social Sciences (SPSS), subjecting them to the descriptive analysis and frequency. It was identified that unionized and non unionized achieve empowerment in different spheres. The first had indicators of empowerment in the public sphere while the latter showed indicators related to empowerment in the private sphere.

Introdução

Essa pesquisa teve como objetivo analisar se a participação das mulheres em sindicatos de trabalhadores rurais gera empoderamento para as mesmas no âmbito público e privado, tendo como referência os municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz. Tais municípios estão localizados na Mesorregião da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. O ponto de partida foi investigar a atuação dessas mulheres nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região de estudo com a finalidade de desvendar se a filiação sindical pode ser mais determinante para o empoderamento das agricultoras familiares do que indicadores socioeconômicos como renda, escolaridade e propriedade de bens. Para tanto, adotou-se uma perspectiva comparativa ouvindo-se as mulheres sindicalizadas e as não sindicalizadas, que moravam tanto no campo quanto na cidade.

A razão dessa pesquisa não está apenas no interior de seu campo de estudo. Acredita-se na sua contribuição para as abordagens já existentes no espaço acadêmico que tomam a mulher como ator e não como vítima, sendo capaz de traçar estratégias de ação, tanto nos espaços públicos quanto nos privados, tanto no campo quanto na cidade. As ações das mulheres rurais em espaços de representação coletiva, como os sindicatos, são vistas como ferramentas para o seu empoderamento, por oferecer-lhes a oportunidade de expressão, de ampliação da sua cidadania e de visibilidade política¹. Assim, a questão de investigação foi: o acesso às esferas de representação política pode contribuir para a conquista do empoderamento da mulher no meio rural? Quais as implicações nos âmbitos público e privado para as mulheres sindicalizadas rurais?

Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo foi analisar se a filiação sindical das mulheres geraria empoderamento para as mesmas no âmbito público e privado. Buscou-se, especificamente, analisar a influência da filiação sindical da mulher sobre as relações de poder que as mesmas vivenciam no âmbito privado; bem como analisar se indicadores como renda, escolaridade, propriedade de bens e autonomia para tomada de decisões poderiam ser mais determinantes para o seu empoderamento que a filiação sindical.

Partiu-se de duas hipóteses. A primeira assumia que a filiação sindical das mulheres rurais se constituía em uma forma de empoderamento, capaz de promover um processo de ressignificação da sua posição nos espaços públicos, gerando sua maior visibilidade enquanto

¹ Touraine (2010) trabalha com a ideia da atuação das mulheres enquanto atrizes de suas próprias vidas sem acreditar no necessário desaparecimento da identidade feminina e no fato de as mulheres carregarem dentro de si projetos positivos como o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas.

sujeito político atuante e com autonomia para gerir a sua própria vida. Já a segunda assumia que a filiação sindical das mulheres a uma organização coletiva como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais seria capaz de influenciar as relações de gênero no âmbito familiar, de forma a ampliar o espaço de atuação das mulheres.

1.1 Relevância do tema pesquisado

As discussões sobre equidade de gênero e o processo de aquisição de direitos à cidadania por parte das mulheres têm sido evidenciadas no campo científico por meio de análises em diferentes espaços como: os movimentos sociais rurais e urbanos, os sindicatos, os partidos políticos e as associações locais. A análise da atuação política das mulheres oferece a oportunidade de analisar possíveis derivações para a reorganização das relações de poder nas quais as mulheres estão envolvidas (BONI, 2004; BARBOSA et. al., 2011). Dessa maneira, a presente pesquisa visa contribuir com os debates acadêmicos acerca do papel da mulher nos espaços públicos e privados.

Esta pesquisa se propõe, especificamente, a contribuir com uma faceta da mulher que vive no campo, aquela relativa a sua filiação sindical, evidenciando que na sociedade rural, também, existem “campos de força” dentro dos quais as mulheres procuram se posicionar. Tradicionalmente vivendo em ambientes onde predominam práticas patriarcais, com valores direcionados pela dominação masculina, as mulheres que vivem no meio rural não estão inertes, atuando nas lutas travadas nos diversos movimentos sociais ao longo de nossa história. Entretanto, não há muitas informações acerca da repercussão desta filiação sindical para a sua vida em casa e na comunidade.

Assim, analisar a filiação das mulheres a sindicatos de trabalhadores rurais, em termos das possibilidades abertas para o seu empoderamento público e privado poderia possibilitar identificar a dinâmica de novas relações de poder em um espaço que vem sendo impactado pelos processos de aproximação com a cultura urbana, perspectiva ainda não muito destacada nos estudos de gênero no meio rural. Se, por um lado, não são totalmente desconhecidos os exemplos de engajamento político das mulheres do meio rural no sindicalismo e em movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a

Via Campesina², por outro lado, pouco se sabe acerca da repercussão desta filiação sindical para as suas vidas, em âmbito público e privado.

Contudo, para além de aclarar as consequências do empoderamento político no plano da vida privada e pública, esta pesquisa visa contribuir para compreender se outras variáveis, como nível de escolaridade, renda própria e idade podem ser consideradas como mais determinantes para o empoderamento da mulher que a sua filiação sindical. Enfim, este conjunto de questões destaca a importância desta pesquisa para melhor compreender as relações de poder em que as mulheres que vivem no campo estão envolvidas.

1.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracterizou-se pela abordagem descritiva-explicativa realizada através de *survey*. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e fechadas. As respostas foram categorizadas e submetidas a tratamentos estatísticos. Os dados quantitativos, segundo Mitchell (1987), condensam as informações de forma que as regularidades e os padrões relacionados às categorias analíticas tornem mais facilmente identificáveis. Para tanto, foram aplicados 193 questionários: 97 com mulheres sindicalizadas e 96 com não sindicalizadas. Após a aplicação dos questionários realizou-se o processamento dos dados no *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*, submetendo-os à análises descritivas e de frequência.

Optou-se por utilizar nesse trabalho a amostragem probabilística. Dentre os vários tipos de desenhos de amostragem foi adotada a aleatória simples, no qual as entrevistadas foram sorteadas conforme a lista de sindicalizadas fornecida por cada sindicato pesquisado. Para realizar as entrevistas com as mulheres que não eram sindicalizadas procedeu-se da mesma forma, ou seja, através de sorteio, mediante as listas de mulheres atendidas pelo Programa Saúde da Família (PSF) dos municípios pesquisados. Para selecionar a amostra das entrevistadas dentre as sindicalizadas e as não sindicalizadas utilizou-se a fórmula da proporção finita, tomando como referência, no caso das sindicalizadas, aquelas que eram ativas, considerando-se como tal aquelas que mantinham as suas mensalidades pagas nos últimos seis meses. Já na amostragem de não sindicalizadas tomou-se como referência para o cálculo da amostra o número de mulheres, acima de 18 anos, que eram atendidas pelo Sistema

² Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas de Ásia, África, América e Europa. Define-se como um movimento autônomo, pluralista, independente de denominações políticas, econômicas ou de outra índole e está integrada por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é respeitada.

Único de Saúde (SUS), através das informações disponibilizadas no Sistema de Atenção a Informação Básica (SIABI). Esses números foram fornecidos pelas Secretarias Municipais de Saúde de cada município pesquisado.

1.2.1 Identificação e delimitação da área de estudo

Para realizar este estudo foram escolhidos cinco municípios mineiros: Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz. Esses municípios estão localizados na Mesorregião da Zona da Mata e Microrregião de Muriaé e Manhuaçu e fazem parte do entorno do Parque Nacional do Caparaó. O mapa a seguir apresenta a localização dos municípios que foram objeto da pesquisa (Figura 1).

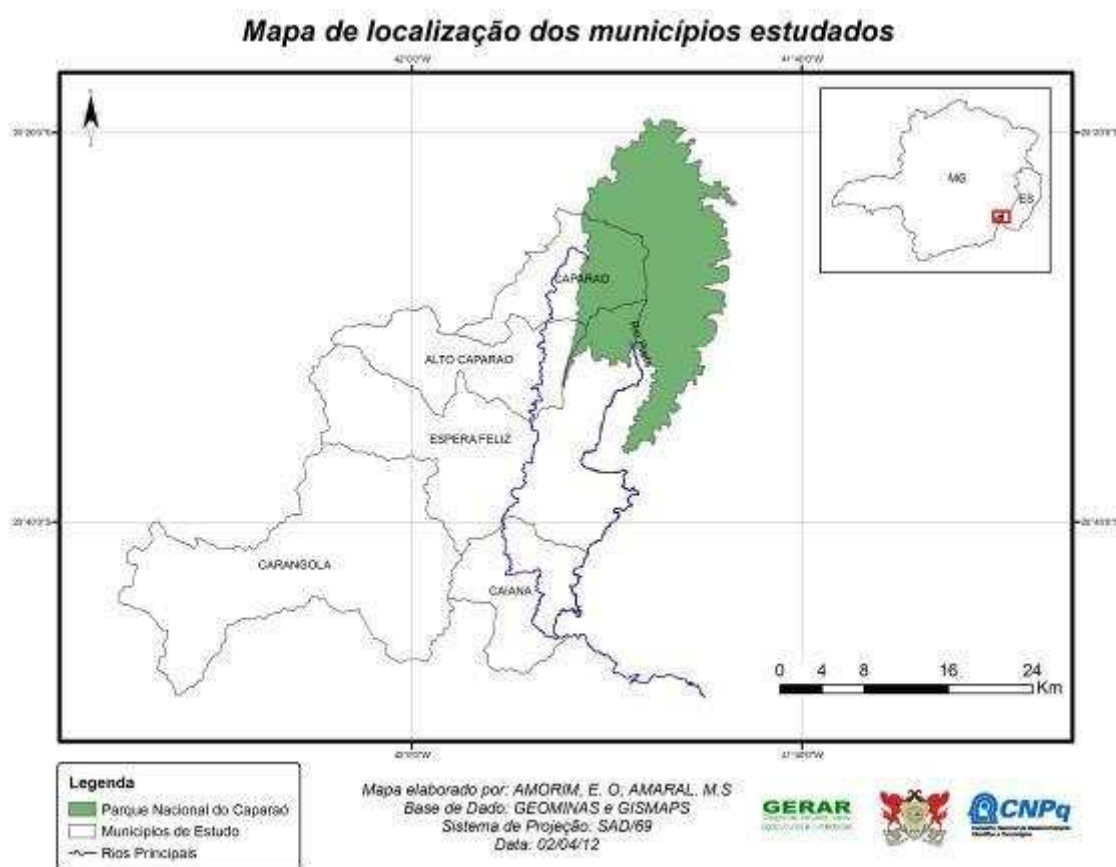


Figura 1 – Mapa de localização dos municípios estudados – MG, 2012.

Fonte: Elaborado por AMORIM, É. O.; AMARAL, M.S. 2012.

A justificativa para a escolha dos referidos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) se sustentou no fato destes apresentarem mulheres que ocupavam cargos de liderança ou atuavam na formação de grupos de mulheres nas comunidades rurais. A opção por

entrevistar mulheres que participavam de *sindicato de trabalhadores rurais* e não de *produtores rurais* (patronal) se deu em função do interesse pelas discussões que envolviam a agricultura familiar³, objeto de mobilização política, marcado pela presença feminina nos fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais.

Os municípios pesquisados se caracterizavam por ter uma economia agropecuária, na qual se destacava, especialmente, a produção de leite, café e as lavouras de milho e feijão. A história da região é marcada pela introdução do cultivo do café, datado de 1848 e que permanece até os dias atuais com destaque para os grãos cultivados em altitudes que variam entre 1.000 a 1.200 metros, destinados, inclusive, para o mercado externo. A região também desenvolve o turismo ecológico que tem como atrativos o Parque Nacional do Caparaó, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, além de contar com uma rota de caminhada e peregrinação chamada de “Caminho da Luz”, que abarca as interfaces históricas, religiosas e ecológicas aliadas aos potenciais naturais da região (CARNEIRO, 2004). No quadro que se segue apresenta-se características sociodemográficas dos cinco municípios pesquisados.

Municípios	Área da unidade territorial (Km²)	População Rural	População Urbana	População total	População feminina	População masculina
Alto Caparaó	103,690	1.333	3.964	5.297	2.571	2.726
Caiana	106,459	2.350	2.618	4.968	2.381	2.587
Caparaó	130,694	3.203	2.006	5.209	2.466	2.743
Carangola	353,404	6.237	26.059	32.296	16.604	15.692
Espera Feliz	317,637	8.682	14.174	22.856	11.352	11.504
Total	1011,884	21.805	48.821	70.626	35.374	35.252

Quadro 1 Perfil populacional dos municípios pesquisados, 2010.

Fonte: IBGE, 2010.

³ Navarro e Pedroso (2011) analisam criticamente a expressão agricultura familiar e reconhecem a relevância histórica de seu surgimento no Brasil. Para os autores, não existe tradição teórica que utilize a expressão como categoria analítica ou como conceito. A expressão agricultura familiar surgiu nos debates relacionados à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995 e seu surgimento foi importante pois permitiu o acesso a fundos públicos para um conjunto crescente de produtores rurais de menor porte econômico, ou seja, como política pública.

Com relação ao perfil demográfico, encontram-se diferenças relevantes entre os cinco municípios. Carangola, o mais populoso, supera o município de Caiana, menos populoso, em mais de 6 vezes. Dos municípios estudados, apenas Caparaó apresenta população rural superior à população urbana. O conceito de urbanização utilizado no Brasil é questionado por José Eli da Veiga (2002) que alerta sobre o fato de que um terço da população brasileira seria rural, por ter entre outros fatores, densidade demográfica inferior a 80 hab/Km² e menos de 20.000 habitantes. O autor atenta ainda para o fato de que

o Brasil considera urbanos os habitantes de qualquer sede municipal, mesmo que tais localidades pertençam a ecossistemas dos menos artificializados. A distorção chega a tal ponto de que mesmo populações indígenas ou guardas-florestais de áreas de preservação são consideradas urbanas caso suas ocas ou palhoças estejam no interior do perímetro de alguma sede municipal ou distrital (VEIGA, 2002, p. 65-66).

Destaca, também, a necessidade de se construir novas tipologias capazes de captar a imensa diversidade dos municípios brasileiros para se fazer uma abordagem de delimitação urbana mais próxima das metodologias utilizadas no resto do mundo. Certamente alguns municípios pesquisados se enquadrariam nessa nova tipologia proposta por Veiga (2002), pois no Brasil, é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) sejam quais forem as suas características. Para o autor, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Portanto, sob essa perspectiva, apenas dois dos cinco municípios estudados não se caracterizariam como estritamente rurais. Assim, os municípios pesquisados se caracterizam por serem de pequeno e médio portes localizados fora de grandes aglomerações e possuindo economias voltadas para a exploração de recursos naturais. (Quadro 2).

Municípios	PIB <i>per capita</i>	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços
Alto Caparaó	8.895,59	18.477	2.421	24.681
Caiana	7.534,73	12.846	2.268	19.331
Caparaó	8.641,04	16.048	2.600	22.707
Carangola	7.136,91	23.509	28.066	171.796
Espera Feliz	8.670,58	36.302	13.379	123.522
Total	40.878,85	107.182	48.734	362.037

Quadro 2 – PIB do ano de 2009 dos municípios pesquisados (em mil reais)

Fonte: IBGE, 2010.

É relevante observar que a economia dos municípios é fortemente influenciada pelo setor de serviços, seguido pelo setor agropecuário. Quanto ao PIB (Produto Interno Bruto) industrial, Carangola e Espera Feliz são os municípios que apresentam indicadores mais elevados devido ao fato de serem sedes de agroindústrias de produtos lácteos que dinamizam a economia regional, gerando empregos diretos e indiretos. No tópico a seguir tratar-se-á de um breve histórico da formação de cada município investigado e suas especificidades sócio-econômicas.

Alto Caparaó

O município de Alto Caparaó está geograficamente localizado na Zona da Mata de Minas Gerais na divisa com o Estado do Espírito Santo. Os municípios limítrofes são Caparaó, Alto Jequitibá, Manhumirim e Iúna, que pertence ao estado do Espírito Santo. Segundo dados do IBGE (2010), Alto Caparaó possui 5.297 habitantes e sua origem como povoado se deu por volta de 1900. Anos mais tarde, por volta de 1948 já havia registros de 600 moradores ocupando 80 casas. Foi nesse período que a população organizou mutirões para traçar ruas, pontes e praças. Em 1961, pelo Decreto Federal nº 50.646, o então presidente Jânio Quadros cria o Parque Nacional do Caparaó ⁴, que abriga o ponto mais alto de Minas Gerais e terceiro mais alto pico do Brasil, o Pico da Bandeira, com 2.892m de altitude. Acredita-se que a denominação “Pico da Bandeira” se deve ao fato de D. Pedro II, em 1859, ter determinado que fosse hasteada uma bandeira do Império no pico mais alto da Serra do Caparaó. As montanhas do maciço do Caparaó também abrigam outros dois picos: o do Cristal (2.798m) e do Calçado (2.766m).

⁴ Informações disponíveis no site do Ministério do Meio Ambiente: http://www4.icmbio.gov.br/parna_caparao/index.php?id_menu=92 acesso em 29/01/2012.



Foto 1 Portal de entrada da cidade de Alto Caparaó
Fonte: Dados da pesquisa de campo (junho de 2011).



Foto 2 Ao fundo a formação rochosa denominada “Face de Cristo”, município de Alto Caparaó.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (junho de 2011).

Em 1982, pela Lei nº 8.2855, o Distrito de Caparaó Velho passou a se chamar Alto Caparaó e através do plebiscito popular realizado em 1995, emancipou-se do Município de Caparaó. A região apresenta alguns fatos históricos relevantes, como a chamada Guerrilha de

⁵ Dados da Prefeitura Municipal de Alto Caparaó.

Caparaó. Guimarães (2006) realizou uma pesquisa na região de Alto Caparaó que teve como foco principal a análise da memória dos moradores da região da Serra do Caparaó em relação ao movimento de luta armada contra a ditadura militar de 1964. O pesquisador identificou elementos do imaginário da população em torno do “guerrilheiro comunista” e o medo que os moradores sentiram deles, ao mesmo tempo, em que simpatizavam com os militares que se deslocaram para a região para reprimir a Guerrilha. Esse movimento também foi tema do documentário Caparaó, de 2006, dirigido por Flávio Frederico.

As principais atividades econômicas do município são a cafeicultura e o turismo. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente⁶, o Parque Nacional do Caparaó ocupa 14,12% do território do município de Alto Caparaó, que em função do parque, possui como uma de suas atividades principais o turismo. Com relação à cafeicultura, os dados do censo agropecuário 2010 do IBGE apontam que nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés de cafês plantados a produção foi de 5.850⁷ toneladas de café em grãos. Outros produtos agrícolas mais cultivados na região são o milho, com produção de 422 toneladas, e o feijão, com 122 toneladas. Esses dados também são do censo agropecuário 2006, do IBGE.

Caiana

Caiana é um município mineiro de 4.968 habitantes⁸ localizado na Mesorregião da Zona da Mata e Microrregião de Carangola e que tem como vizinhas as cidades de Faria Lemos, Espera Feliz e Carangola. Dados do IBGE (2010) atribuem a formação do povoado ao português Manoel Francisco Pinheiro, que teria adquirido de um índio puri, em 1856, uma gleba de terras com 60 alqueires e iniciado ali o cultivo do café. Em 1908, quando a ferrovia *The Leopoldina Railway Company Limited* atingiu o povoado havia apenas uma capela e três casas residenciais. A chegada da ferrovia fez crescer o núcleo de povoamento que passou a ter como atividade econômica o extrativismo nas minas de mica, feldspato e caolim da região na chamada Lavra São Roque. A lavra alcançou apogeu no século passado de onde também eram extraídos diariamente belos cristais, o que deu à cidade a denominação de “Cidade dos Cristais”. Atualmente a Lavra São Roque está desativada.

⁶ Disponível em: http://www4.icmbio.gov.br/parna_caparao/index.php?id_menu=144. Acesso em 29/01/2012.

⁷ Todos os dados referentes à produção agropecuária foram levantados junto ao IBGE, se referem ao ano de 2010 e estão disponíveis no site: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1613&z=t&o=1&i=P>

⁸ Dados do censo demográfico de 2010 do IBGE.

O distrito de Caiana foi criado com o nome de São João do Rio Preto, em 07/09/1923 pela Lei Estadual nº 843, sendo desmembrado dos distritos de São Sebastião da Barra (hoje Espera Feliz) e São Mateus (atual Faria Lemos), ambos pertencentes ao município de Carangola. Em 1938 o distrito deixou de ser distrito de Carangola para integrar o recém criado município de Espera Feliz. A emancipação de Caiana se deu em 30/12/62, através da Lei nº 2764 mas somente no dia 01/03/63, é que foi oficialmente instalado o município⁹.

O IBGE divulga estimativas do PIB¹⁰ dos municípios baseado em três grandes setores de atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços. A última pesquisa realizada no período de 2005-2009 está disponível no *site* do IBGE e demonstra que no município de Caiana o setor de serviços supera a produção agropecuária seguida pelo setor industrial. No setor agropecuário, a cafeicultura se destaca. Dados do censo agropecuário 2010 do IBGE apontam a produção de 3.180 toneladas de café em grão sendo esses dados coletados em estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes em 31/12 daquele ano.



Foto 3 Cristais que ainda podem ser encontrados na entrada da Lavra São Roque, Caiana - MG.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011).

⁹ Dados da Prefeitura Municipal de Caiana. Disponível em <http://www.caiana.mg.gov.br/>. Acesso em 11/02/2012.

¹⁰ O PIB (Produto Interno Bruto) é um dos indicadores utilizados para mensurar a atividade econômica de uma região, sob o enfoque da Macroeconomia. Segundo Sachs (1998) o PIB é o valor total da produção atual de produtos e serviços finais obtida em um determinado período de tempo, normalmente de um trimestre ou um ano.



Foto 4 Entrada da Lavra São Roque, município de Caiana – MG.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011).



Foto 5 Instalações da casa de máquinas da Lavra São Roque que hoje estão desativadas e abandonadas, município de Caiana (MG).
Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011).



Foto 6 Pequena vila onde se instalavam os trabalhadores da Lavra São Roque hoje ocupadas por trabalhadores rurais da região, Caiana – MG.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011)

Caparaó

O município de Caparaó possui 5.209 habitantes, segundo o censo 2010 do IBGE. Esse município está localizado na microrregião vertente do Caparaó e estabelece limites com as cidades de Alto Caparaó, Espera Feliz, Divino, Alto Jequitibá, Luisburgo e com o estado do Espírito Santo. Segundo informações do IBGE (2010), o povoamento que originou o município foi iniciado com a chegada de Antônio Dutra de Carvalho, conhecido como Coronel Dutirão. O núcleo de povoamento foi criado com a vinda de seus escravos e familiares, atraídos pela fertilidade da terra para o cultivo do café e pela descoberta das minas de caolim, mica e feldspato na região.

A ferrovia *The Leopoldina Railway* foi um fator de grande relevância para a expansão do povoado. Na ocasião de sua implementação, à partir de 1913, a ferrovia passou a atender a localidade quando foi construído um ramal que levava a Manhauçu. A ferrovia dinamizou o comércio e a ligação entre distritos e cidades vizinhas. O distrito de Caparaó foi criado em 1938, pelo Decreto-Lei n.º 148, pertencendo ao município de Espera Feliz. A emancipação se

deu em 30/12/1938 com a publicação da Lei n.º 2.764 quando desmembrou-se do município de Espera Feliz.

Dados do censo agropecuário 2006 do IBGE demonstram que a produção de café é marcante na economia do município. Segundo o censo 2010¹¹, a produção de café arábica nesse ano alcançou 4.500 toneladas em grãos. Devido a relevância da cultura cafeeira em Caparaó, anualmente, no final do mês de agosto acontece a Festa do Cafeicultor, onde comemora-se o final da colheita com exposição de comidas típicas, máquinas e implementos agrícolas, artesanatos, cursos, palestras e *shows* populares

O agroturismo também é responsável por uma parcela da atividade econômica da cidade em função de vários atrativos que a região possui como o corredor ecológico do Grumarim onde se encontra uma espécie centenária de Jequitibá-Rosa de 40 metros de altura e 10 metros de circunferência. A cidade também se destaca na prática de esportes radicais como as trilhas motociclísticas, de *mountain bike* e o vôo livre na rampa do Mirante da Torre, local onde acontecem inúmeros saltos de pára-pente, realizados a 997 metros de altitude. Caparaó é também uma das cidades do percurso do “Caminho da Luz”, também chamado Caminho do Brasil. Recebeu esse nome devido aos fragmentos de mica e cristais que emergem do solo e proporcionam reflexos em contato com o sol e podem ser vistos pelos caminhantes durante todo o percurso. Esse caminho é uma rota de peregrinação de aproximadamente 200 quilômetros que corta as cidades da região e que se inicia no município de Tombos e termina no Pico da Bandeira, em Alto Caparaó. É possível identificar nas estradas das comunidades rurais da região a sinalização que orienta o trajeto dos caminhantes, como mostra a foto 8.

¹¹ Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1613&z=t&o=1&i=P>



Foto 7 Serra da comunidade Grumarim, município de Caparaó – MG.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (julho de 2011)



Foto 8 “Caminho da Luz” que passa pela comunidade Galiléia e segue rumo ao Pico da Bandeira, município de Caparaó – MG.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011)

Carangola

Localizada na mesorregião da Zona da Mata mineira, a cidade possui 32.296 habitantes, segundo o censo populacional 2010 do IBGE. A Zona da Mata é uma das 12 mesorregiões do estado de Minas Gerais, formada por 142 municípios que são agrupados em 7 microrregiões. Carangola está agrupada na microrregião de Muriaé e essas duas cidades representam os dois maiores municípios dessa região. Limita-se com as cidades de Caiana, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Fervedouro, Pedra Dourada e São Francisco do Glória.



Foto 9 Igreja Matriz de Santa Luzia, município de Carangola – MG.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (janeiro de 2012)

Na primeira metade do século XIX Carangola teve seus primeiros núcleos de povoamento que contava, sobretudo, com índios Puris-Coroados vindos do litoral. A região que compreendia, geograficamente, o município em meados do século XIX era imensa: alcançava os municípios de Mariana, Pomba, Visconde do Rio Branco, Ubá e Muriaé. Nessa região estabeleceram-se grandes fazendeiros, antes do início da formação do povoado, na década de 1840. Carangola foi desmembrada do município de Muriaé pela Lei Provincial n.º 2500 de 12/11/1878 e, em 07 de janeiro de 1882, ocorreu a instalação do primeiro governo municipal. Nessa época em que a cidade foi emancipada, ela compreendia os distritos de Tombos do Carangola, São Mateus, São Sebastião da Barra, Alto Carangola, São Francisco do Glória, Espera Feliz e Divino do Espírito Santo do Carangola. Na imensa área que constituía o município, em 1882, ocorreram sucessivos desmembramentos que hoje formam 12 municípios.



Foto 10 Praça Coronel Maximiano, Coreto principal, município de Carangola – MG.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (janeiro de 2012)

Economicamente, a agricultura sempre foi o fator de crescimento da região. O cultivo de café foi introduzido em 1848, no município de Caiana e a relevância dessa produção atraiu a ferrovia *The Leopoldina Railwa Company Limited*, importante na escoação desse produto. No auge do período produtivo, a cidade exportou 100 mil sacas anuais. A produção econômica de Carangola era tão considerável que chegou a ser considerada a segunda arrecadação fiscal do estado de Minas Gerais. Inúmeras indústrias se instalaram no município

dentre os anos 1915 e 1917, como Oficinas Metalúrgicas e a Companhia Industrial Carangolense, a primeira fábrica de isoladores de porcelana da América do Sul (CARELLI, 2002).

Os tempos de economia próspera fizeram com que fosse instalada no município, em 06 de maio de 1918, a 26ª agência do Banco do Brasil no país (CARELLI, 2002). As sucessivas emancipações de seus distritos prejudicaram economicamente o município que em 1936 possuía 13 grandes armazéns que exportavam café e em 1950 esses se reduziram a 3. Em setembro de 1976 a ferrovia foi erradicada do município. Atualmente, os dados do IBGE (2012) apontam que o setor de serviços é responsável por grande parte da atividade econômica de Carangola, seguido pela indústria e agropecuária. No setor industrial as principais indústrias são as de laticínios. Na agropecuária, o cultivo do café arábica em grão foi registrado pelo Censo Agropecuário 2010 em 4.992 toneladas.

Espera Feliz

O município de Espera Feliz está situado na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais e limita-se ao norte pelos municípios de Alto Caparaó e Caparaó, ao sul por Carangola e Caiana, a leste por Dolores do Rio Preto (Espírito Santo) e a oeste por Divino. A localização geográfica da cidade é privilegiada em razão da proximidade com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Conforme o censo populacional realizado pelo IBGE em 2010, a cidade possui 22.856 habitantes.



Foto 11 Comunidade de Paraíso, divisa do município de Espera Feliz com o Estado do Espírito Santo.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (julho de 2011)

Por volta de 1822 a região que compreende o município de Espera Feliz começou a ser desbravada por aventureiros que se embrenhavam pelas vertentes dos rios Caparaó e Carangola, transpondo as serras que separavam essas vertentes. Informações do IBGE (2012) atentam para o início do povoamento da cidade para a região de São Sebastião da Barra, distante 6 km da sede atual do município. A busca de terras férteis para a agricultura levou a ocupação e a formação do povoado. Espera Feliz pertenceu à Vila de Campos, Província do Rio de Janeiro. Anos mais tarde o território passou a integrar a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, comarca de Presídio, atual Visconde do Rio Branco. Posteriormente pertenceu a Vila de Ubá, São Paulo do Muriáe e, finalmente, à Freguesia de Santa Luzia de Carangola. Em 1890 foi criado o distrito com o nome de São Sebastião da Barra e em 1915, pela Lei Estadual n.º 663 recebeu o nome de Espera Feliz mantendo sua condição de distrito de Carangola. A Lei Estadual n.º 843 de 07/09/1923, desmembrou parte do território do Distrito de Espera Feliz para a criação do novo Distrito de São José do Rio Preto, hoje Caiana. O município foi criado em 1938, pelo Decreto-Lei n.º 148 tornado Caiana e Caparaó como distritos. A instalação do município se deu em 01/01/1939¹².

¹² Dados do IBGE Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 22/02/12.

O município de Espera Feliz, como os outros municípios pesquisados, possui o setor de serviços como o mais rentável economicamente, seguido pelo setor agropecuário e industrial. O cultivo do café é abundante na região e, segundo o Censo Agropecuário IBGE de 2010, a produção nesse ano foi de 13.320 toneladas. No setor industrial destacam-se as indústrias de laticínios e de doces. O agroturismo também desponta como uma das possibilidades de atrair rendimentos econômicos para a cidade, que integra o Circuito Turístico Pico da Bandeira, possui várias cachoeiras que encantam turistas, dentre elas a do Chiador, Pedra Furada, Paraíso e do Edimário. O município também faz parte da rota de peregrinação Caminho da Luz.

Espera Feliz possui duas Áreas de Proteção Ambiental (APA's): a APA da Serra da Vargem Alegre, criada em 1999 pela lei municipal n°396/99 e a APA do Alto Taboão também foi criada em 1999 pela lei municipal n°397/99. A categoria Área de Proteção Ambiental (APA) encontra-se dentre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e representa um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente criada pela Lei Federal 6.902, de 27/04/1981. Essa lei foi criada com o objetivo de conservar ou melhorar as condições ecológicas da região e conta com um zoneamento ecológico-econômico que estabelece normas de uso de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agro-pastoris, extrativistas, culturais, sociais, econômicas e outras (SONDA, 1997). A APA é uma unidade de conservação com características especiais, pois permanece como patrimônio de particulares apesar de possuir legislação que estabelece restrições quanto ao uso do solo e são fiscalizadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Município.

2 Organização da Dissertação

Este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais. A introdução é dedicada à apresentação da região pesquisada, que compreende os municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz. Procurou-se abordar um breve histórico de formação dos municípios, bem como, alguns aspectos econômicos e sociais. No primeiro capítulo discute-se a formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil bem como na região pesquisada, enfatizando o processo em cada município investigado, versando especificamente algumas características de cada sindicato. O segundo capítulo elenca as correntes teóricas adotadas e que ampararam o estudo. Nesse capítulo são discutidas as concepções acerca do poder de ação do indivíduo abarcando os conceitos de empoderamento e participação, e dividida em três níveis crescentes no tocante à ação: 1)

crença na estrutura normativa (Foucault, 1997; 2007 e 2008); 2) embate entre a força da estrutura e a força do indivíduo (Weber, 2000; Bourdieu, 2005 e Freyre, 2004) e 3) poder de ação do indivíduo mediante os vieses de participação (Gohn, 2004; Arnstein, 2002; Araújo, 2003 e Pinto, 1992) e empoderamento (Romano e Antunes, 2002; Sen, 2000; Deere e León, 2002; Horochovski e Meirelles, 2007). No capítulo três apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados, bem como a definição do cálculo da amostragem das entrevistadas, o processamento e métodos de análises dos dados. O capítulo quatro traz os dados empíricos coletados focando aspectos relacionados às dimensões políticas, econômicas e sociais do conceito de empoderamento em conjunto com os argumentos teóricos tomados. Ainda nesse capítulo são analisados, de forma comparativa, os dados de sindicalizadas e não sindicalizadas abordando a perspectiva de empoderamento nos âmbitos público e privado e trata da discussão central desta dissertação argüindo sobre o fator determinante para o empoderamento da mulher tendo como base os resultados da pesquisa e os referenciais teóricos. Por fim, a última seção traça algumas considerações acerca do estudo realizado e sugere novas abordagens para a temática voltada para o conceito de empoderamento.

CAPÍTULO 1

SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL

Analisando o histórico do sindicalismo rural brasileiro é possível identificar que desde sua gênese ele apresenta novas configurações tanto em sua estrutura e identidade quanto em sua dinâmica de atuação. Essas novas configurações são decorrentes de um processo de evolução institucional que a organização sindical dos trabalhadores brasileiros tem passado, desde o início do século XX. Inclui nesse processo o que se convencionou chamar de novo sindicalismo rural na metade dos anos 1970, a constituição da Central Única dos Trabalhadores (CUT), na década de 1980, a junção com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, nos dias atuais, o crescente número de organizações de representações de agricultores familiares.

É inegável que desde as primeiras manifestações relacionadas aos direitos do trabalhador rural no Brasil, muitos avanços se fizeram, a exemplo do Decreto Federal 979 de 06/01/1903, que permitiu aos “profissionais da agricultura e industriais rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa de seus direitos. (COSTA E MARINHO, 2008). Dos primeiros tempos até hoje o movimento sindical enfrentou embates junto a proprietários, patrões e junto aos setores governistas. Tais enfrentamentos podem ser identificados no campo jurídico, nos decretos e portarias relativos à sindicalização do trabalhador rural publicados na década de 1940 e que irão regulamentar os sindicatos até o início da década de 1960, como o Decreto-Lei Federal 7.038, de 10/11/1944. Esse decreto representava algumas brechas na legislação pelas quais se buscava regulamentar a vida sindical no campo, pois havia dificuldade de operacionalizar o quadro de atividades e profissões do campo.

Costa e Marinho (2008) afirmam que apesar da clareza com a qual o Decreto-Lei Federal 7.038 incluía o assalariado entre os empregados que deveriam se organizar em sindicatos rurais junto aos parceiros e colonos, havia algumas diferenciações: os trabalhadores das indústrias e da lavoura de cana eram a exceção e deveriam se organizar em uma associação profissional para posteriormente transformá-la em sindicato. Assim, enquanto não fosse transformada em sindicato, a associação profissional representava apenas interesses individuais dos que faziam parte dela e não poderia defender interesses gerais e os contratos

eram individuais, prejudicando negociações que poderiam ser feitas em caso de contratos coletivos.

Em 1945, três decretos dispuseram sobre a organização dos trabalhadores rurais. O Decreto-Lei Federal 7.449 considerava o exercício de profissão rural apenas ao proprietário de imóvel rural, e os decretos que se seguiram no mesmo ano, 8.127 e 19.882, estenderam o exercício da profissão rural aos arrendatários e parceiros de estabelecimentos rurais. Até a década de 1960 a organização social do campo seguia esses parâmetros. Com as forças políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as forças sociais da Igreja Católica, o Estado que sempre atuava inibindo a mobilização do trabalhador rural, inicia o chamado sindicalismo de Estado¹³, ou seja, o sindicato estaria subordinado à burocracia estatal, sendo parte integrante do aparelho de Estado. Dessa forma, segundo Boito Jr. (1991), o sindicalismo de Estado cumpre a função de desorganizar os trabalhadores e de manter o movimento sindical sob a direção política da burguesia, evitando o questionamento da manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado.

Na virada da década, nas eleições de 1958, o crescimento de partidos de bandeira trabalhista como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) demonstraram a incorporação da classe operária e das camadas médias da sociedade no processo político democrático aumentando a participação política desses setores da sociedade. A presença de João Goulart no Poder Executivo também favoreceu esse processo. No campo, o salto qualitativo do movimento sindical rural se deu com o engajamento das Ligas Camponesas no Nordeste, principalmente sob a liderança de Francisco Julião e do Partido Comunista Brasileiro, que conduziu as discussões sobre a extensão da legislação trabalhista urbana para o campo. Setores da Igreja Católica também contribuíram com serviços de formação e orientação de lideranças rurais. À partir de então o número de sindicatos de trabalhadores rurais aumentou significativamente e o Estado já não podia ignorar o avanço da sindicalização. Esse processo culminou com o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, em Belo Horizonte. O acesso à terra e a reforma agrária foram temas centrais no Congresso. Segundo Medeiros (2002), PCB e Ligas Camponesas disputavam a qualificação para representar os trabalhadores. Posteriormente, a Igreja Católica passou a intervir no campo estimulando a sindicalização,

¹³ Armando Boito Jr. (1991), em sua obra *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical*, elabora um estudo rigoroso sobre a ideologia sindical e analisa os elementos que compõem a estrutura de Sindicalismo de Estado no Brasil.

reconhecendo a legitimidade das demandas mas procurando uma solução que não passasse pelo confronto de classes.

Costa e Marinho (2008) dissertam que à partir de 1962 o Estado passou de agente imobilizador para agente mobilizador das camadas do campo promovendo um salto qualitativo no movimento de sindicalização rural no Brasil. Segundo os autores, o Estado assume a liderança de domesticar um movimento que até então não domina e que flui nas mãos do PCB e da Igreja Católica. Assim, o Estado passou a reconhecer oficialmente um grande número de sindicatos fundados e novas portarias passaram a existir, regulamentou o sindicalismo rural, reconhecendo sindicatos de trabalhadores rurais e de patrões. Esse reconhecimento proporcionou maior eficácia política, pois os sindicatos reconhecidos por lei poderiam representar a categoria e celebrar contratos coletivos.

Após mais de dez anos de debate, aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, no qual estendia ao campo uma série de direitos trabalhistas que era vigente apenas aos trabalhadores urbanos. Esse documento regulamentou as condições de acesso à terra e contratos de parceria e arrendamento que esboça o perfil e os limites das demandas por reforma agrária até os dias de hoje (MEDEIROS, 2002).

A regulamentação do sindicalismo rural por parte do Estado culminou, em 1962 com a Portaria 209-A, de 25 de junho, que criou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e no final de 1963, com a criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Dessa forma, unificava a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizava as organizações sindicais que existiam até então. Com o golpe militar de 1964, várias lideranças foram presas, desapareceram ou foram exiladas e mesmo com a intervenção sobre os sindicatos a Contag não desapareceu. Assim foi instituída uma rede sindical que se consolidou no final dos anos 1960 e durante os anos de 1970, à partir da ação da Contag. Essa entidade focava suas ações nas demandas por direitos trabalhistas e reforma agrária, que estavam previstos no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra. Muitos sindicatos surgiram motivados por forças ligadas ao poder local e prefeituras, o que criava tensões entre as ações da Contag e as forças políticas locais, que tendiam a conduzir os sindicatos para redes de dominação já consolidadas na região. Com a criação do Funrural estendendo direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, os sindicatos passaram a ser mediadores nessa extensão mediante a criação de convênios médicos e odontológicos, montagem de consultórios e encaminhamentos de aposentadorias. Dessa maneira, essas instâncias passaram a serem reconhecidas como locais de recebimento de benefícios, e não mais como espaços de

organização e de lutas. Assim, muitas entidades de representação acabaram se tornando lugares de práticas clientelistas.

Emergindo como uma crítica à essa postura assistencialista que passou a ser adotada pelos sindicatos, segmentos da Igreja Católica que aderiram à Teologia da Libertação fizeram do trabalho pastoral, das CEB's e das organizações comunitárias, ocasiões para alertar sobre tais práticas. Estimulavam também a valorização da participação, mobilização e organização dos trabalhadores. Segundo Medeiros (2002), a participação desses segmentos da Igreja Católica fez com que se tornassem importantes mediadores nos conflitos fundiários, ocorridos especialmente nas regiões de fronteira.

Na década de 1970, a criação da Comissão Pastoral da Terra mostrou a força desses segmentos. Por meio de legitimação teológica e através da ação de pastorais, viabilizava espaços para reuniões fazendo críticas à estrutura sindical vigente e contribuindo para a formação de “oposições sindicais” (MEDEIROS, 2002). Esse período também é marcado pela intensificação dos conflitos que marcam o momento em que a modernização da agricultura brasileira é incentivada pelo Estado, trazendo efeitos para o trabalhador do campo. Nesse momento, as “oposições” se fortaleceram elaborando discussões que extrapolavam o modelo de ação sindical vigente.

Com a criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, as “oposições sindicais” se fizeram presentes criando um novo campo de disputa com a Contag. Assim, emergiam possibilidades de escapar da influência de poderes locais expressando demandas que traduzissem a realidade do lugar em termos do debate nacional.

A partir dessa articulação foi crescente a oposição às estratégias políticas da Contag possibilitando a formação de uma divisão no interior do sindicalismo rural. Nesse processo de rupturas novos personagens e novas demandas se agregam aos já existentes, e os sem-terra emergem constituindo um movimento com perfil próprio que questionava não apenas a ação sindical relacionada às questões fundiárias, mas também a estrutura organizativa do sindicalismo. Aos poucos o movimento passou a ser socialmente identificado por Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MEDEIROS, 2002).

A emergência desses novos atores afetou o sindicalismo rural dirigido pela Contag. Para além disso novos temas passaram a ser abordados pelo sindicalismo envolvendo questões de gênero e de geração. A crescente mobilização das mulheres em movimentos de trabalhadoras rurais buscando o reconhecimento legal da mulher como trabalhadora rural e preocupação com a formação profissional de jovens trabalhadores rurais, o aumento da

população idosa no campo e o tema da aposentadoria passaram à agenda das discussões promovidas pelos sindicatos.

Nos anos 1990, paralelamente à crescente presença política do MST e do revigoramento dos debates sobre Reforma Agrária no Brasil, começa a surgir um rearranjo de posições no sindicalismo rural focando os chamados “pequenos produtores”. Sob forte influência de segmentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, iniciam-se mobilizações a fim de pressionar o Estado ao reconhecimento de demandas relacionadas à agricultura familiar.

Segundo Medeiros (2002), atividades de formação e intercâmbios internacionais, promovidas principalmente pela Igreja Católica e organizações não governamentais, foram incentivadas a fim de conhecer experiências européias e destacar a relevância econômica e social da agricultura familiar. Logo essa categoria substituiu, nos debates políticos e na linguagem sindical, o termo “pequeno produtor”, dominante até os anos 1980.

À partir da década de 1990, a agricultura familiar foi consolidada como público específico de políticas públicas e o novo sindicalismo rural passou a representar uma nova configuração, inclusive, no tocante às possibilidades para suas lideranças.

1.1 O sindicalismo de trabalhadores rurais nos municípios pesquisados

O sindicalismo rural na região pesquisada teve a sua gênese com o movimento sindical rural na Zona da Mata de Minas Gerais que contou com algumas experiências de implantação de sindicatos nos anos sessenta que, aparentemente, não duraram até os anos setenta (COMERFORD, 2001). Na década de oitenta, com a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) começaram a ser formadas as primeiras lideranças na região. Até então, os sindicatos rurais tinham como principal atividade conter a exploração dos patrões e resguardar os direitos trabalhistas. Com as resoluções do Concílio Vaticano II, realizado em 1965, a Igreja Católica assumiu uma posição de “opção pelos pobres” e, à partir dessa referência, orientou a corrente denominada Teologia da Libertação, que se tornou responsável pelo engajamento dos agentes eclesiais tanto no campo como nas cidades (FAVARETO, 2006).

À partir da década de 1980, iniciam-se processos de fundação de sindicatos de trabalhadores rurais na região. A atuação desses sindicatos foi influenciada pelas novas abordagens que passaram a ser dadas pelo sindicalismo rural na década de 1990, que segundo Favareto (2006), abandonou bandeiras de lutas históricas como reforma agrária, direitos

trabalhistas, política agrícola e assumiu, gradativamente, um projeto alternativo de desenvolvimento rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Assim, os STR's passaram a inserir em seus trabalhos questões de comercialização e de crédito, para atender demandas apresentadas pela agricultura familiar.

Comerford (2001) faz uma vasta pesquisa sobre o sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais e identifica as experiências de implantação de sindicatos na década de 1960 que, aparentemente, não duraram muito tempo. Segundo o pesquisador, até os anos 1980 havia poucos sindicatos na região e vários deles duraram poucos anos. Nas entrevistas que realizou para a pesquisa percebeu que alguns sindicatos surgiram da iniciativa e do apoio de políticos dos municípios que tinham a intenção de criar convênios para assistência médica e odontológica através do Sindicato de Trabalhadores Rurais ou de Sindicatos de Produtores Rurais. À partir da década de 1980, como aponta Comerford (2001), há processos paralelos de fundação de STR's incentivados ora por políticos da região, ora por lideranças das CEB's, com o apoio de alguns padres e a orientação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O autor atenta que a Zona da Mata mineira não foi uma região priorizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e, em função dessas distintas origens dos STR's, há diferentes formas de inserção dos sindicatos nos municípios.

Dois dos cinco STR's pesquisados foram citados por Comerford (2001). Na realidade, os outros três sindicatos pesquisados (STR Alto Caparaó, STR de Caiana e STR de Caparaó) eram sub-sedes e foram desmembrados do STR de Espera Feliz, fundado em outubro de 1986. A fundação desses sindicatos esteve estreitamente ligada aos trabalhos realizados pelas CEB's nas equipes de reflexão religiosa formadas nessas comunidades. Nessas equipes, as pessoas se reúnem para discutir a Bíblia e rezar, organizando plenárias e reunindo lideranças da comunidade. O preconceito com relação às lideranças que se articulavam para fundar os sindicatos era comum. Algumas entrevistas relataram momentos em que seus maridos ou irmãos, líderes sindicais, foram ameaçados e perseguidos por fazendeiros e políticos da região:

Meu sogro era contra, as pessoas tinham idéia que o Sindicato era pra causar briga do empregado com o patrão. Aí meu marido machucou e nós filiamos por isso (sindicalizada 3 – STR Espera Feliz)

Quando o sindicato começou as pessoas achavam que era pra brigar patrão com empregado e não é assim. (sindicalizada 7 – STR Espera Feliz)

Meu irmão faz parte, eu já ouvi falar de gente querendo por fogo lá com o João dentro. Mas tem *as parte* boa, que fala bem. Esses que fala essas *coisa*

são adversário, né? Nem sabe de nada não. (Sindicalizada 12 – STR Espera Feliz)

Meu marido ficou filiado muito tempo escondido. Não podia falar porque o patrão não gostava. Nem eu sabia que ele pagava a carteirinha. O patrão não podia saber. E muitos outros *era* igual ele, o nosso patrão e outros. Graças ao sindicato hoje é tudo diferente. Os trabalhadores trabalhavam igual escravo! (Sindicalizada 24 – STR Espera Feliz)

Encontrar relatos como esses foi recorrente durante a realização das entrevistas. As entrevistadas mencionavam sempre que a filiação no STR era vista como “causadora de encrenca”, “falta de serviço” e “vontade de andar à toa”. Em situações nas quais os maridos eram membros de diretoria elas diziam que era possível ouvir de tudo: até mesmo que o STR “bancava eles” e “que estavam ficando ricos por causa do sindicato”.

Entre os dirigentes e militantes sindicais nos STR’s pesquisados encontrou-se efetivo engajamento na gestão e nas atividades desenvolvidas. A maioria das lideranças tem relativa escolaridade formal, poucos tendo o nível superior completo. Contudo, mostraram-se profundos conhecedores dos procedimentos burocráticos e desenvolvos para organizarem e conduzirem reuniões, encontros e plenárias. Em função disso e, pelo caráter de carisma e estima que conquistam como lideranças são frequentemente convidados para proferirem palestras onde são muito desinibidos e articulados. Essa familiaridade com o “mundo do estado”¹⁴ e habilidades da oratória que desenvolvem implicam com que essas lideranças assumam posteriormente, cargos políticos, como vereadores, ou cargos administrativos em prefeituras.

Com relação à vinculação da mulher ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), seja como filiada ou como membro de diretoria, os relatos das sindicalizadas expressam tanto o apoio quanto o preconceito presente na comunidade:

A comunidade apóia até demais. Quando tem eleição eles quer que a gente participa. (Sindicalizada 1 – STR Espera Feliz)

Muitos ainda tem um pouco de preconceito com relação à participação de mulheres no sindicato. Mas nós vamos mudar isso! [*risos*] (Sindicalizada 8 – STR Caparaó)

A discriminação presente na comunidade em relação à participação da mulher nos espaços públicos pode ser entendida em função dominação patriarcal, ainda em vigor na

¹⁴ Expressão utilizada por Comerford (2001) para mencionar a familiaridade de líderes sindicais com linguagem escrita do governo (documentos, planilhas, petições, processos, atas, cartas, regimentos, etc.) e com os procedimentos práticos do estado, das organizações corporativas.

sociedade, inclusive no meio rural. Durante o trabalho de campo, em algumas reuniões presenciadas pela pesquisadora, pode-se verificar situações contraditórias: momentos em que houve a separação entre homens e mulheres, nos espaços físicos onde estava sendo realizado o encontro (situações flagrantes nas fotos 12, 13, e 14) e momentos em que havia o incentivo dos homens para que as mulheres pudessem se dedicar à reunião (fotos 15 e 16).



Foto 12 Reunião de base do STR Espera Feliz, Comunidade Quicé.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (junho de 2011)



Foto 13 Reunião de base do STR Carangola, Comunidade Cafarnaum
Fonte: Dados da pesquisa de campo (setembro de 2011).



Foto 14 Reunião de base do STR Carangola, Comunidade Cafarnaum
Fonte: Dados da pesquisa de campo (setembro de 2011).

Em ambas situações emerge a dicotomia entre os papéis sexuais exercidos na sociedade e que parece, como destaca Nicholson (1987) reificadora da distinção público/privado percebendo-a como rígida e atemporal: a mulher não se agrupa aos homens pois não se vê capaz de participar de decisões que dizem respeito ao mundo público, restrito aos homens. Na outra situação, os homens realizam o serviço doméstico de preparar o almoço para que as mulheres possam deixar o espaço privado – resignado a elas – e participar do mundo público, ou seja, das reuniões do STR.

Dessa forma, Scott (1995) considera que a estrutura de gênero é afetada não apenas por estruturas contemporâneas (econômicas, políticas, psicológicas) mas, também, pela história prévia de gênero e a interpretação normativa de símbolos expressos em doutrinas religiosas e educacionais que fixam a oposição binária de macho e fêmea. Segundo a autora, as instituições sociais e o mercado de trabalho reforçam a segregação sexual e a dominação dos homens. Esses aspectos, enfatiza Scott, estão sujeitos a mudanças como o passar do tempo por meio de sua desconstrução, que envolve a recusa da qualidade fixa e permanente da oposição binária e da diferença entre os sexos.

Contudo, algumas reuniões chamaram atenção pela organização. Em um encontro de mulheres do STR de Espera Feliz, os homens, sócios membros da diretoria do sindicato, se

mobilizaram para fazer o almoço, possibilitando a participação das mulheres na reunião (fotos 15 e 16):



Foto 15 Sindicalizados do STR de Espera Feliz preparando o almoço para a reunião das mulheres associadas realizada no Educandário Sacramentino (Seminário).
Fonte: Dados da pesquisa de campo (julho de 2011).



Foto 16 Sindicalizados do STR de Espera Feliz preparando o almoço para a reunião das mulheres associadas realizada no Educandário Sacramentino (Seminário).
Fonte: Dados da pesquisa de campo (julho de 2011).

1.1.1 O sindicalismo de trabalhadores rurais de Alto Caparaó

O sindicato é pra nós uma ferramenta para os órgãos superiores, marcar uma perícia, papelada de aposentadoria, contrato de parceria... (Sindicalizada 2 – STR Alto Caparaó)

O sindicalismo rural em Alto Caparaó teve início no final dos anos de, 2000, quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Caparaó foi desmembrado do STR de Espera Feliz em nove de junho de dois mil e sete e em quatorze de julho de dois mil e sete foi feita a assembléia de fundação que elegeu a diretoria provisória. Essa diretoria teve um mandato de dois anos e a representatividade foi organizada por regiões, chamadas de córregos, tendo em cada uma delas, um morador representante da comunidade. A divisão foi feita com base nas seguintes regiões: Córrego Jordelino Breder Valério, Córrego dos Ducas, Córregos Taquara, Córrego Três Barras, Córrego São Pedro, Córrego Bananal e Córrego Louzada (que incluía a região de Três Barras até a divisa com Córrego Bananal e a cidade). A primeira diretoria contava com cinco mulheres. Nas eleições de 2008, cujo mandato vigorará até 2012, a diretoria passou a ser dividida por cargos e a participação de mulheres na diretoria caiu para quatro. Sobre a filiação sindical feminina e masculina no STR, coletou-se dados sobre a filiação desde a fundação, em 2007 até 2011 para comparar-se o número de sócios homens e mulheres¹⁵, conforme Tabela 1:

ANO	MULHERES	HOMENS
2007	76	86
2008	73	77
2009	55	62
2010	38	46
2011 (OUT)	34	48
Sem data no cadastro	12	14
TOTAL	288	333

Tabela 1 Filiação de homens e mulheres no STR de Alto Caparaó nos anos 2007 a 2011.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Caparaó, 2011.

¹⁵ A coleta de dados referentes à filiação de sindicalizadas ocorreu em momentos diferentes. Dessa forma, para o cálculo da amostra de sindicalizadas a serem entrevistadas levou-se em conta os dados referentes à tabela 6, que contém o número de sócias ativas nos STR estudados. Ressalta-se que foram consideradas ativas as sócias que mantinham suas mensalidades pagas nos últimos seis meses.

Identificamos que em todos os anos a filiação sindical feminina foi menor que a masculina e que, no ano de 2008 o número de mulheres sindicalizadas se aproximou mais do número de homens sindicalizados. Nos dois primeiros anos de fundação do sindicato, ou seja, 2007 e 2008 houve uma maior filiação sindical de mulheres do que nos anos posteriores. Esses dados levam a inferir que esse número mais elevado se deve ao início dos trabalhos do STR em Alto Caparaó, gerando uma procura maior pela filiação.

1.1.2 O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caiana

Eu vejo que hoje, que minha visão hoje enquanto pessoa através do movimento mudou muito. Ajudou a encontrar outros caminhos e ter uma vida diferenciada tanto economicamente falando e pessoalmente falando. Acaba diferenciando a pessoa de forma positiva. Eu não saberia dizer como seria a minha vida sem o sindicato. Poderia ser que não existiria vida também. Eu acho que... o movimento entrou na minha vida e ficou, né, de uma forma concreta. (Sindicalizada 3, STR Caiana).

O sindicato dos trabalhadores rurais de Caiana foi fundado em 27/10/2007, quando se desmembrou do STR de Espera Feliz. Na ocasião, foi realizada uma reunião na sede da ASCOPAL (Associação Comunitária das Palmeiras) onde aprovaram a contribuição sindical no valor de 2% do salário mínimo vigente e elegeram a diretoria provisória. Essa diretoria vigorou até 29/03/2009, quando foi realizada uma nova eleição. A primeira diretoria do STR de Caiana contava com 7 homens e 4 mulheres na direção. Na segunda diretoria o número de homens aumentou para 11 e a quantidade de mulheres permaneceu a mesma, ou seja, 4 membros.

Apesar de a participação feminina não ser muito expressiva, a presidência do sindicato foi assumida por uma mulher em 2011, por ocasião de insatisfação de alguns sócios com a diretoria. Assim, após o afastamento do presidente a dirigente sindical que ocupava o cargo de diretora administrativa assumiu a presidência da instituição.

Mesmo não havendo participação efetiva das mulheres sindicalizadas nas reuniões do STR de Caiana, o número de filiadas é relativamente próximo ao de homens, conforme é identificado na tabela 2.

ANO	MULHERES	HOMENS
2007	28	32
2008	194	244
2009	64	79
2010	45	63
2011 (OUT)	33	42
Sem data no cadastro	14	0
TOTAL	378	460

Tabela 2 Filiação de mulheres e homens no STR de Caiana, nos anos 2007 a 2011.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caiana, 2011.

Ao analisar-se a evolução da filiação sindical de homens e mulheres ao STR, desde a sua fundação, viu-se que, em todos os anos, a filiação sindical masculina foi superior à feminina e que no ano de fundação do sindicato essa diferença foi menor. Contudo essa diferença não conseguiu ultrapassar o número de homens sindicalizados.

1.1.3 O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caparaó

Meu irmão mais novo não gosta. Diz que o sindicato é “comedor de dinheiro” e o outro apóia por causa do INSS. (Sindicalizada 1 – STR Caparaó)

O sindicalismo rural de Caparaó teve início em 2007, quando em 24 de novembro foi realizada a assembléia de fundação do sindicato, desmembrado do STR de Espera Feliz. Nessa assembléia, ocorrida no Auditório Paulo Lima (conhecido popularmente por “Pavilhão”), foi aprovada a contribuição sindical no valor de 2% do salário mínimo vigente. A primeira diretoria era composta por 7 homens e 4 mulheres e vigorou até 05/12/2008, quando houve nova eleição. A nova diretoria conta com 10 homens e 5 mulheres. O número de mulheres participando dessa nova gestão passou a ser equivalente a 50% da participação masculina, contudo, ao comparar a evolução da participação dos gêneros na diretoria do STR nota-se que o aumento de participantes masculinos ainda foi proporcionalmente maior do que a filiação sindical feminina.

Apesar da fundação do STR ter sido em 2007, os caparaoenses já possuíam contato com o sindicalismo rural desde os tempos do STR Espera Feliz. Após o desmembramento, os sócios se mantiveram associados ao STR de Caparaó e alguns se filiaram conforme podemos identificar na tabela 3:

ANO	MULHERES	HOMENS
2007	4	8
2008	276	323
2009	40	41
2010	35	50
2011 (OUT)	21	38
SEM DATA	0	1
TOTAL	376	461

Tabela 3: Filiação de mulheres e homens no STR Caparaó nos anos de 2007 a 2011.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caparaó, 2011.

A tabela 3 mostra que o número de homens sindicalizados é superior ao número de mulheres. No ano de 2007 houve poucas sindicalizações devido ao fato de a fundação do STR de Caparaó ter sido no final do ano, no mês de novembro. O ano em que a filiação sindical feminina foi mais próxima da masculina foi em 2009 onde essa diferença foi de apenas um sindicalizado a mais.

1.1.4 O Sindicato de trabalhadores rurais de Carangola

Ahh, aqui a gente sente bem, né... é o tal negócio... a gente que é pobre depende do sindicato, né! Por exemplo, a gente que é pobre, a gente trabalha... se Deus me livre guarde a gente machucar, a gente tem quem ampara a gente, né, que é o sindicato. Se não fosse ele, Deus me livre!
(Sindicalizada 2 – STR Carangola)

A gênese do sindicalismo rural em Carangola teve como influência os movimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) do município de Manhumirim. Comerford (2001) destaca que essa cidade teve muita importância na história das CEB's da Zona da Mata. Segundo o autor, havia um cenário de disputas entre o Padre Júlio Maria e o grupo dominante

na política municipal que se manteve por anos, até a morte do padre, em 1947. Nesse cenário foi fundado pelo Padre Júlio Maria o Seminário Sacramentino. Segundo Comerford (2001), o padre Geraldo Araújo, um dos seminaristas formados durante esses anos de conflito, foi responsável pela criação do Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (MAPE), antecedente do Movimento da Boa Nova (MOBON). Esse movimento, no final da década de 1960, foi responsável pela criação de cursos e grupos de reflexão, comunidades e plenárias que formou uma considerável camada de lideranças camponesas católicas. Essa foi a base de formação que originou a maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região.

Em Carangola, o MAPE foi oficializado como sociedade civil em 1959, com a finalidade de “formar líderes leigos para a evangelização (...) organizar e dinamizar pequenas comunidades cristãs e trabalhar pela promoção da pessoa humana em seu meio social” (COMERFORD, 2001, p. 249). Segundo esse autor, na mesma época organizaram-se em Carangola os Círculos Bíblicos, que eram reuniões semanais para senhoras e moças. Nesse sentido, com uma estreita relação com a igreja católica, os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais surgem na década de 1970, na região da Zona da Mata mineira. Comerford (2001) aponta que esses sindicatos não foram muitos e que até o início dos anos 1980 havia poucos na região e vários parecem ter durado apenas alguns anos. Na pesquisa do autor foi constatada que alguns desses sindicatos surgiram a partir da iniciativa e do apoio de políticos que tinham conhecimento da possibilidade de criar convênios de atendimentos médicos através dos STR's.

A partir dos anos 1980 houve um aumento do número de STR's na região, incentivados por padres, lideranças das CEB's e orientações da Comissão Pastoral da Terra (COMERFORD, 2001). Nesse período foi fundado o STR de Carangola, em 25/10/1987 e para sua fundação contavam com uma relação 742 pessoas. Na ocasião foi eleita uma diretoria provisória composta por 5 homens e 1 mulher. Na gestão 1995/1997, a participação de mulheres na diretoria aumentou para 5, enquanto o número de homens na direção do STR passou para 11. Durante a gestão 2001/2004, a participação dos homens na diretoria do sindicato passou para 16 e a das mulheres aumentou para 6; de 2005/2008 o número de homens da diretoria caiu para 13 e o de mulheres aumentou para 7 e, finalmente, na gestão 2009/2011 a participação masculina foi para 15 e a feminina para 6. Isso demonstra que, em média, a diferença entre homens e mulheres ocupando cargos na diretoria do STR de Carangola é de 7 membros, ou seja, o sindicato possui em média, 7 homens a mais na diretoria do que mulheres, como demonstra a tabela 4.

O STR de Carangola possui sub-sedes nos municípios de Faria Lemos, Fervedouro e São Francisco do Glória. Conta com a atuação de Regina Aparecida de Castro na presidência desde 25/04/05 (seu primeiro mandato). Em 25/04/09 ela iniciou seu segundo mandato consecutivo. A atual coordenadora do sindicato foi uma das sócias fundadoras na gestão do primeiro presidente e sempre teve expressiva participação política, sobretudo no meio rural. Nas eleições municipais de 2008 foi a única mulher eleita vereadora, vindo a assumir, posteriormente, a Secretaria de Agricultura do município, que possui uma vice-prefeita reforçando a participação feminina no Poder Executivo Municipal.

Levantou-se dados na secretaria do STR de Carangola a fim de pesquisar-se sobre a participação de mulheres na diretoria do sindicato. As atas das eleições de diretorias dos anos de 1989 a 1994 e de 1998 a 2000 não foram localizadas em razão da mudança que ocorreu na sede da instituição. Segundo informações de funcionários, essas atas se perderam durante a mudança. Essa perda de dados comprometeu a avaliação da filiação de homens e mulheres ocupando cargos na diretoria do STR. Apesar disso, elaborou-se uma tabela comparativa com a participação de mulheres e homens na diretoria desde a fundação do STR até os dias atuais:

GESTÃO DA DIRETORIA	HOMENS	MULHERES
1987 a 1988	5	1
1989 a 1994	Ata não encontrada	Ata não encontrada
1995 a 1997	11	5
1998 a 2000	Ata não encontrada	Ata não encontrada
2001 a 2004	16	6
2005 a 2008	13	7
2009 a 2011	15	6

Tabela 4: Participação de mulheres e homens na diretoria desde a fundação do STR até 2011. Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carangola, 2011.

Pode-se observar que a participação feminina na diretoria do STR de Carangola sempre foi menor que a masculina. Na primeira diretoria, a proporção não passou de 20%. Na diretoria de 1995 a 1997 o número de mulheres foi equivalente a 45,4% do número de homens na direção do sindicato. De 2001 a 2004 as mulheres representavam 37,5% do número de homens ocupando cargos de direção. Na gestão de 2005 a 2008 é que a proporção foi um pouco maior: 53,8%. Essa gestão foi a primeira assumida por uma mulher e esse número mais elevado de participação feminina na diretoria leva a inferir que a chapa encabeçada por uma

mulher motivou a integração de outras mulheres em cargos na diretoria do STR. Em 2009, por ocasião da reeleição da diretoria, mesmo com a continuidade da presidente do STR no cargo, o número de mulheres compondo a diretoria do sindicato diminuiu para 40%. Esses dados demonstram que a eleição de uma mulher como presidente do sindicato, ocorrida em 2005 elevou o número de mulheres ocupando cargos na diretoria. Contudo, essa maior participação não se manteve na gestão seguinte, mesmo com a permanência da presidente do STR no cargo.

1.1.5 O Sindicato de Trabalhadores rurais de Espera Feliz

Olha, igual trabalhador rural, a gente é mais conscientizado, tem mais conhecimento das coisas, o sindicato, a gente fica sabendo o que passa, o que pode fazer. (Sindicalizada 10 – STR Espera Feliz)

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz foi criado em 25/10/1986 contando com lideranças engajadas nas CEB's. O STR de Espera Feliz possuía como sub-sedes os municípios de Caiana, Caparaó e Alto Caparaó, que foram desmembrados em 2007. Em decorrência disso, fez-se a opção de incluir esses municípios na pesquisa. A presença da mulher no movimento sindical foi destaque no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz: desde 2003, o sindicato é coordenado por mulheres. Após dois mandatos consecutivos (julho/2003 a junho/2006 e julho/2006 a julho/2010) na presidência do STR, Maria Aparecida Zanon Lima elegeu como sua sucessora Mariana Aparecida Gomes da Silva Correia, que atuou como tesoureira em seus dois mandatos e que presidirá o sindicato até 2013.

O STR de Espera Feliz promove a inserção das mulheres no movimento sindical. Nas suas discussões, o sindicato enfoca temas relacionados à agricultura familiar, Economia Solidária, Agroecologia, Cooperativismo e Juventude Rural. Além disso, insere na agenda de discussões a geração de renda por meio de Associações de Mulheres e coordenação de atividades de artesanato e fabricação de doces caseiros, com destaque para a promoção de ações voltadas para o acesso a direitos previdenciários como aposentadoria e auxílio-doença das trabalhadoras rurais. Buscando analisar, em termos comparativos, a sindicalização de

homens e mulheres, ao longo dos anos, desde a criação da instituição até os dias atuais, elaborou-se, por meio dos dados fornecidos pelo sindicato, a tabela abaixo:

ANO	MULHERES	HOMENS
1986	9	47
1987	18	34
1988	3	25
1989	6	11
1990	1	2
1991	0	3
1992	0	2
1993	1	4
1994	2	2
1995	4	0
1996	4	4
1997	6	13
1998	13	16
1999	15	16
2000	10	19
2001	11	19
2002	15	26
2003	22	41
2004	162	126
2005	187	188
2006	285	281
2007	188	194
2008	198	191
2009	161	161
2010	130	149
2011 até out	78	115
SEM DATA	81	44
TOTAL	1610	1733

Tabela 5: Filiação de mulheres e homens no STR Espera Feliz nos anos de 1986 a 2011.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz, 2011.

O STR representa uma situação peculiar quanto ao número de mulheres sindicalizadas. Dos cinco STR's pesquisados é o que apresenta maior número de mulheres

filiadas, por vezes, superando o número de homens. Pode-se observar à partir da tabela 5 que, à partir de 2004, a filiação de mulheres ao STR de Espera Feliz foi maciça alcançando uma diferença de 7 vezes de um ano para outro. Ou seja, de 2003 para 2004 a filiação sindical feminina foi 7 vezes maior que no ano anterior e superou a filiação masculina. Da mesma forma, nesse mesmo período analisado, a filiação de homens apresentou um número expressivo. Nos anos seguintes até 2011, a filiação feminina foi proporcionalmente a mesma da masculina, com destaque para os anos de 2006 e 2008, quando foi maior.

Em uma pesquisa anterior, realizada no STR de Espera Feliz, analisou-se esse considerável aumento de filiação feminina durante os anos de 2006 e 2008. Nesse recorte temporal, foram encontrados 957 registros de filiação sindical de mulheres, dentre os quais, 97 se deram na gestão de um homem (julho de 2000 a junho de 2003) e 860 na gestão de uma mulher (período compreendido entre julho de 2003 a junho de 2006). Essa discrepância motivou a pesquisadora a entrevistar as mulheres que participavam da diretoria do sindicato, bem como a que ocupou o cargo de presidente no período de julho de 2003 a junho de 2006, e questioná-las sobre o motivo para o aumento significativo de filiação de mulheres nesse período. Dessa forma analisou-se a percepção das mesmas sobre o aumento da filiação sindical.

Segundo as entrevistadas, o aumento estaria relacionado a algumas estratégias: 1) ao fato de terem sido organizadas reuniões de base nas comunidades rurais a fim de divulgar o trabalho do sindicato e de informar, sobretudo, às mulheres sobre o acesso a benefícios trabalhistas e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, à partir do sindicato; 2) a diretoria do sindicato incentivou a organização de grupos e associações de mulheres com o objetivo de discutirem atividades de geração de renda por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁶, combate à violência doméstica, gestão da

¹⁶ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Tem como objetivo contribuir para a formação de estoques estratégicos de gêneros alimentícios para fins diversos. Foi instituído pelo artigo 19 da [Lei 10.696/2003](#), e é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). É implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a [Companhia Nacional de Abastecimento \(Conab\)](#), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa [Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar \(Pronaf\)](#). A identificação é feita por meio de uma [Declaração de Aptidão ao Pronaf \(Dap\)](#). Fonte: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em 20/04/2012.

propriedade, acesso ao Crédito Fundiário¹⁷; 3) a elaboração de projetos para resgatar a auto-estima das sindicalizadas.

Através da fala das dirigentes do STR-EF percebeu-se que há uma identificação feminina com relação à participação das mulheres rurais e a percepção, por parte dessas dirigentes, em resguardar os direitos, sobretudo previdenciários, dessas trabalhadoras. O desenvolvimento da política de filiação sindical realizada pela direção do sindicato gerou expressivo aumento das filiações. Esse fato demonstra o foco que passou a ser dado para a crescente demanda por assistência previdenciária (licença-maternidade e auxílio-doença). Além disso, por meio das entrevistas feitas, observou-se o interesse por questões relacionadas à realidade das mulheres e as situações que vivenciam, bem como a elaboração de projetos que objetivam resgatar a auto-estima das sindicalizadas.

Dos cinco STR's pesquisados, o de Espera Feliz é o que apresenta maior filiação sindical feminina. Contudo, ao analisar-se essa filiação sindical das mulheres, percebeu-se que esta não se dava de forma participativa. Das 28 sindicalizadas entrevistadas, 39,3% se consideravam sócias pouco ativas, 28,6% se classificavam como sócias muito ativas, 21,4% disseram que são filiadas, mas não participavam de reuniões e 10,7% ocupavam algum cargo na diretoria do STR-EF. De modo geral, esses dados demonstram uma participação pouco expressiva das sindicalizadas nos trabalhos do sindicato. Somando os percentuais das sócias que se consideravam pouco ativas com as que não participavam de reuniões, temos 60,7% ao passo que as sócias que se consideram muito ativas e que ocupam cargos na diretoria do STR-EF somavam 32,1%. Os dados da pesquisa demonstraram a atuação do STR-EF em ações instrumentais que mobilizavam as trabalhadoras rurais a se filiarem. Apesar disso, identificou-se que as mulheres não se sentiam motivadas a participarem de forma mais atuante das atividades do sindicato, como reuniões e assembléias.

¹⁷ O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário que oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento que pode ser individual ou coletivo. Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>. Acesso em 20/10/2011.

CAPÍTULO 2

AS CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE PODER E EMPODERAMENTO

O movimento de mulheres tem uma longa trajetória na história do Brasil desde as primeiras décadas do século passado até os dias atuais. Numa perspectiva histórica, essa trajetória envolve desde o movimento sufragista, que em 1932 culminou com a conquista do direito ao voto feminino, passando pelo movimento pela redemocratização e retomada dos direitos civis na Constituição de 1988, até os dias atuais, onde acirradas discussões sobre a legalização do aborto polemizam o cenário político, cultural e religioso.

Em meio a esse contexto, as discussões sobre equidade de gênero vêm ganhando espaço nos estudos acadêmicos trazendo como pano de fundo a participação feminina em movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos abordando reconfigurações nas relações de poder nos espaços públicos e privados. Foi nesse sentido que esta pesquisa despertou interesse em investigar a participação de mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais como forma de compreender se é possível modificar as relações de poder, sobretudo no meio rural. Para compor a investigação e análise, estruturou-se teoricamente este trabalho no sentido de partir de um cenário mais amplo para o mais específico, voltado para o objeto de análise: as mulheres sindicalizadas rurais dos sindicatos de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.

Assim, neste capítulo são apresentadas as correntes teóricas que contribuíram para a construção dos estudos sobre participação, relações de poder e empoderamento, posteriormente faz-se uma breve abordagem sobre a inserção da mulher nos espaços públicos e privados e finaliza-se o capítulo trazendo uma abordagem sobre a participação das mulheres em movimentos de ações coletivas no Brasil.

2.1 Concepções acerca do poder de ação do indivíduo

A participação das mulheres em movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, associações, é um tema que vem ganhando destaque tanto nas discussões acadêmicas quanto nas do senso comum, presentes em nosso cotidiano. A inserção das mulheres nas esferas públicas da sociedade tem sido incentivada e implementada por políticas de ações afirmativas a fim de fazer frente à restrita participação delas nas esferas de decisão. No Brasil, a política de cotas mínimas de participação para as mulheres em cargos de direção em sindicatos e partidos políticos constitui uma dessas ações. Nessas abordagens, o conceito de empoderamento¹⁸ vem despontando nos debates envolvendo os movimentos de mulheres, movimentos sociais do campo, pesquisas acadêmicas, ações das agências de desenvolvimento, de financiamento de projetos e nas políticas públicas. A ênfase dada é referente à autonomia nas tomadas de decisão, nas reivindicações das mulheres para além da esfera pública e na obtenção de poder em temas que afetam suas vidas (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007).

Apesar dos avanços nos debates envolvendo as questões de gênero, a sociedade brasileira, em decorrência de uma colonização exploradora, escravocrata e patriarcal, ainda reproduz comportamentos fortemente marcados pela dominação patriarcalista, o que faz com que as mulheres, sobretudo as do meio rural, sejam alijadas da liberdade de decidirem sobre suas próprias vidas. Nesta perspectiva, agrupou-se lentes teóricas que amparam as discussões que envolvem as categorias analíticas participação, relações de poder e empoderamento, diretamente relacionadas ao universo empírico do estudo: as mulheres sindicalizadas rurais. Apresentam-se três concepções acerca do poder de ação do indivíduo: 1) a crença na estrutura normativa; 2) a força da estrutura e a força do indivíduo, e 3) o poder do indivíduo. Tais concepções representam diferentes perspectivas que demonstram o poder que o indivíduo tem para agir mediante as forças da estrutura.

¹⁸ Originado da língua inglesa – *empowerment* – o termo vem sendo usado para legitimar a luta contra as diversas formas de opressão vividas pela mulher. No movimento de mulheres, o conceito de empoderamento passou a ser utilizado na II Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada pela ONU, em 1985, na cidade de Nairóbi, no Quênia, onde apareceu designando a capacidade das mulheres do Terceiro Mundo de mudarem as próprias vidas. Segundo Deere (2004) os direitos das mulheres à terra representam empoderamento pois são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres.

2.2 A crença na estrutura normativa

Na concepção da estrutura normativa trabalhou-se com os estudos de Foucault (2007) acerca dos micro-poderes sociais normatizados pelos discursos de verdades hegemônicas estabelecidas pela Igreja, Estado, família, educação, cultura e economia. Nesses discursos normativos o sujeito é cercado por uma vigilância que estabelece a forma pela qual deve ser e agir. Essa função repressiva do poder tem por objetivo gerir a vida de homens e mulheres e controlar suas ações buscando aumentar o efeito do seu trabalho, com utilidade econômica máxima e diminuindo a capacidade de resistência, de luta contra as ordens do poder, tornando os homens dóceis politicamente por meio da diminuição de sua força contestadora.

Outra esfera da ordem do discurso está presente na repressão da sexualidade. O autor chama de hipótese repressiva a maneira como a sexualidade é utilizada como forma de poder, ou seja, como correlação de forças dominadoras na estrutura social. Essa é uma estratégia utilizada nas sociedades modernas a partir do século XIX a fim de disciplinarizar o gesto, a ação do corpo, a obediência e regular comportamentos, legitimando o fortalecimento e a manutenção das engrenagens da sociedade capitalista normatizada por relações binárias entre os sexos através dos signos que o discurso carrega consigo. A resignação da mulher ao âmbito privado representaria, sob as lentes foucaultianas, uma forma de disciplinarização, vigilância e controle do corpo, mantidos por elementos simbólicos, como o discurso.

Contudo, Foucault (2007) destaca que o poder é exercido em diferentes níveis e não está num ponto específico da estrutura social, somos controlados e normatizados por múltiplos processos de poder. Esse caráter relacional implica que qualquer luta representa resistência dentro de uma rede de poder, que se dissemina por toda sociedade devido a uma multiplicidade de relações de força. Assim, o poder para Foucault (2007) é luta, relação de força, disputa, situação estratégica onde se ganha ou se perde.

O discurso sobre a ação *versus* estrutura tem uma abordagem micro que retrata a ação social do indivíduo movido por forças internas. Essa ênfase centrada nos indivíduos afirma que as estruturas existem na sociedade, mas não são autônomas nem independentes desses indivíduos e sim produzidas por eles. Dessa forma, há uma tensão permanente entre a liberdade de agir do indivíduo e a ordem e as determinações estabelecidas na sociedade. Nos movimentos de ações coletivas e em espaços coletivos institucionalizados, como os sindicatos, as ações envolvem um modo de pensar e agir que fundamenta essa ação e sempre se refere à luta por defesa de interesses coletivos e extensão de benefícios de ordem política, econômica, social e cultural.

2.3 A força da estrutura e a força do indivíduo

Saindo dessa perspectiva que acredita na força da estrutura normativa agindo sobre os indivíduos e adentrando o ponto de vista do poder de ação do indivíduo na força da estrutura, esta pesquisa se ampara teoricamente nas discussões de Weber (2000). O autor inaugura a Sociologia Compreensiva desenvolvendo o conceito de ação social, tendo como ponto de partida o indivíduo. Definiu a Sociologia como ciência da ação social com o objetivo de compreender a ação humana, quando compreendemos um fato social através do sentido que lhe é atribuído. Esse sentido é que dá a ação o seu caráter político, religioso ou econômico. Ele distingue quatro tipos de ação social as quais orientam o sujeito: 1) a ação racional com relação a um objetivo, fins próprios, perseguidos racionalmente; 2) a ação racional com relação a um valor ético, estético, religioso ou qualquer que seja a interpretação, independente do resultado; 3) ação afetiva, que é aquela definida pela reação emocional do sujeito quando submetido a determinadas circunstâncias e 4) a ação tradicional que é motivada pelos costumes, tradições, hábitos, crenças, quando o indivíduo age movido pela obediência a hábitos fortemente enraizados em sua vida.

Para compreender o sentido da ação, Weber (2000) estabeleceu o método de interpretação da realidade social unindo compreensão e explicação e criou a noção do tipo ideal utilizado não como sentido normativo, mas como uma referência, uma construção analítica, um instrumento para entender sentidos complexos pelo qual serão acessadas as representações. Quando Weber (2000) constrói os tipos ideais relacionados às formas de dominação, ele analisa a legitimidade dessas relações considerando que estão diretamente ligadas a ação do indivíduo, pois a dominação está baseada na obediência de um determinado mandato, podendo se dar por motivos de submissão ou autoridade. Na sociologia weberiana a dominação está dividida em três tipos: a tradicional, a carismática e a racional. A primeira está baseada na crença das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude das tradições, representam a autoridade. A dominação carismática é baseada na veneração do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa, obedecendo-se ao líder carismaticamente qualificado como tal em virtude de confiança pessoal em revelação ou heroísmo. Na dominação racional o poder está baseado na crença das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que estão nomeados para exercer a dominação. É também chamada de dominação legal.

A dominação tradicional, dentre os tipos de dominação estudados por Weber (2000), é um dos conceitos propostos pelo autor que mais caracteriza o poder no mundo rural brasileiro. Por meio da dominação tradicional, a ação do senhor, vinculada à tradição, se perpetua por gerações. O senhor domina com ou sem quadro administrativo, ou seja, ele pode ter pessoas tradicionalmente ligadas a ele (funcionários, clientes, funcionários domésticos, pessoas de confiança) ou pode haver dominação exercida pelos mais velhos (gerontocracia), melhores conhecedores da tradição. A gerontocracia é encontrada em associações não familiares ou econômicas (WEBER, 2000).

O patriarcalismo também é um tipo de dominação tradicional onde não há quadro administrativo. Caracteriza-se pelo poder exercido pelo senhor e se orienta pela idéia dos dominados e caracteriza-se por um sistema de normas baseadas na tradição e na autoridade pessoal e obediência ao senhor, fundada nas crenças, nas tradições, na autoridade, na obediência que se faz de forma espontânea, sem relação com princípios jurídicos, e dessa forma, torna-se inquestionável pelas tradições. Para Weber (2000) a dominação é um caso especial do poder e um dos elementos mais importantes da ação social. O autor define a dominação como uma possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria. Dessa forma, o patriarcalismo se caracteriza, na esfera econômica, por um sistema de produção baseado na organização familiar, e na esfera política como um sistema de comando sob a autoridade do patriarca no interior da família.

No Brasil, Freyre (2004) faz uma análise da história patriarcal do país e aponta como um dos vícios de nossa cultura, a atmosfera da monocultura escravocrata e da família patriarcal, que interferia diretamente no mando político e estende-se a outras esferas da vida social, como a família. Sob a concepção do patriarcado, a mulher é vista como patrimônio e juntamente com os bens da família, deve ser administrado pelo patriarca. Nesse modelo de organização, as mulheres estavam submetidas aos seus senhores:

resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica de nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido (FREYRE, 2004, p. 114).

A essa característica típica do modelo patriarcal de sociedade instaurado no Brasil colonial convencionou-se a diferenciação entre homens e mulheres, justificando, inclusive, o

aspecto duplo de moralidade que dá aos homens todos os tipos de liberdade (oportunidades de iniciativa, ação social, negociações) e às mulheres a restrição aos serviços domésticos.

Os autores Saffioti e Ferrante (1982) complementam essa ideia considerando o patriarcado não apenas um sistema de poder, mas também econômico: os homens trocam sustento e afeto por trabalho doméstico. Na família patriarcal está presente a mediação entre o público e o privado e também nela se baseiam os princípios da autoridade do homem sobre a mulher, sua submissão consentida em respeito aos costumes, valores e tradições, a distribuição dos papéis entre os sexos, a resignação da mulher ao âmbito privado e à divisão sexual do trabalho. Assim se desenvolve o histórico de dominação, subordinação e exclusão das mulheres em várias formas de direito que ainda fazem com que os estudos sobre as relações de gênero ocupem relevante espaço no meio acadêmico.

Ainda sob a perspectiva da estrutura e força do indivíduo destaca-se alguns aspectos da teoria de Bourdieu (2004) que se aproximam de Weber (2000) tendo em vista que o sujeito, para o primeiro, não deixa de agir, mas age dentro das regras do campo, dentro da ideia estrutural pois a ação das pessoas está marcada pelo poder simbólico. Analisando as condições das mulheres do meio rural em suas relações nos espaços público e privado identificamos a presença de aspectos da dominação masculina (BOURDIEU, 2005). Para o autor, nas relações de dominação entre os sexos consistem em um sistema socialmente constituído, de divisão incorporada nos “*habitus* dos agentes” e continuamente realimentada e reforçada em relações sociais de dominação e exploração dentro de uma organização social baseada na divisão de gênero. A construção social do significado de homem e mulher é entendida como efeito de uma ordem social masculina que é objetivada na “ordem das coisas”, na organização da vida social e absorvida pelos atores sociais como um sistema de interpretação na rotina da divisão do trabalho e nos rituais coletivos e privados.

Bourdieu (2005) aponta que a ruptura no quadro da dominação masculina nas sociedades pressupõe mudanças na consciência dos dominados e dos dominantes porque a dicotomia entre os sexos está fortemente presente nas práticas cotidianas e no *habitus* de cada indivíduo de forma que pareça natural. Deriva desse fato, a dificuldade da mulher do meio rural se socializar e ocupar espaços públicos pois demanda romper o *habitus* de ser dominada e o de fazer com que os homens deixem de ser dominadores.

2.4 O poder do indivíduo

Adentrando a perspectiva que acredita no poder do indivíduo mediante a estrutura, trabalha-se com as abordagens que abarcam os conceitos de participação e empoderamento. O conceito de participação utilizado nesta pesquisa se ampara nas discussões propostas Maria da Glória Gohn que estuda os movimentos sociais no Brasil. A autora considera que a participação das mulheres no plano micro gera forças emancipatórias e são fontes para as mudanças e transformações sociais e, assim, destaca a importância de sujeitos sociais para atuação em redes de sociabilidade (como as associações de bairros, de comunidades), redes temáticas como as entidades que atuam sobre questões de gênero, grupos que discutem questões sócio-culturais (temáticas religiosas e/ou étnicas); redes geracionais, as quais abordam temas voltados para jovens e idosos, e redes de governança, como por exemplo, Organizações Não Governamentais (ONG's) ou fóruns de prefeituras que adotam o Orçamento Participativo.

Dessa maneira, as mulheres estariam agindo diante da estrutura buscando alcançar mudanças sociais, econômicas e culturais. Esse agir estaria relacionado ao engajamento em pequenos grupos, dentro da comunidade, e que com adesão de outras mulheres, alcançaria maior visibilidade e mobilização.

Segundo Gohn (1997) os novos movimentos sociais surgidos no Brasil, na década de 1980 se diferenciavam dos movimentos sociais clássicos e eram frutos da conjuntura político-econômica da época. Um dos exemplos que a autora cita é o movimento das Diretas Já, contra o regime militar e centrando nas discussões da Constituição de 1988. Ela identificou, na década de 1990, uma nova referência aos atores sociais – mulheres, jovens, negros, índios, pobres, excluídos – apartados socialmente na nova estrutura do mercado de trabalho. Esses atores, inseridos nos conflitos sociais modernos passaram a questionar os direitos a cidadania, que por ser um conjunto de direitos e obrigações passou a ser o cerne da luta. Os movimentos populares no Brasil, em conjunto com os da América Latina, trouxeram à tona a participação das mulheres. Segundo Gohn (1997) nesses movimentos o engajamento das mulheres foi maior, em oposição ao movimento feminista, circunscrito a grupos mais intelectualizados, tendo em vista suas reivindicações, relacionadas às demandas populares, como melhorias nos serviços públicos, transportes, creches e na área da saúde.

A autora destaca ainda que os movimentos sociais alteram sua posição na ordem internacional e os movimentos como o de mulheres e de índios redefinem seus códigos e passam a ser movimentos de gênero, raça, etnia. Para Gohn (1997), o perfil dos militantes

também mudou. A militância passou a ser mais seletiva e qualitativa. Essa mudança é decorrente do paradigma atual do mundo do trabalho, que exige, cada vez mais, o trabalho multidisciplinar e em equipe. Nesse novo modelo de vida e de trabalho exige que as pessoas saibam administrar suas emoções, saibam ouvir, dar espaço para a fala do outro, e os velhos líderes, que dominavam pela retórica, estariam fora do novo modelo.

O contexto de participação discutido por Gohn (1997) se aproxima ao de sistemas de participação cívica analisado por Araújo (2003). Para essa autora, os sistemas de participação cívica remetem à atuação em vários tipos de associações, voluntárias ou não, como corais, associações comunitárias de bairros, partidos políticos, sindicatos, cooperativas, grupos de arte, dentre outros. Nessas participações cada um tem um grau de pertencimento e de importância relativamente igual. A consciência que cada um tem de seu papel e de seus deveres, em conjunto com seu compromisso de igualdade política, constitui o cimento moral da comunidade cívica (ARAÚJO, 2003).

Em ambos contextos, a participação tem o caráter aglutinador que permite que as pessoas cooperem umas com as outras, inclusive para enfrentarem, no caso das mulheres, os reveses que a participação em espaços públicos engendra, como as transformações no âmbito privado, na rotina da casa, nos trabalhos ditos domésticos. O simples fato de saírem de casa para participarem de uma reunião acarreta negociações com o companheiro e até mesmo, situações de desavenças e violência, em decorrência da lógica binária entre público-privado tão naturalizada na sociedade. É nesse sentido que os processos de participação e inserção das mulheres nos espaços públicos problematizam as relações de poder naturalizadas pelo não reconhecimento da mulher rural como sujeitos de direitos.

Estudos como os de Pinto (2002) identificam que o engajamento nos movimentos sociais e a sindicalização modificam a inserção da mulher na rede de poderes de sua comunidade permitindo maior visibilidade política e possibilidade de participação nas tomadas de decisão. A autora considera que a adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público, colocando o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. Tal atitude rompe tabus e preconceitos e coloca em voga novos valores e comportamentos desafiando relações de poder, principalmente em locais resistentes à participação da mulher no espaço público. Além disso, a autora nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as tornam necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, através de novas práticas sociais.

Ainda relacionado à perspectiva do poder do indivíduo agindo contra as forças da estrutura, identificou-se a abordagem de Sen (2000) que destaca a atuação das mulheres na *condição de agente*. Considera que as mulheres já não são mais vistas como receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar e são vistas, inclusive pelos homens, como agentes ativos de mudanças, capazes de promover dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida de homens e mulheres. Elenca e denomina como variáveis do desenvolvimento para alcance da liberdade: 1) emprego fora de casa (expõe a mulher ao mundo fora de casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente); 2) instrução (tende a torná-la mais informada e qualificada); e 3) propriedade de bens (torna a mulher mais poderosa nas decisões familiares).

A expressão “exercício da liberdade”, utilizada por Sen (2000), evidencia a esfera das discussões públicas e das interações sociais, que são elas próprias influenciadas pelas liberdades de participação. Para o autor, o ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual e dentre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. Considera ainda que a condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social e suas conseqüências estão estreitamente relacionadas ao processo de desenvolvimento. Sen (2000) acredita que o aspecto crucial do ‘desenvolvimento como liberdade’ é o reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Nesse sentido, o autor corrobora com o conceito de empoderamento (abordado no próximo tópico) voltado para captar as formas de controle das minorias sociais sobre as suas próprias vidas e procura evidenciar as manifestações que revelam a idéia de mudança desejada, alcançadas através do acesso pela mulher tanto aos bens materiais quanto ao poder, que possam implicar em transformações em suas próprias vidas e também nas de seus companheiros e familiares.

Alguns conceitos têm despontado no debate contemporâneo sobre a participação da sociedade civil em esferas públicas. Atrelado a esse debate, a sociedade civil amplia seu protagonismo por meio de movimentos sociais e sindicais. Por volta dos anos 1990, como o fim do período de ditadura militar no Brasil, a questão da cidadania, ganha outro enfoque, como cidadania coletiva (Gohn, 2004) enfocando a responsabilidade social dos cidadãos nos espaços públicos. As comunidades passam a ser protagonistas das decisões que lhes dizem respeito e daí o conceito de empoderamento desponta nos discursos de políticas públicas.

Assim, o conceito de empoderamento tem sido utilizado no Brasil em diferentes perspectivas. Uma dessas perspectivas abarca o processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades com o objetivo de melhorar, de forma gradual e progressiva, suas vidas tanto no sentido material quanto no de crescimento pessoal como cidadãos críticos e conscientes de sua habilidade para produzir, criar e gerir (ROMANO e ANTUNES, 2002).

A outra perspectiva pela qual o conceito de empoderamento é utilizado é o que está relacionado às ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal sem contribuir para organizá-los pois se trata de projetos de ações sociais assistenciais desenvolvidas por agências de fomento, organizações internacionais e órgãos do chamado “terceiro setor” (DAGNINO, 2004)¹⁹.

Quanto aos aspectos políticos associados ao empoderamento, identificou-se os trabalhos de Gohn (2004) e Kleba e Wendausen (2009) que seguem essa mesma linha e caracterizam esses poderes em três níveis: pessoal ou psicológico, grupal ou organizacional ou político. No nível pessoal tem-se o indivíduo como sendo o principal responsável por se sentir ativo e exercer influência sobre o meio, de tomar o destino em suas próprias mãos. Em sentido grupal ou organizacional situam-se as organizações sociais, associações, grupos de bairros e grupos religiosos organizados em experiências e decisões compartilhadas, onde são criados laços de pertencimento e identidade (GOHN, 2004). Em nível político, estão organizações mais amplas, associações políticas de maior amplitude, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos utilizando apoios externos, promovendo inserção nos projetos sociais e políticos, criando e conquistando espaços de participação (KLEBA E WENDAUSEN, 2009).

O empoderamento no aspecto político pode ser entendido pela concepção de Putnam (2008) sobre sociedade civil. Em seus estudos, o autor desenvolveu vários conceitos que são básicos para compreender o empoderamento, dentre eles, os conceitos de comunidades cívicas e capital social. O primeiro é definido como cidadãos atuantes e que estão imbuídos de espírito público, por uma estrutura social baseada na confiança e na colaboração. Dessa estrutura deriva os hábitos democráticos, o espírito de reciprocidade e cooperação. Já o

¹⁹ Dagnino (2004) propõe um debate sobre sociedade civil, participação e cidadania e destaca um olhar crítico para a emergência do chamado Terceiro Setor, que engloba entidades da sociedade civil com fins públicos e não-lucrativas. Para a autora, a substituição do termo sociedade civil pela importação do termo Terceiro Setor (o primeiro e o segundo seriam o Estado e o Mercado) designa o intento de retirar a cidadania do terreno da política, retomado novamente pelo seu detentor exclusivo: o Estado.

conceito de capital social está relacionado à conexão entre indivíduos, redes sociais e às normas de reciprocidade e lealdade advindas deles. Assim, capital social está diretamente relacionado à chamada virtude cívica, que se faz poderosa quando imersa numa rede de relações recíprocas. Assim, a participação cívica remete à atuação em associações de bairros, clubes esportivos, partidos políticos, sindicatos, cooperativas, dentre outros, que representam uma forma de possibilidades de cooperação horizontal. Essas participações possibilitam melhor informação, promovem as regras e gera confiança que aglutina as pessoas.

Nesse mesmo sentido, Deere e Léon (2002) consideram como condições prévias para o empoderamento da mulher a participação em espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres.

A hipótese desta pesquisa aposta na participação das sindicalizadas rurais nos sindicatos de trabalhadores rurais da região estudada como forma de alcance processual do empoderamento das agricultoras familiares. Essa perspectiva vislumbra que a participação é instrumento capaz de gerar mudanças sociais, políticas e econômicas em atividades conjuntas e/ou individuais, na esfera pública e privada, abrindo espaço para o processo de ressignificação de sua posição nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias e enfraquecendo as estruturas patriarcais presentes no meio rural. Assim, o tópico a seguir apresenta um breve histórico sobre a participação feminina em organizações associativas a fim de ilustrar o processo de inserção das mulheres nos espaços públicos.

2.5 A mulher nos espaços públicos e privados

“A mulher não quer ser mais mulherzinha de ficar em casa só cuidando de casa. Ela quer muito mais! Mulherzinha boazinha... “minha mulherzinha que tá em casa, coitadinha... cozinhando!” (Entrevistada 40, não sindicalizada, Carangola).

Que espaço cabe à mulher? A casa? O quintal? O tanque? O fogão? A rua? A empresa? A escola? A Universidade? A igreja? Os sindicatos? As associações? Inúmeros são os espaços. Inúmeras as perguntas. Afinal, como responder a tudo isso? A atribuição de distintos papéis sociais para homens e mulheres determina historicamente a divisão do trabalho, da autoridade, do poder e do não trabalho. Que *locus* ocupa a trabalhadora rural

nesse processo? Discussões envolvendo a temática de gênero podem ser entendidas como instrumentos de análise que nos permitem compreender as diferenças socialmente construídas entre o feminino e o masculino e desconstruir dicotomias que designam espaços a serem ocupados por homens e mulheres na sociedade.

A historiadora francesa Michelle Perrot (2001) disserta que as fronteiras entre público e privado nem sempre existiram. Destaca que a exclusão das mulheres pouco condiz com a Declaração dos Direitos do Homem, que proclama a igualdade entre os indivíduos. Dessa forma, o argumento para questionar essa exclusão foi encontrado na diferença dos sexos. É por isso, que no século XIX, apoiado nas descobertas no campo da biologia e da medicina, o velho discurso naturalista é retomado, levando em conta qualidades e aptidões particulares a cada uma das espécies:

Aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos (PERROT, 2001, p. 177).

Estereótipos como esse também foram enunciados por filósofos como Hegel *apud* Perrot (2001) que trata da vocação natural dos sexos:

O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo. Digamos de modo geral no combate e no trabalho que o opõem ao mundo exterior e a si mesmo. A mulher, pelo contrário, é feita para a piedade e o interior. Se se colocam as mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos (*Apud* Perrot, 2001, p. 178).

Essa divisão sexual foi sendo acentuada ao longo do século XIX atribuindo a cada sexo sua função, suas tarefas, seus espaços. A ação das mulheres consistiu, nesse período, em se restringir ao poder privado, familiar e materno. Perrot (2001) destaca que o poder que fora atribuído à mulher era o de administrar o salário do marido, que implicava no aumento da responsabilidade e de privação pessoal, nos períodos de penúria. Essa atribuição se revelou uma difícil conquista para as mulheres tendo em vista, por muitas vezes, o pagamento era insuficiente para suprir todas as necessidades da família, causando desavenças e agressões por parte dos maridos. O ponto favorável dessa atividade foi a vigilância de preços e os motivos que reclamavam dos preços abusivos e que quase sempre eram desencadeados por mulheres.

Fora do lar, as mulheres burguesas poderiam agir, na cidade, na condição de praticantes da caridade e da filantropia. Com relação ao poder político, Perrot (2001) menciona a ideia disseminada de que a política não seria assunto das mulheres, opinião essa que era compartilhada pelos dois sexos e, assim, foi facilmente incorporada pelas mulheres, que depreciavam a política e valorizavam o social e o informal. Para a autora, a exclusão das mulheres se dá ao longo da História e da historiografia. Aponta que textos voltados para as mulheres eram estritamente encontrados em livros de culinária, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais. Além disso, a mulher sempre era observada e descrita pelo homem e quando militante, tinha dificuldade de se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, os quais consideravam normal serem seus porta-vozes. A grande razão para isso é atribuída pela autora à burguesia européia do século XIX, “falocrata de nascença” e que impõe sua concepção dos papéis e a separação entre os sexos.

A abordagem dicotômica entre os âmbitos público e privado, produtivo e reprodutivo permeia os estudos sobre a condição de vidas das mulheres. Quando o conceito de gênero passa a integrar esses estudos, no final do século XX com os estudos de Joan Scott (1995), ao significar relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres, a rígida separação entre espaços públicos e privados passa a ser questionada. Por influência do marxismo o estudo da divisão sexual do trabalho levantou discussões em razão da dicotomia entre atividades de reprodução material e reprodução simbólica (Habermas, 1989) sendo o primeiro referente às atividades que reproduzissem mais valia enquanto o segundo, que representa o trabalho doméstico, seria improdutivo. Essa distinção dada por Habermas (1989) considera que nas sociedades capitalistas, as atividades remuneradas representam a reprodução material. Por outro lado, as atividades e práticas executadas na esfera doméstica e que não possuem remuneração, como a criação dos filhos e socialização dos jovens, atendem às funções de reprodução simbólica.

Nancy Fraser (1987) faz uma crítica a essa distinção dada por Habermas (1989) porque considera que a atividade de criar os filhos representa, ao mesmo tempo, atividade de reprodução simbólica e reprodução material, pois é considerada, no entendimento da autora, como atividade de “aspecto duplo”. A autora entende que há um viés na abordagem *habermasiana* visto que o cuidado das crianças não se resume a aspectos relacionados à sua socialização, normas de comportamento e convivência. Inclui também cuidados físicos, que poderiam se enquadrar na esfera da “reprodução material”, como vigilância e prevenção aos riscos de doenças infantis ou lesões decorrentes de brincadeiras. Assim, o cuidado das

crianças envolveria, segundo a autora, aspectos relativos à “reprodução simbólica” e à “reprodução material”.

Para aclarar a forma como foi construída em nossa sociedade essa rígida bipolaridade que resigna à mulher o espaço da casa, da reprodução, do cuidado dos filhos e dos idosos, e reserva aos homens os espaços de produção utilizou-se neste trabalho as lentes teóricas de Pierre Bourdieu (2005). Ao analisar a dominação masculina através da descrição etnográfica da sociedade cabila, o autor disserta que o corpo é o lugar onde se inscrevem as disputas pelo poder. É nele que o capital cultural está inscrito e o sexo define se os indivíduos serão dominados ou dominadores. Concepção que é amplamente debatida por feministas como Simone de Beauvoir (1970), Donna Haraway (2004) e Judith Butler (2003).

Segundo Bourdieu (2005), nessa estrutura, o corpo representa o *locus* onde se inscrevem as disputas pelo poder, é a materialização da dominação que é feita de uma forma natural, está “na ordem das coisas”. Nesse processo de naturalização da dicotomia homem x mulher, a Escola, a Igreja, o Estado e a Família, como instituições, representam as estruturas que têm o poder de moldar a sociedade e que é por ela moldada na medida em não é possível estabelecer onde a reprodução se inicia, pois se trata de uma relação dialética entre a conjuntura e a estrutura do campo. A consequência de tais representações sociais engendradas pelo capital simbólico é, para Bourdieu (2005), o quase consenso de que a mulher é o ser menos capaz, o sexo frágil que precisa de um protetor e, além disso, ainda hoje é relegada a seu papel de reprodutora. Ao homem, é reservado o atributo da virilidade, da força, da proteção. O autor destaca que a virilidade é entendida como capacidade reprodutiva e sexual que proporciona distinção na esfera pública, em oposição à mulher, cuja honra é considerada negativa como também são negativas suas armas: a astúcia diabólica e vingança. A exaltação masculina está diretamente relacionada à virilidade construída e validada por outros homens e seu reverso, segundo Bourdieu (2005), é motivo de vergonha.

O modelo binário marcado institucionalmente, o corpo como ordem instituída (diferença biológica como justificativa da diferença socialmente construída entre os gêneros) e a imposição da visão androcêntrica na estrutura é destacado no trecho:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura

do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2005, p. 18).

E assim, a diferença biológica entre os sexos, especificamente a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como uma justificativa natural para a diferença socialmente construída entre os gêneros, e, principalmente na divisão social do trabalho. A definição social dos órgãos sexuais é, para Bourdieu (2005), não apenas um simples registro de propriedades naturais, mas sim um produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas. Nessa perspectiva, o homem e a mulher são vistos como duas variantes, superior e inferior, da mesma fisiologia. Essas relações de dominação irão se estender para as áreas do trabalho e conseqüentemente nas relações sociais e, ainda se fazem presentes, sobretudo no meio rural. O sistema de valores produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares afirma a situação de dupla exploração da força de trabalho feminino e legitima a inserção da mulher na produção sem questionar a divisão sexual do trabalho doméstico.

2.6 Percebendo as diferenças entre participar e ser filiado

Pessoal aqui vai nas *reunião*... Ce acha que é preciso ir? Se você falar que é bom eu vou, menina! (Entrevistada 27, sindicalizada de Carangola).

Algumas entrevistadas da pesquisa ainda desconhecem ou questionam a validade da participação em movimentos de organizações coletivas e fazem questionamentos como o citado acima, feito por uma sindicalizada do STR de Carangola. Nesse sentido, a atuação dos movimentos sociais e sindicais tem aberto a possibilidade de conquistas relacionadas à cidadania da mulher. É o que será visto a seguir num breve histórico do engajamento de mulheres em movimentos que lutam por cidadania no Brasil.

As mulheres trabalhadoras rurais continuamente escrevem e reescrevem suas histórias na luta cotidiana do trabalho e na participação em sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais. Essa emergência das mulheres rurais como atores políticos levanta discussões

relacionadas aos movimentos em prol dos direitos das mulheres e divide opiniões entre os que utilizam a dupla nomenclatura: movimento feminista e movimento de mulheres (ALVAREZ, 2003; GOHN, 2010) e as que, ao se referirem à luta das mulheres diferenciam os dois movimentos (BARBIERI, 1993).

Sob a primeira perspectiva, Alvarez (2003) e Gohn (2010) entendem que as duas categorias estão envolvidas nos debates e na organização do campo feminista, têm visibilidade, participam das políticas sociais e dão voz às mulheres, multiplicando seus espaços de atuação e levam à frente campanhas centradas em temas como: discriminações no mundo do trabalho, questões sobre o aborto, violência sexual e doméstica e doenças que atingem o corpo da mulher.

Para a perspectiva que acredita na diferenciação entre os dois movimentos (BARBIERI, 1993), o movimento feminista refere-se às mobilizações focadas em demandas de gênero, nas discussões relacionadas à força de trabalho, reprodução e sexualidade, enquanto, por sua vez, o movimento de mulheres representa ações coletivas que carregam consigo demandas femininas não necessariamente voltadas para a identidade e demandas de gênero.

De qualquer forma, a mobilização das mulheres e seu protagonismo em ações coletivas representam um novo e possível modo de recomposição do mundo (Gohn, 2010) e pode ser identificado nas redes associativas e de mobilização estruturadas em ONG's, movimentos populares de luta por melhores condições de vida e trabalho e em projetos sociais que atuam no campo da economia solidária, como por exemplo, as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, no Norte e Nordeste do Brasil. Muitas dessas mulheres ingressaram em entidades como as CEB's, na década de 1980 e no movimento sindical rural.

No século XXI, inúmeras lutas das mulheres se aprofundaram, a exemplo das redes de conscientização e enfrentamento da violência física praticada contra a mulher que resultaram no processo legislativo que aprovou a Lei Maria da Penha, que pune agressões domésticas contra as mulheres. Nos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, Maria da Glória Gohn (2010) destaca que as mulheres são responsáveis por colocarem os movimentos sociais em voga, principalmente pelo crescente número de manifestações. Exemplo disso são as marchas que, a partir do ano 2000, se multiplicaram desde a 1ª Grande Marcha Mundial das Mulheres (MMM), com 20 mil participantes, número que dobrou no ano posterior e a Marcha das Margaridas, coordenada pelo MST e CONTAG, que é a maior mobilização de mulheres

trabalhadoras rurais do campo e da floresta no Brasil. O nome desta última é uma forma de homenagear a trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves²⁰.

A autora aponta ainda que dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil têm demonstrado que as mulheres tem se mobilizado para a luta por questões coletivas, no âmbito público, embora sofram inúmeros constrangimentos no âmbito privado. Esse protagonismo da mulher também tem se destacado, segundo Gohn (2010) em fóruns como o Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2009, no qual mulheres de diferentes organizações e países lançaram um manifesto se posicionando contra a crise econômica financeira mundial.

Com relação ao movimento sindical rural no Brasil, até a década de 1980, esse era majoritariamente formado por homens. Nos últimos anos, no entanto, as mulheres vêm compondo um quadro significativo de participação tanto na direção dos sindicatos quanto nos movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). É também na década de 1980 que os olhares passam a ser voltados para o reconhecimento do trabalho das mulheres brasileiras e um conjunto de eventos chega ao meio rural marcando a participação das trabalhadoras rurais nos espaços políticos de discussão por seus direitos, impulsionados pela aprovação da Década da Mulher (1975-1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher, em 1975. As principais reivindicações estiveram voltadas para os direitos previdenciários (licença-maternidade e aposentadoria), participação política, filiação sindical e direito à terra.

Durante a década de 1980 as mulheres raramente eram consideradas trabalhadoras da agricultura e não podiam se filiar aos sindicatos haja vista que nos sindicatos filiados à CONTAG assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Essa exclusão significava que as mulheres chefes de família estavam em franca desvantagem (DEERE, 2004). Outra desvantagem da trabalhadora rural residia no fato de apenas um membro da família, o chefe, ter o direito a receber aposentadoria, que na época equivalia a 50% do salário mínimo.

Em 1985, o 4º Congresso da CONTAG tratou das questões relacionadas às mulheres do meio rural mobilizado pelo movimento de mulheres do nordeste e do sul do Brasil. Nesse congresso, as mulheres representavam apenas 1% dos participantes. Com a iniciativa da

²⁰ Margarida Maria Alves é considerada um símbolo da luta da mulher no campo. Trabalhadora rural, era presidente do Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande, município do Estado da Paraíba e foi brutalmente assassinada por um pistoleiro, a mando dos usineiros da região do brejo paraibano. Fonte: <http://www.contag.org.br/hotsites/margaridas/interna.php>

CONTAG de incorporar as mulheres dentro da estrutura do sindicato e lutar contra a discriminação, principalmente nos salários, os sindicatos municipais foram instruídos a encorajar a participação de mulheres e treiná-las para ocuparem posições de liderança. O congresso também discutiu a necessidade das mulheres que trabalhavam em regime de agricultura familiar declararem que sua profissão era a de trabalhadora rural para facilitar sua incorporação aos sindicatos e ter acesso aos benefícios de previdência social.

Para Deere (2004), os fatores que explicam a abertura da CONTAG a mulheres membros estiveram relacionados ao crescimento do novo sindicalismo e à competição entre a CONTAG e a recentemente formada, e mais radical, CUT por novos membros. Pela primeira vez, em muitos anos, eleições disputadas estavam acontecendo em níveis estaduais e municipais e as mulheres estavam sendo vistas como uma força positiva para a mudança dentro da estrutura sindical tradicional. Assim, por volta de 1987, as mulheres representavam aproximadamente 29%²¹ dos membros dos sindicatos filiados à CONTAG.

Ao longo dos anos 1980, paralelo ao crescimento da participação de mulheres no movimento sindical rural, houve em muitos estados o crescimento do movimento autônomo de mulheres rurais (MMTR). Esses movimentos surgiram sobretudo no Sul e no Nordeste do Brasil, e eram antecipados por encontros municipais e regionais. Os MMTR's eram frequentemente formados por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT motivadas a criarem espaços para lidarem com questões de gênero. Apesar de algumas mulheres terem chegado a posições de liderança dentro dos sindicatos rurais e em outros movimentos, como o MST, frequentemente elas se sentiam frustradas quando suas reivindicações de gênero eram consideradas menos importantes do que as reivindicações de classe e econômicas. (DEERE, 2004).

A Constituição de 1988 trouxe alguns ganhos para as mulheres rurais, estabelecendo direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Tais benefícios se referiam tanto às trabalhadoras assalariadas temporárias quanto às permanentes, bem como às agricultoras familiares, incluindo as trabalhadoras familiares não remuneradas. Elas passaram a ter direito ao seguro desemprego e por invalidez e 120 dias de licença-maternidade remunerada (esse item, na ocasião, foi vetado pelo Presidente Fernando Collor, mas em agosto de 1993, por meio de pressões do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, foi aprovado e regulamentado um ano depois). Além disso, a idade para a aposentadoria para mulheres rurais foi estipulada em

²¹ Segundo Deere (2004), esse cálculo foi baseado em uma amostra de 1.398 sindicatos municipais (com 4,1 milhões de membros), dos 2.913 sindicatos filiados à CONTAG.

55 anos, e 60 anos para os homens, ou após 30 anos de serviço para as mulheres e 35 anos para os homens, demonstrando condições mais favoráveis do que os trabalhadores urbanos. As mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.

Nesse cenário de redemocratização, a partir dos anos 1990, instituições como a Igreja Católica abriram espaço para discussões sobre a condição da mulher e as desigualdades de gênero, a exemplo da Campanha da Fraternidade daquele mesmo ano cujo tema foi “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”. Nessa mesma década torna-se mais expressiva a participação das mulheres nas direções dos sindicatos. A maioria das que atuam como membros associados ou na direção de sindicatos teve militância iniciada em movimentos sociais, partidos políticos, movimentos organizados pela Igreja Católica (catequese, pastorais) ou associações de agricultores, onde encontram um mecanismo de luta contra formas de submissão e pela garantia de seus direitos (SALES, 2007).

Numa tentativa de equilibrar a desigualdade de gênero nas relações vinculadas à representação na esfera política, a CUT instaura a cota mínima de 30% de participação feminina nas diretorias dos sindicatos, que é implementada à partir de 1995. Nesse contexto, buscava-se a equidade no acesso de homens e mulheres às instâncias de decisão, surgida com a visibilidade feminina no mercado formal de trabalho. Dessa forma se fazia emergente exigir o progresso da igualdade repensando o significado da inclusão das mulheres nas instâncias de reivindicação.

Em 1997, a Lei 9.504 estabeleceu que cada partido político ou coligação deveria reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, marcando assim, o processo de implementação da política de cotas no Brasil. Apesar da abertura do espaço sindical, ainda é discreta a atuação das mulheres em cargos de direção nos sindicatos. Esse fato demonstra que a cultura da dominação masculina (BOURDIEU, 2005) ainda é muito presente em instituições, organizações e sindicatos, devido a uma ordem social portadora de instrumentos simbólicos que fundamenta a divisão social dos espaços atribuindo distintas atividades e papéis a cada um dos sexos. Isso acarreta a naturalização do lugar da mulher na esfera do privado (casa e trabalho reprodutivo) e do homem na esfera do público (política e trabalho produtivo).

Sales (2007) destaca que a participação das mulheres em movimentos sociais incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já

predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político. Para a autora, os movimentos sociais são espaços de luta, de contestação dos dispositivos de poder que organizam saberes dominantes e representam espaços inovadores das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. A partir do envolvimento em movimentos sociais, as mulheres se sentem fortalecidas pois além de ser uma possibilidade de escaparem do controle familiar e vivenciarem outros códigos, elas começam a produzir seus processos de reação à submissão e até mesmo assumem posturas de se organizarem para produzirem algo e gerarem renda.

A geração de renda tem sido uma das ações na agenda de projetos dos sindicatos pesquisados. Algumas entrevistadas mencionaram que o interesse pela filiação está relacionado à possibilidade de obterem ganhos financeiros por meio de atividades agrícolas e parcerias entre o sindicato e órgãos governamentais, como prefeituras, governos estadual e federal:

Eu faço cinto bordado para o Projeto Tamar e o dinheiro fica pra mim. Eu compro as coisas pra mim, pra Jéssica, dou pros meninos comprar uma coisinha (Entrevistada 44 – STR Carangola).

Eu faço parte do grupo do cinto e também qualquer dinheirinho que entra a mais, né?! [risos] A gente reunia tudo e cortava *os cinto*, mas *as mulher* foram desanimando, desanimando, né?! A vizinha aqui que descobriu que tava tendo essa coisa do cinto lá em cima... no alto da Conceição, né?! E trouxe pra cá.(Entrevistada 16 – STR Carangola).

Assim, segundo Sales (2007), depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, sonham com a liberdade e assim contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos, como mostra o relato da entrevistada 16, do Sindicato de Carangola. Ela contou que uma vizinha viu o trabalho de artesanato no Projeto Tamar, organizado pelo sindicato, e levou para a comunidade, para que outras mulheres também pudessem participar e obter renda por meio dele.

No que diz respeito às políticas de ações afirmativas como adoção das cotas de participação das mulheres em sindicatos e partidos políticos, Boni (2004) e Sartori (2001) analisam as conseqüentes mudanças nas relações de gênero dentro desses espaços, ambos tendo o estado de Santa Catarina como campo de análise. Os autores buscaram compreender a visão tanto entre os dirigentes homens quanto entre as dirigentes mulheres sobre as cotas de participação feminina e encontraram opiniões divergentes: há quem concorde e quem discorde

das cotas, mas todos assumem que elas se tornaram um forte instrumento de garantia para a democratização dos sindicatos, partidos políticos e demais movimentos.

Boni (2004) analisa a participação das mulheres catarinenses na direção de sindicatos e a instauração da cota de participação feminina sob várias perspectivas e argumentos, dentre eles o que sustenta que a política de cotas pode representar uma formalidade para conquistar espaços, não significando poder. Apesar disso, considera as cotas o primeiro movimento significativo que motivou a organização das mulheres rurais no mundo sindical. A autora destaca que as mulheres agricultoras têm diferentes militâncias, que vão desde a comunidade, passando pela Igreja, até os movimentos sociais. Essas tarefas na esfera pública se acumulavam com as atribuições da esfera privada levando as dirigentes de sindicatos que a autora pesquisou a se sentirem pressionadas a conciliar atribuições de militância, educação dos filhos, afazeres domésticos, a criação de animais e o trabalho na lavoura. Além disso, elas consideravam que havia discriminação por estarem saindo de casa e indo do espaço privado para o público.

Para Boni (2004) a socialização da mulher rural é muito dura porque ela foi educada para aceitar o que os homens decidem ou, se não para aceitar, para não decidir. Isso sempre foi uma tarefa de seu pai ou de seu marido. Dentre as entrevistadas deste estudo encontrou-se uma jovem que liderou a fundação do STR de sua cidade e que encontrou dificuldades dentro de casa: discussões com o pai devido ao seu envolvimento com a organização da assembleia de fundação do sindicato e que culminou com a sua saída de casa:

Acho que o atrito maior que eu tenho é com o pai. Atrito maior é com ele. Foi até na assembléia de fundação... eu tinha ido no prefeito pra pegar cadeira nas escolas... nas escola aqui nas Palmeiras e peguei na Roseira também, na comunidade vizinha... e eu me comprometi com ele que entregaria no mesmo dia. Aí fiquei até tarde entregando as cadeira, aí eu cheguei em casa devia ser umas nove, dez horas da noite. Eu entreguei as cadeiras e vim até na encruzilhada aí depois eu acabei de chegar em casa sozinha. Aí ele brigou. Aí eu saí de casa e fui morar com meu avô e fiquei quase um ano lá. Foi à partir daí que eu passei a decidir as coisas, a ter mais autonomia para minhas coisas e fazer as coisas com as quais eu acreditava. (Sindicalizada 3, STR Caiana)

Contestar e romper essa estrutura dominante que alimenta a invisibilidade feminina, seja no âmbito público ou privado, pode trazer alguns reveses como relações de tensão na família e na comunidade e a criação de estereótipos depreciativos. Apontam para esse sentido os trabalhos de Antunes (2006), Cortez e Souza (2008) e Sartori (2001). Na pesquisa de Antunes (2006) com o movimento das babaqueiras do Maranhão, a autora questiona como

transferir o empoderamento coletivo, alcançado na esfera pública na luta pelo direito ao livre acesso e proteção do recurso natural babaçu, para o empoderamento individual da mulher na esfera privada. Ela constatou em seu trabalho a existência de lideranças empoderadas e esposas desempoderadas, demonstrando que essas mulheres mudam de papéis ao entrarem em suas casas, deixando todo o poder alcançado na esfera coletiva do lado de fora.

Nesse mesmo sentido, Cortez e Souza (2008) apontam o empoderamento de mulheres e a repercussão que isso tem causado nos índices de violência conjugal. Aspectos como trabalho assalariado, questionamentos sobre a vida sexual e maior participação no âmbito público são sinalizadores do empoderamento das mulheres e se tornam “ameaçadores” à tradicional dominação masculina. Dessa forma, os homens tentam proteger sua masculinidade através da violência praticada contra a mulher, o que também representa mecanismo de suprimir manifestações femininas de poder.

Sartori (2001) localiza quatro estereótipos relacionados ao lugar da mulher na política sindical. Há os que as consideram “mulheres ponderadas e responsáveis”, os que acham que não são qualificadas para a política e “nasceram para cuidar dos filhos”, os que vêem a participação das mulheres como um atrativo para o sindicato, pois as mulheres “ornamentam” o sindicato, “uma coisa boa ter bastante mulher” e os que pensam que as mulheres “se masculinizam”, se “embrutecem” e que as mulheres que participam do movimento sindical são “feias, mal amadas e estão no movimento para conseguir marido”, que são “liberadas sexualmente” ou não têm compromissos familiares. Três dos cinco sindicatos pesquisados são coordenados por mulheres: Caiana, Espera Feliz e Carangola. Uma das entrevistadas de Carangola, ao responder como via a participação de homens durante as reuniões conduzidas por mulheres, respondeu:

Assim... já vejo diferente, né?! Parece que já é acostumado ver... Com coisa que fosse assim, uma pessoa assim... até um irmão... uma pessoa da família, né?! Que já vê ela sempre, sempre é o serviço dela, né?! Aí eu acho normal. Igual assim... mesma coisa que fosse um homem né... que responde tudo, né assim... as pergunta, né?! (Sindicalizada 3, STR Carangola).

Esse relato demonstra a aceitação de uma mulher ocupando posição de liderança no sindicato, tendo em vista que a entrevistada considerou não haver diferença entre o fato de uma mulher ou um homem liderarem uma reunião de sindicalizados rurais.

Contudo, analisando a pesquisa de Castro (1995) sobre gênero e poder no Sindicato dos Bancários de Salvador, percebeu-se que ao questionar aos sindicalistas homens sobre haverem poucas mulheres em cargos de direção nos sindicatos, os mesmos afirmaram que

isso era devido a falta de prática das mulheres e por não dominarem tecnologias de poder²², como microfones e discursos nas assembléias.

As sindicalizadas desta pesquisa não demonstraram dificuldades em dominar as “tecnologias de poder”. A pesquisadora acompanhou, durante o trabalho de campo, reuniões e palestras proferidas pelas presidentes dos STR estudados em diversos locais, desde comunidades rurais locais até auditórios como o da Universidade Federal de Viçosa (foto 17). Percebeu-se que as mesmas dominam o manuseio de instrumentos necessários a uma reunião, como *data-show*, *notebook's* e microfones bem como são desenvolturas e hábeis oradoras.



Foto17: Presidente do STR de Espera Feliz profere palestra no Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa.

Fonte: Dados da pesquisa de campo setembro/2011.

Dessa maneira, Sales (2007) acredita que a inserção das mulheres rurais no campo político (sindicatos, associações, movimentos sociais, partidos políticos) tem possibilitado um aprendizado coletivo, pois ao ingressarem em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano.

²² Foucault, 2008.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, como toda pesquisa científica, trilhou sua trajetória escolhendo como objeto de estudo as mulheres do campo. Para isso, enveredou-se pelos rumos da História, das Ciências Sociais e da Sociologia Rural buscando compreender o comportamento social, econômico e cultural que refletem no modo de ser e agir dessas atrizes. Assim, foram feitas proposições, variáveis foram elencadas e sucedeu-se a verificação empírica. Para estruturar a investigação e nortear a pesquisa na busca por respostas para o problema de estudo utilizou-se o método sociológico, que, por sua vez implicou no uso de questionários e procedimentos estatísticos.

Segundo Kerlinger (1979), a investigação sociológica significa um conjunto de formas de investigação não-experimental e inclui diversas variáveis caracterizadas por sua orientação social, tais como preferência religiosa, afiliação a associação, escolaridade, renda, ocupação, etc. Segundo o autor, essas variáveis sociais são atributos de indivíduos que têm a característica comum de serem membros de determinados grupos sociais e nascem da participação em diversos grupos. Esse tipo de investigação mostrou-se adequado para responder ao nosso problema de pesquisa, que investigou a participação de mulheres em sindicatos de trabalhadores rurais como forma de modificar as relações de poder.

Dessa forma, para analisar o objeto de pesquisa utilizou-se como fontes de informação mulheres sindicalizadas rurais dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz, e também, mulheres não sindicalizadas desses mesmos municípios. Elas foram entrevistadas por meio de questionários estruturados para *surveys*²³, permitindo um tratamento estatístico das respostas.

A pesquisa de *survey* é uma das muitas ferramentas de pesquisa disponíveis que oferece um método de verificação empírica (BABBIE, 2001). Trata-se de um tipo particular de pesquisa social empírica que pode diferir em termos de objetivos, custos, tempo e escopo e vários desenhos podem englobar o termo *survey*. Segundo o autor, a pesquisa de *survey* envolve a coleta e a quantificação dos dados, que tornam-se fonte permanente de informações. Ele destaca que se a teoria sofrer modificações mais tarde, é sempre possível retornar ao conjunto de dados e reanalisá-los sob a nova perspectiva teórica, o que não ocorreria caso fosse utilizado algum método de pesquisa menos rigoroso e específico.

Para investigar a filiação e a não filiação sindical das agricultoras em sindicatos de trabalhadores rurais como forma de modificar as relações de poder no meio rural, optou-se pelo desenho de *survey* interseccionais, que é o desenho de pesquisa usado mais frequentemente, por meio do qual os dados são coletados, num dado momento, de uma amostra selecionada para descrever relações entre variáveis. Babbie (2001) relata, como exemplo para escolha desse desenho, a opção por estudar diferenças de atitudes políticas entre homens e mulheres ou pesquisas com as quais se busca descrever subconjuntos como, por exemplo, comparar os níveis de religiosidade entre casados e não casados.

Esse autor disserta que tipicamente os métodos de *surveys* são usados para estudar um segmento ou parcela de uma população – uma amostra – para fazer estimativas sobre a população total da qual a amostra foi selecionada. Segundo Babbie (2001), existem duas razões que justificam a amostragem: o tempo e o custo tendo em vista que um grande projeto de pesquisa requer inúmeros entrevistadores. Dessa maneira, a supervisão, os relatórios e os treinamentos são mais difíceis num grande *survey* e a qualidade dos dados coletados pode ser menor do que a obtida num trabalho menor e mais manejável. Assim, *surveys* por amostragem podem permitir estimativas muito precisas sobre as populações que retratam (BABBIE, 2001).

²³ A *Survey* é montada na forma de um questionário com perguntas estruturadas a serem respondidas de forma padronizada, em amostras rigorosamente planejadas do ponto de vista estatístico para serem representativas do universo desejado de pessoas e/ou situações (VASCONCELOS, 2002).

Dentre os métodos de amostragem, elegeu-se a amostragem probabilística considerado por Babbie (2001) como o método mais respeitado e útil atualmente pois é eficiente para extrair uma amostra que reflita corretamente a variação existente na população como um todo. Para Babbie (2001), a amostragem probabilística amplia a possibilidade de alcançar a precisão para descrever a população total da qual foram selecionados. O autor considera a seleção aleatória como chave do processo de amostragem probabilística pois permite que cada elemento tenha chance igual de seleção independente de qualquer outro evento do processo de seleção. Assim, a fim de aumentar a validade externa deste estudo, utilizou-se a seleção aleatória permitindo, por sorteio, a mesma chance a todos os elementos de participarem da pesquisa. Dentre as razões para se utilizar o método de seleção aleatória, o autor considera que funciona como um antídoto aos vieses conscientes ou inconscientes do pesquisador e dá acesso à teoria da probabilidade, que é a base para as estimativas sobre parâmetros populacionais e as estimativas de erro. Adiante, serão abordados no item 2 deste mesmo capítulo, os cálculos utilizados para chegar à amostra de mulheres entrevistadas.

Foram elaborados dois tipos de questionários: um modelo aplicado às sindicalizadas rurais e outro modelo para as não sindicalizadas²⁴. Para o modelo aplicado às sindicalizadas rurais elaborou-se um questionário estruturado em 4 partes, que trazia questões relacionadas: 1) ao perfil das mulheres (idade, estado civil, número de filhos, nível de escolaridade e religião); 2) filiação ao sindicato (tempo de filiação, vinculação a outras formas de organização coletiva, relevância da filiação ao sindicato para a vida pessoal, descrição do nível de participação no sindicato, identificação da existência (ou não) de apoio do marido e dos filhos para a participação; 3) Informações relacionadas à autonomia (perguntou-se sobre se percebiam como pessoas livres para tomarem decisões que afetavam as suas vidas, quem administra a renda na casa, se havia algum impedimento para a participação em reuniões do STR ou em outras atividades relacionadas à sua vida, se usavam método contraceptivo como forma de planejamento familiar, se considerava que teria havido mudança em sua vida pessoal após a filiação ao sindicato, se filiar-se ao sindicato influenciou em algum tipo de desentendimento na família) e 4) Perfil econômico (se auferia algum tipo de renda, se possui bens móveis e imóveis, se recebe algum tipo de benefício previdenciário ou se já acessou algum projeto de política pública).

Para o modelo de questionário aplicado às não sindicalizadas, a estrutura foi praticamente a mesma do questionário das sindicalizadas. Seguiu-se quatro eixos temáticos:

²⁴ Os modelos de questionários encontram-se, na íntegra, nas páginas 147 a 151 dos Anexos.

1) identificação das mulheres; 2) perfil social; 3) informações relacionadas a autonomia e 4) perfil econômico. Nos eixos temáticos 1 e 4 foram mantidas as mesmas questões aplicadas às mulheres sindicalizadas. Nos itens 2 e 3 as questões foram focadas na categoria analítica participação. Como se tratavam de mulheres não sindicalizadas, o eixo 2 trazia perguntas como, por exemplo, se participavam de alguma forma de organização social ou órgão de representação política e se participavam, qual era e o motivo por terem escolhido participar dele; por que não são sindicalizadas; se já ouviram algum comentário a respeito da participação de mulheres em instituições de caráter político e a opinião delas sobre a participação de mulheres nos mesmos. No eixo temático 3, no qual abordou-se a temática da autonomia, foi perguntado às mulheres se elas têm liberdade para tomar as decisões que afetavam as suas atividades diárias; se já foram impedidas de participar de alguma atividade; se já sofreram violência doméstica; quem administra a renda da família; se os filhos que tiveram foram planejados; qual o método contraceptivo adotam; com quem ficam os filhos quando ela sai de casa e se na opinião delas o que ela elenca como mais importante: o casamento, a escolaridade ou o trabalho. O trabalho de campo também envolveu a coleta de dados nas secretarias dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Foram pesquisadas, em cada sindicato, as atas de eleições de diretorias a fim de analisar a participação de mulheres, a filiação ano a ano, desde a fundação de cada STR e, posteriormente, procedeu-se a comparação com a filiação de homens nos mesmos períodos.

3.1 Definição da amostragem

Como citado anteriormente, optou-se por utilizar nesse trabalho a amostragem probabilística. Dentre os vários tipos de desenhos de amostragem adotou-se a aleatória simples, no qual os entrevistados foram sorteados conforme a lista de sindicalizadas fornecida por cada sindicato pesquisado. No planejamento da pesquisa realizou-se os cálculos a fim de selecionar a amostra a ser entrevistada dentre as sindicalizadas e as não sindicalizadas utilizando a fórmula da proporção finita.

3.1.1 Cálculo da amostra para mulheres sindicalizadas rurais

A fim de saber qual seria o número de mulheres sindicalizadas rurais a serem entrevistadas e que correspondesse probabilisticamente a toda população²⁵, recorreu-se a fórmula da proporção finita (Bolfarine e Bussab, 2005), dada por:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N - 1)E^2}$$

Onde,

n = tamanho amostral
Z = valor tabelado de uma distribuição normal
N = tamanho populacional
E = margem de erro ou erro máximo de estimativa
p = proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos estudando
q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que estamos estudando (q = 1 - p).
α = nível de significância

Como os valores populacionais p e q são desconhecidos, substitui-se pelos valores amostrais \hat{p} e \hat{q} . Mas se estes também forem desconhecidos, substituímos \hat{p} e \hat{q} por 0,5. Para proceder ao cálculo foi necessário obter nas secretarias de cada um dos sindicatos o número de sócias ativas. Foram consideradas sócias ativas as que mantinham suas mensalidades pagas nos últimos seis meses. Esse número é representado na fórmula por N. Elaborou-se uma tabela através da qual se pode visualizar o número de sócias ativas em cada sindicato:

Sindicalizadas	
Cidades	Sócias ativas N_i
Alto Caparaó	293
Caiana	390
Caparaó	300
Carangola	1.730
Espera Feliz	1.100
Total (N)	3.813

Tabela 6 Sindicalizadas ativas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais pesquisados. Fonte: STR's de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz, 2011.

²⁵ Entende-se por população o conjunto de elementos que têm em comum, determinada característica. As populações podem ser *finitas*, como o conjunto de alunos de uma escola em determinado ano, ou *infinitas*, como o número de vezes que se pode jogar um dado (VIEIRA, 1980).

Em posse desses dados foram realizados os cálculos, considerando 95% como margem de confiança, 10% como margem de erro e N igual 3.813. O valor de Z é tabelado²⁶ em 1,96. Substituindo os valores na equação citada acima obtemos:

$$n = \frac{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 3.813}{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (3.813 - 1) \times (0,10)^2} = 97$$

Dessa forma, o número de mulheres sindicalizadas a serem entrevistadas foi 97. Devido ao fato de pesquisar 5 sindicatos de trabalhadores rurais (Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz), esse número foi dividido proporcionalmente considerando o número de sindicalizadas de cada município a fim de saber a quantidade de entrevistadas em cada sindicato. Esse cálculo se procedeu da seguinte maneira:

$$n_i = \frac{n \times N_i}{N}, \quad i = 1, 2, 3, 4, 5$$

Onde,

n_i = tamanho amostral referente a um determinado município
n = tamanho amostral
N_i = tamanho populacional referente a um determinado município
N = tamanho populacional
i = refere aos municípios pesquisados

Fonte: Adaptação da autora para explicar os elementos da fórmula utilizada para o cálculo proporcional da amostra.

Abaixo, é citado, como exemplo, o cálculo realizado para o STR de Alto Caparaó (município 1):

$$n_1 = \frac{97 \times 293}{3813} = 7$$

E assim procedeu-se para calcular o número de sindicalizadas a serem entrevistadas em cada sindicato. A amostra de entrevistadas em cada sindicato é representada pela tabela 7:

²⁶ Verifica-se esse valor na tabela de distribuição normal, $\alpha = 5\%$, (BOLFARINE e BUSSAB, 2005).

Sindicalizadas	
Cidades	Amostra n_i
Alto Caparaó (município 1)	7
Caiana (município 2)	10
Caparaó (município 3)	8
Carangola (município 4)	44
Espera Feliz (município 5)	28
Total (n)	97

Tabela 7 Amostra de sindicalizadas nos STR's de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (abril de 2011).

Para realizar as entrevistas em cada município investigado, contou-se com a colaboração de funcionários dos STR's que indicaram os locais e qual seria o melhor acesso, e até mesmo, por vezes, acompanharam nas visitas.



Foto 18 Sindicalizada do município de Espera Feliz (Córrego São Felipe) “roda o café” no terreiro durante a entrevista.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (junho de 2011).



Foto 19 Árvore “sinalizada” com um monitor e um televisor indicava o caminho para a casa de uma das entrevistadas. Comunidade Papagaio (Município de Carangola).
Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011).



Foto 20 Sindicalizada do STR de Carangola (Comunidade Papagaio) prepara almoço durante a entrevista.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011).



Foto 21 Grupo de mulheres sindicalizadas do STR de Carangola em reunião na comunidade Ponte Alta.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011)

3.1.2 Cálculo da amostra para mulheres não sindicalizadas

A fim de saber qual seria o número de mulheres não sindicalizadas rurais a serem entrevistadas procedeu-se da mesma maneira para calcular o tamanho da amostra de mulheres sindicalizadas, ou seja, utilizamos a fórmula da proporção finita (Bolfarine e Bussab, 2005), dada por:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N - 1)E^2}$$

Onde,

n = tamanho amostral
Z = valor tabelado de uma distribuição normal
N = tamanho populacional
E = margem de erro ou erro máximo de estimativa
p = proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos estudando
q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que estamos estudando (q = 1 - p).
α = nível de significância

Fonte: Adaptação da autora para explicar os elementos da fórmula da proporção finita de Bolfarine e Bussab (2005).

Para os cálculos da amostra das mulheres não sindicalizadas foram coletadas informações nas Secretarias Municipais de Saúde de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz. Foi fornecido o número de mulheres acima de 18 anos, atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com base no sistema informatizado do Ministério da Saúde, denominado Sistema de Atenção a Informação Básica (SIABI). A escolha dessa base de dados se justifica em função da equivalência sócio-econômica entre as mulheres sindicalizadas rurais e as que são atendidas pelo Programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde. Esse Programa atende mulheres urbanas e rurais e assim, a amostra não seria enviesada, tendo em vista que dentre as sindicalizadas rurais há aquelas que residem na zona rural e as que residem na zona urbana. Procedeu-se ao cálculo da amostra utilizando como N (população) o número de mulheres atendidas pelo Programa Saúde da Família, de cada município. A tabela 8 mostra o número de mulheres atendidas pelos PSF's de cada município. Esses números foram utilizados nos cálculos como valor de N:

Não sindicalizadas	
Cidades	N_i (números com base no SIABI²⁷)
Alto Caparaó	1.399
Caiana	1.300
Caparaó	1.280
Carangola	12.621
Espera Feliz	11.723
Total (N)	28.323

Tabela 8 Mulheres atendidas pelos PSF's de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.

Fonte: SIABI, 2011.

Assim como nos cálculos da amostra das sindicalizadas, também considerou-se para o cálculo da amostra de não sindicalizadas a margem de confiança de 95% e 10% como margem de erro. O valor de Z é tabelado em 1,96.

$$n = \frac{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 28.323}{(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (28.323 - 1) \times (0,10)^2} = 96$$

²⁷ SIABI é a sigla que designa o Sistema de Informação de Atenção Básica. É um banco de dados do Ministério da Saúde. Esses dados foram fornecidos pelas Secretarias Municipais de Saúde de cada município pesquisado.

Posteriormente foi dividido proporcionalmente o tamanho da amostra encontrada (n) para cada município, como realizado no cálculo amostral das sindicalizadas.



Foto 22 Entrevistada não sindicalizada do município de Alto Caparaó (Comunidade Renê Rabelo).

Fonte: Dados da pesquisa de campo (setembro de 2011).

A tabela 9 correlaciona a amostragem de mulheres não-sindicalizadas em cada município estudado:

Não Sindicalizadas	
Cidades	Amostra (n_i)
Alto Caparaó	5
Caiana	4
Caparaó	4
Carangola	43
Espera Feliz	40
Total (n)	96

Tabela 9 Amostra de mulheres não sindicalizadas entrevistadas nos municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011.

As informações das Secretarias Municipais de Saúde foram fundamentais para realizar as entrevistas assim como a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Os ACS atuam nas regiões urbanizadas, periferias e no meio rural. Eles fazem visitas aos domicílios visando fazer um acompanhamento das pessoas do bairro que são atendidas pelo Programa de Saúde da Família. A importância dos agentes comunitários de saúde para a realização da pesquisa se deu pelo fato de eles terem facilitado a abordagem nos domicílios, fazendo a apresentação da pesquisadora a essas mulheres. Sem esse papel de intermediação seria praticamente impossível o recebimento da pesquisadora nas residências visitadas e aplicação dos questionários.



Foto 23 Equipe de ACS do Município de Caiana.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (agosto de 2011).



Foto 24 Equipe de ACS do Município de Alto Caparaó.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (setembro de 2011).



Foto 25 ACS acompanha uma entrevista realizada na Comunidade Lacerdina (município de Carangola).

Fonte: Dados da pesquisa de campo (setembro de 2011).



Foto 26 ACS acompanha uma entrevista realizada na Comunidade Serra da Galdina (município de Carangola).

Fonte: Dados da pesquisa de campo (outubro de 2011).

Cada município possui unidades de atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF) distribuído em bairros e comunidades rurais. Assim, procurou-se entrevistar mulheres

em cada um dos pontos de atendimento nos bairros, nas comunidades e nos distritos, nos cinco municípios pesquisados. Em alguns momentos, dentre as sorteadas para as entrevistadas, foram encontradas mulheres que eram sindicalizadas no STR da cidade. Quando isso aconteceu, a sorteada foi excluída e procedeu-se ao sorteio de outra para substituí-la. A informação sobre a filiação sindical era obtida já nos primeiros momentos da entrevista e a entrevistada era informada da exclusão de sua participação devido ao fato de representar outro grupo amostral da pesquisa, a de mulheres sindicalizadas.



Foto 27 Entrevistada não sindicalizada do município de Carangola (bairro Triângulo) lê o termo de consentimento da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (Setembro de 2011).



Foto 28 Entrevistada sindicalizada do Município de Carangola (Comunidade Conceição) assina o termo de consentimento da entrevista.
Fonte: Trabalho de campo (setembro de 2011).



Foto 29 A pesquisadora (esquerda) e sindicalizada (direita) do município de Alto Caparaó.
Fonte: Dados da pesquisa de campo (setembro de 2011).

As entrevistas realizadas com as mulheres não sindicalizadas foram estruturadas da forma como demonstra a tabela 10:

Postos de Atendimento do Programa Saúde da Família			
Cidade	Bairros	Zona	Entrevistas realizadas
Alto Caparaó	PSF I	Urbana	2
	PSF II	Rural	3
Caiana	PSF I	Urbana	2
	PSF II	Rural	2
Caparaó	PSF I	Urbana	1
	PSF II	Rural	3
Carangola	Coroado / Eldorado	Urbana	9
	Caixa D'Água	Urbana	8
	Triângulo	Urbana	8
	Santo Onofre	Urbana	8
	Alvorada	Rural	3
	Lacerdina	Rural	3
	Ponte Alta	Rural	4
Espera Feliz	Pioneira	Urbana	7
	Vanguarda	Urbana	7
	Vida	Urbana	7
	Harmonia	Urbana	6
	Dinâmica	Rural	5
	Esperança	Rural	5
	Luz	Urbana	3
Total			96

Tabela 10 - Postos de Atendimento do Programa Saúde da Família nos municípios de Alto Caparaó, Caiana, Caparaó, Carangola e Espera Feliz.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2011.

3.2 Processamento dos dados

A pesquisa caracterizou-se pela abordagem descritiva-explicativa e os questionários traziam questões abertas e fechadas. A fim de analisar estatisticamente as respostas das entrevistadas, as questões abertas foram categorizadas e quantificadas. Segundo Mitchell (1987), os dados quantitativos condensam as informações de forma que as regularidades e os padrões tornem-se mais facilmente identificáveis. A lógica da conceituação e operacionalização para quantificar os dados coletados envolveu os conceitos de participação e empoderamento.

Por serem conceitos gerais, seguiu-se o manual de Babbie (2001) que orienta para a redução desses conceitos a indicadores empíricos simplificados e superficiais, criando medidas que nos ajudaram a entender os dados coletados e desenvolver a teoria. Na ciência, esses conceitos assumem a forma de variáveis reunindo atributos que serão usados na operacionalização dos dados e por isso, a codificação requer cuidado pois reflete na análise que será feita posteriormente. Ao final da aplicação dos 193 questionários iniciou-se a conversão do material dos formulários em uma forma adequada de códigos numéricos. Primeiramente foram codificados os questionários aplicados às sindicalizadas rurais. Esse formulário possuía 50 questões, sendo 13 delas abertas, que resultaram em respostas não-numéricas que foram codificadas antes da análise. Em seguida procedeu-se à codificação dos questionários aplicados às mulheres não sindicalizadas. As tabelas de codificação dos dois modelos de questionários estão nas páginas 152 a 158 dos Anexos. Após esse procedimento foi iniciado o processamento dos dados no *software SPSS (Statistical Package for Social Sciences)*, versão 15.0 para permitir a realização de análises descritivas e de frequência e montagem de tabelas e gráficos.

3.2.1 Métodos de análise

Como aponta Babbie (2001), o cerne da análise do *survey* se reparte entre a descrição e a explicação e assim, o pesquisador que utiliza esse método mede variáveis e depois examina a associação entre elas. Nessa fase da pesquisa procedeu-se à operacionalização dos conceitos a fim de converter a hipótese teórica em empírica com base nos dados coletados, e procedeu-se ao teste estatístico da hipótese. A confirmação ou não da hipótese empírica é usada, então, para aceitar ou refutar a hipótese teórica. As hipóteses propostas na pesquisa apontavam que a filiação das mulheres a organizações coletivas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais poderia influenciar na ampliação do espaço ocupado pela mulher no âmbito público, ampliando a sua visibilidade enquanto sujeito político. Além disso, as hipóteses afirmavam que a filiação sindical contribuiria para influenciar nas relações de gênero no âmbito familiar influenciando na sua conquista de maior autonomia. Dessa forma, para avaliar se a hipótese proposta seria confirmada ou refutada, estruturou-se as variáveis pesquisadas da seguinte forma:

O que foi avaliado	Conceito relacionado	Variáveis relacionadas
Empoderamento político	Participação	1. Participação em outras formas de associação coletiva 2. Níveis de participação
Empoderamento social	Capital social	1. Participação em organizações sociais, culturais, religiosas ou políticas. 2. Motivação para participar deles.
Empoderamento econômico	Renda e propriedade	1. Renda pessoal 2. Renda familiar 3. Propriedade de bens móveis 4. Propriedade de bens imóveis 5. Acesso políticas públicas 6. Acesso a benefícios previdenciários
Empoderamento privado	Autonomia	1. Escolaridade 2. Planejamento familiar 3. Controle contraceptivo 4. Liberdade para tomada de decisões 5. Liberdade para sair de casa 6. Violência doméstica

Quadro 3 Variáveis utilizadas para analisar o empoderamento

Fonte: Adaptação da autora das dimensões de empoderamento (Sen, 2000; Deere e León, 2005; Romano e Antunes, 2002; Horochovski e Meirelles, 2007)

Assim, decorreu-se a verificação e análise dos dados coletados a fim identificar se a participação das mulheres em organizações coletivas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais representa formas de empoderamento político, social e econômico para as mulheres do meio rural, nos espaços públicos e privados.

CAPÍTULO 4

AS POSSIBILIDADES DE EMPODERAMENTO PÚBLICO E PRIVADO DA MULHER RURAL

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados que foram coletados através de entrevistas semiestruturadas durante a pesquisa de campo. Os dados foram trabalhados através de estatísticas descritivas, aplicando-se o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*)²⁸. Martinez e Ferreira (2007) apontam o programa como um *software* de tratamento de dados e de análise estatística voltado para as Ciências Sociais. Através dele realizou-se os cálculos e gerou-se os quadros que são apresentados neste trabalho. Os dados levantados estiveram voltados para analisar se a filiação sindical se constituiria em um fator de empoderamento para as mulheres rurais ou se outras variáveis tais como renda, escolaridade e propriedade de bens móveis e imóveis se constituiriam em fatores de empoderamento independente da filiação sindical.

Em um primeiro momento a análise foi feita separando-se os dados relativos às mulheres *sindicalizadas* daqueles referentes às mulheres *não sindicalizadas*. Posteriormente, procedemos à análise comparativa entre ambos os grupos a fim de analisar as possibilidades de empoderamento no âmbito público e privado. As categorias analisadas foram agrupadas em quatro dimensões, três referentes ao “*Empoderamento Público*” (Dimensão Política, Dimensão Social e Dimensão Econômica; e uma referente ao “*Empoderamento Privado*” (Dimensão Doméstica). A operacionalização dos indicadores de empoderamento foi estabelecida a partir do marco teórico elaborado.

²⁸ A análise descritiva do perfil das entrevistadas na pesquisa é apresentada sob uma abordagem comparativa entre o perfil das mulheres sindicalizadas e não sindicalizadas. Esse perfil foi identificado após a tabulação dos 193 questionários no *software* SPSS, possibilitando a análise estatística descritiva e de frequência.

Indicadores de Empoderamento		
Âmbito do empoderamento	Dimensão	Variáveis analisadas
	Política	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em instituições de representação coletiva • Tipo de organizações em que se participa • Níveis de participação
	Social	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a Programas Sociais
Privado	Doméstica	<ul style="list-style-type: none"> • Controle contraceptivo • Liberdade de ir a lugares desejados • Administração da renda familiar • Estado civil • Nível de Escolaridade • Nível de Violência doméstica
Privado	Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Renda pessoal • Renda familiar • Propriedade de bens móveis (carro, moto) • Propriedade de bens imóveis • Recebimento de benefícios sociais (bolsa família e/ou outros programas) • Recebimento de aposentadoria

Quadro 4 Dimensões do empoderamento e variáveis analisadas.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir de Sen (2000), Gohn (2004), Arnstein (2002), Araújo (2003), Romano e Antunes (2002).

4.1 Empoderamento político

4.1.1 Participação coletiva

Para relacionar os conceitos de participação e empoderamento político utilizou-se a pesquisa de Gohn (2004) sob a concepção de que as redes de participação contribuem para o empoderamento da população. Contudo, a autora destaca que o impacto da ação destas instituições é lento, processual. Os dados da pesquisa indicaram que *as sindicalizadas* tendiam a ser mais participativas do que *as não sindicalizadas*: 60,8% das *sindicalizadas* participavam de outras formas de associação coletiva, além do STR, contra 56,3% das *não sindicalizadas*. Os dados apresentados a seguir ilustram esta situação:

Participação coletiva			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	não	54	56,3
	sim	42	43,8
	Total	96	100,0
sindicalizadas	não	38	39,2
	sim	59	60,8
	Total	97	100,0

Quadro 5 Participação em outras formas de associação coletiva

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Mas a categoria participação pode ganhar uma dimensão explicativa maior ao se buscar a sua melhor operacionalização em termos de observação empírica. Neste sentido, Arnstein (2002) elabora uma tipologia de oito níveis de participação que foram dispostos em forma de uma escada onde cada degrau corresponde à amplitude do poder do cidadão em decidir ações e/ou programas que lhes afetam, conforme representado abaixo:

8	Controle cidadão	Nesses degraus estão níveis crescentes de poder de decisão por parte do cidadão. Na Parceria o cidadão pode negociar de igual para igual com aquele que tradicionalmente detém o poder. Nos degraus superiores o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão ou mesmo o completo poder gerencial.	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de poder		
6	Parceria		
5	Pacificação	Esses degraus avançam os níveis de concessão limitada de poder, que permitem aos “excluídos” ouvir e serem ouvidos. Nesse nível não há garantia de mudança no <i>status quo</i> . O degrau pacificação permite “aos sem-nada aconselhar os poderosos, mas retém nas mãos destes o direito de tomar a decisão final.” P. 5-6	Níveis de concessão mínima de poder.
4	Consulta		
3	Informação		
2	Terapia	Os primeiros degraus tem o objetivo de “educar” os participantes” pelos tomadores de decisão, ou seja, o objetivo não é permitir que a população participe dos processos de planejamento	Não-participação
1	Manipulação		

Figura 5 Escada de Participação Cidadã.

Fonte: Adaptado de ARNSTEIN, 2002.

Sob a perspectiva dessa tipologia existem graus bastante diferentes de participação cidadã, que permitem compreender tanto a crescente demanda por participação pelos sem-nada²⁹, como o leque completo de respostas confusas por parte dos poderosos. Nesse sentido, foi identificado que quanto maior a participação maior o poder de decisão dos cidadãos. Assim, os dados levantados em nossa pesquisa apontam para uma participação não muito efetiva, por parte das mulheres, nas atividades promovidas pelos sindicatos que integram. Dessa forma, segundo a tipologia de Arnstein, quando não há participação, as pessoas integram os degraus 1 e 2, que nomeia de Manipulação e Terapia. Ao degrau Manipulação, a autora atribui uma forma “ilusória” de participação na qual as pessoas são convidadas a participarem de reuniões e comitês *consultivos* sem real poder de decisão. Para exemplificar esse nível de participação utilizou como exemplo a aprovação de um projeto de construção de um centro comunitário no qual seriam necessárias as assinaturas da população, que nem questiona se tal centro é realmente necessário para o bairro. Alerta para o beneficiamento com tal construção por parte de membros do poder público e do futuro abandono quanto ao prosseguimento do projeto.

²⁹ Expressão utilizada pela autora para designar pessoas que não possuem acesso a poder de decisão. Segundo Arnstein, nem os sem-nada, nem os poderosos constituem blocos homogêneos na sociedade.

O segundo degrau da *escada de participação cidadã* de Arnstein (2002) é o que nomeia de Terapia. Trata-se de um estágio considerado pela autora como desonesto e arrogante. Para exemplificá-lo utilizou um fato ocorrido na Pensilvânia de um pai que perdeu o filho por mau atendimento em um hospital e após o fato, ao invés do hospital iniciar uma auditoria para prevenir fatos como esse ou apurar causas de mau atendimento, convidou o pai para participar de encontros terapêuticos. A autora considera que exemplos como esse, de terapias disfarçadas de participação cidadã podem ser vistos em grupos de moradores, associações de bairros, etc., ou seja, em ambos os degraus, não há participação das pessoas. Para ela, o motivo para não alcançar níveis genuínos de participação, pode ser representado como obstáculos que podem estar tanto do lado dos poderosos, quando do lado dos sem nada. Do lado dos poderosos incluem racismo, paternalismo e resistência à distribuição do poder. Do lado dos sem nada, incluem a inadequação da infraestrutura política e socioeconômica das comunidades pobres, o limitado acesso à educação e informação, além das dificuldades em organizar um grupo comunitário representativo e legitimado face às desavenças pessoais, a alienação e a desconfiança mútua.

Araújo (2003) cita um artigo escrito por Putnam denominado “*Bowling alone*” no qual o autor promove um debate sobre as mudanças no associativismo norte americano e a tendência ao envolvimento menor em assuntos políticos, fato que Putnam denominou de “desengajamento cívico”. Putnam constatou que esse declínio participativo também foi constatado em outras áreas da política e cita como exemplo o envolvimento em atividades sindicais e filiação em partidos políticos. Essa análise pareceu muito próxima da realidade de nossa pesquisa, pois os dados coletados demonstram que os hábitos participativos e os esforços de ação voluntária não são consistentes.

Níveis de participação			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	pouco ativo	23	24,0
	muito ativo	18	18,8
	ocasionalmente participa	1	1,0
	não participa	54	56,3
	Total	96	100,0
sindicalizadas	filiado mas não participa das reuniões	32	33,0
	pouco ativo	38	39,2
	muito ativo	17	17,5
	ocupa cargo/função	9	9,3
	ocasionalmente participa	1	1,0
	Total	97	100,0

Quadro 6 Níveis de participação dos grupos pesquisados
 Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Ao entrevistar a Presidente do STR de Caiana a mesma alertou para a pouca participação feminina nas reuniões do sindicato, apesar de acreditar que não há rejeição por parte das mulheres ao fato de haver uma mulher na direção do sindicato:

Elas estão acostumadas, são conhecidos da gente e não tem problema nenhum. Às vezes acontece de ir só eu de mulher na reunião. Sempre acontece isso. (Presidente do STR de Caiana).

Outro aspecto mencionado pela entrevistada e que enfoca a participação coletiva das mulheres pesquisadas é com relação a aceitação da comunidade à sua assunção ao cargo que antes era ocupado por um homem. Ela também cita o apoio dado por seu marido para que cumpra com os compromissos de gestão do sindicato.

Ao ser questionada se a filiação sindical trouxe alguma mudança no espaço privado, como atitudes e formas de pensar e agir, a entrevistada respondeu que passou a ser mais comunicativa:

Agora eu falo mais, e participo mais. Nunca participava de nada e agora participo. Meu marido, depois que eu entrei ele quis entrar também e se filiou. Ele dá força total em tudo. Apóia sempre! Fica com meu netinho e olha ele pra mim (Presidente do STR de Caiana).

A fala da sindicalizada e dirigente do STR de Caiana ilustra aspectos de mobilização da família em prol da inserção das mulheres nos espaços públicos. Contudo, dentre a maioria das sindicalizadas entrevistadas não houve tal mobilização em razão do desinteresse das mesmas em participar de reuniões promovidas pelos STR's.

Se não quisermos sequer considerar a pertinência da comparação entre sindicalizadas e não sindicalizadas pelo fato da participação ser referente a instituições diferentes e considerarmos apenas a intensidade de participação das sindicalizadas, percebemos o quanto ela é superior aquela dos que participam ativamente. Tal situação pode estar ligada ao fato do sindicato se constituir para as trabalhadoras rurais em uma instituição que abre a tramitação de processo de reivindicação a direitos sociais e trabalhistas. Assim, constatamos que apesar de haver sindicalização não havia participação de fato em reuniões e assembléias. O simples fato de ser sindicalizadas representava, para essas pessoas, uma maneira de estarem inseridas no processo de cidadania e busca por direitos sociais e trabalhistas. Ao questionar-se com quem elas deixavam os filhos quando precisavam sair de casa para ir a compromissos no sindicato ou a outros lugares 61,9% das sindicalizadas disseram não haver necessidade de deixar o filho sozinho ou com algum parente porque elas não iam às reuniões organizadas pelo sindicato, ilustrando bem o sentido que o sindicato tem para elas: uma instituição de encaminhamento das demandas relativas aos direitos trabalhistas e sociais.

4. 1.2 Empoderamento e atuação em redes de relações sociais

As redes de relações sociais integram a análise sobre a dimensão social do empoderamento. A participação das mulheres em redes indica o seu capital social. Putnam (2008) aplicou esse conceito para compreender a participação e o engajamento das pessoas na sociedade, nas instituições que a compõem. As redes de intercâmbio nas quais se integram os indivíduos são concebidas como denotando o capital que podem acionar na consecução de fins individuais e/ou coletivos. A participação em pastorais e grupos de reflexão, por exemplo, que foi a forma mais comum de vinculação a grupos entre as mulheres *não sindicalizadas*, 23%, é interpretada por Putnan como podendo favorecer o estabelecimento de relações de confiança entre as pessoas que deles participam, em virtude de vivenciarem experiências comuns e valorizarem os mesmos preceitos normativos. Contudo, foi muito mais expressivo entre as mulheres *não sindicalizadas* a não participação de qualquer grupo, 56,3%, que a participação. Já entre as sindicalizadas o contrário se deu, como mostrado no tópico

anterior, referente à participação política, no qual 60,8% das sindicalizadas disseram participar de outras formas de associação coletiva, como grupos de reflexão, pastorais, dentre outros.

Que tipo de associação / organização coletiva participa			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	Cooperativa Agrícola	2	2,1
	Associação de Moradores	3	3,1
	Partido Político	5	5,2
	pastoral/organização religiosa	16	16,7
	grupo de reflexão	6	6,3
	grupo de jovens	1	1,0
	mais de um	9	9,4
	nenhum	54	56,3
	Total	96	100,0
sindicalizadas	Cooperativa Agrícola	7	7,2
	Partido Político	4	4,1
	pastoral/organização religiosa	6	6,2
	grupo de reflexão	20	20,6
	grupo de mulheres	4	4,1
	mais de um	18	18,6
	nenhum	38	39,2
	Total	97	100,0

Quadro 7 Tipos de associações / organizações coletivas que participam.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Esta maior participação de grupos entre as sindicalizadas pode estar confirmando o apontado por Putnan (2008), o qual considera que as redes têm o potencial de capilarização crescente. Entre as sindicalizadas notamos este efeito: elas participavam de cooperativas agrícolas, de partidos políticos, de pastorais e grupos religiosos (de canto ou louvor, de reflexão), de associação de mulheres e grupo de jovens, com um percentual bem mais expressivo que entre as não sindicalizadas. O atributo religioso, no caso, principalmente, o catolicismo, parece ter se traduzido em um capital favorável a articulação das sindicalizadas a outras redes. Quando observamos a dinâmica dos grupos de reflexão, nos quais as reuniões eram realizadas geralmente nas residências das mulheres, percebemos que neste espaço mais íntimo e próximo da pessoa, a casa, as mulheres da comunidade se integravam. A vivência na capela com a organização das celebrações parece ter favorecido a instituição de práticas coletivas entre as sindicalizadas. Das pastorais religiosas católicas saíam as mulheres que acompanhavam a vacinação, a pesagem e o desenvolvimento nutricional das crianças da

comunidade. Para melhor compreendermos a forma como as mulheres se envolviam com os grupos de que participavam procuramos identificar a motivação que as levou a integrar essas organizações coletivas (quadro 8):

Por que escolheu participar desse grupo?			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	se senti bem, feliz, útil	18	18,8
	Se sentia importante	5	5,2
	influência da família	12	12,5
	outros	7	7,3
	não participa	54	56,3
	Total	96	100,0
sindicalizadas	se sentia bem, feliz, útil	34	35,1
	se sentia importante	7	7,2
	benefícios previdenciários	3	3,1
	possibilidade de aprendizagem	8	8,2
	influência da família	7	7,2
	não participa	38	39,2
	Total	97	100,0

Quadro 8 Motivação para escolha do grupo em que participam.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

A satisfação em participar se traduz em uma motivação construída dentro de uma lógica não associada a fins instrumentais, o que pode indicar o bem estar de estar em grupos constituídos por laços de afinidade, fortalecendo a tese das relações de confiança formadas a partir dos grupos religiosos. Além da satisfação pessoal, outras motivações como aquela relacionada à autoestima revelando o desejo de se sentir importante, ou ainda, o interesse em assegurar o acesso a benefícios sociais e trabalhistas, se constituem, também, em elementos propulsores para estas mulheres se inserirem em espaços de ação coletiva.

4.2 Empoderamento Social

4.2.1 Acesso às políticas públicas e aos programas de transferência de renda

Ao analisarmos o acesso às políticas públicas e aos programas de transferência de renda, utilizamos a abordagem de condição de agente³⁰, tentando identificar a existência de um papel ativo desses atores no processo de alcance de suas liberdades substantivas³¹. Nessa perspectiva, as políticas públicas despontam como ações do Estado que permitem a inserção das mulheres no processo de construção do seu empoderamento. Sen (2000) considera relevante o investimento em políticas para as mulheres, pois haveria através delas a possibilidade de ampliação da sua inserção na esfera econômica e educacional, bem como a possibilidade de redução das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil. Para o autor, quando as mulheres têm oportunidades de administrar os recursos financeiros junto à sua família, ampliam-se as condições de bem-estar para a família. Além disso, o autor considera que as políticas públicas podem contribuir para o aumento das capacidades individuais e de acréscimo de poder configurado no que ele nomeou como “condição de agente” e de “empoderamento”.

Dessa forma, considerou-se nesta pesquisa o acesso ao PRONAF, que tem sido uma política pública apontada em estudos como o de Zorzi (2008) como possibilidade de mudanças e ganhos para as mulheres que o acessam. De maneira equivalente, analisou-se também a inserção em programas de transferência direta de renda para as famílias em situação de pobreza, como o Bolsa-Família. A inclusão do item Bolsa-Família como variável de análise se deu pelo fato de as entrevistas terem sido realizadas com mulheres inseridas tanto no campo quanto na cidade. Ou seja, dentre as mulheres entrevistadas, algumas atuavam na agricultura familiar e outras não. Dessa forma, para se manter uma equivalência entre os dois grupos, pesquisou-se o acesso a dois dos principais programas de ação do Estado voltados para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento. O Bolsa-família também tem sido investigado sob o prisma do conceito de empoderamento, como na pesquisa de Moreira

³⁰ Sen (2000)

³¹ Sen (2000)

(2010) que identificou efeitos positivos tanto para famílias quanto para mulheres, refletidos na autonomia por elas alcançada. O quadro 9 apresentado a seguir apresenta a relação das entrevistadas com as políticas públicas.

Acesso a algum tipo de política pública / geração de renda			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	nenhum	77	80,2
	PRONAF	3	3,1
	Bolsa-Família	14	14,6
	PAA	1	1,0
	mais de um	1	1,0
	Total	96	100,0
sindicalizadas	nenhum	24	24,7
	PRONAF	26	26,8
	Bolsa-Família	24	24,7
	PAA	3	3,1
	Crédito Fundiário	2	2,1
	mais de um	18	18,6
	Total	97	100,0

Quadro 9 Acesso a políticas públicas
Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os dados evidenciam que dentre os dois grupos que foram objeto desta pesquisa, o grupo das sindicalizadas tinha maior acesso a políticas públicas do que as não sindicalizadas, o que pode ser devido a um nível de carência material maior. Dentre as *sindicalizadas*, o PRONAF³² foi o mais acessado, com 26,8%. Esse grupo também informou ter obtido acesso há mais de um tipo de política pública (18,6%). Já entre as *não sindicalizadas*, a maioria, 80,2%, disse não ter acessado nenhum tipo de política pública ou projeto de transferência ou geração de renda. Tendo em vista que as *sindicalizadas* demonstraram ter mais acessos a políticas públicas e a programas de transferência direta de renda do que as *não sindicalizadas* foi possível reconhecer o envolvimento de agentes externos, como os sindicatos de trabalhadores rurais, como mediadores nesse processo de inserção das sindicalizadas em

³² Dentre as entrevistadas que acessaram o PRONAF, todas elas disseram tê-lo feito em conjunto com seus maridos e companheiros. Apesar de ter sido implementado na safra 2004/2005, o Pronaf Mulher (que insere as mulheres no programa de crédito no qual elas mesmas são responsáveis pelo projeto de financiamento) não foi citado pelas entrevistadas.

projetos que forneciam créditos para investimentos nas atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares.

Políticas públicas como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)³³ ou o Crédito Fundiário podem se constituir em vetores de empoderamento por possibilitar o acesso dos agricultores à aquisição de imóveis e terras. Nesse processo, os STR's atuam como mediadores entre agricultores e tais políticas. A participação das mulheres nas atividades promovidas pelos sindicatos possibilita a obtenção de informações de projetos e políticas públicas, que as tornam empoderadas, como por exemplo, ao se ter acesso a propriedades de bens. O fato de as sindicalizadas não auferirem renda própria faz com que se enquadrem dentro do perfil de beneficiárias desses programas que têm como finalidade minimizar situações de vulnerabilidade social. Outrossim, ações que incentivam a conquista de ganho econômico por meio de intervenções públicas, como o Bolsa Família, também representam possibilidade de ampliação da cidadania.

Contudo, há que se destacar a necessidade de maior atenção para o acompanhamento dos possíveis vieses desse tipo de programa, pois ações assistencialistas de caráter prolongado e dissociado de contrapartidas proativas podem incorrer em um falso tipo de empoderamento. Romano e Antunes (2002) destacam que políticas públicas marcadas pelo caráter da dádiva, sem que as pessoas se sintam motivadas a alcançar seus objetivos por si mesmas possam gerar acomodação. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família incorre no risco de levar as mulheres beneficiárias a preferirem não trabalhar em caráter formal, temerosas de perderem o direito de receber o benefício do programa. Assim, o programa precisa estar atento para que não se estabeleça a cultura da pobreza profissional, com a mulher acomodando-se na condição de beneficiárias.

³³ O Programa Nacional de Habitação Rural foi criado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e tem como objetivo subsidiar, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao agricultor familiar ou trabalhador rural, organizados por uma Entidade Organizadora (Prefeitura Municipal, Governos Estadual e Distrital, sindicatos, cooperativas e associações) para a aquisição de material de construção, para a construção, conclusão ou reforma/ampliação da unidade habitacional em área rural. Se destina a pessoas físicas, trabalhadores rurais e agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15.000,00, indicada na DAP e que comprovem o seu enquadramento no PRONAF. Fonte: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasses/pnhr_ogu/index.asp Acesso em 05 de maio de 2012.

4.2.2 Benefícios previdenciários: um caminho para a conquista da cidadania no campo

As reivindicações pela cidadania no campo não abarcam apenas o direito ao trabalho, mas, também, os direitos sociais relacionados a ele. Estudos que examinam a divisão do trabalho na agricultura por sexo apontam para a posição subordinada da mão-de-obra feminina que é tida como “ajuda” mesmo quando executam as mesmas funções desempenhadas pelos homens (BRUMER, 2004). Além de cumprir as atividades relacionadas ao plantio, à colheita e cuidados com animais (alimentação, limpeza e ordenha) acumulam o trabalho doméstico relativo ao preparo dos alimentos, limpeza da casa, da roupa e cuidado dos filhos. Nessa lógica onde as funções produtivas e reprodutivas são concebidas como atividades domésticas, o reconhecimento da mulher como agricultora e seu acesso a benefícios sociais como licença-maternidade, auxílio-doença e aposentadoria se constituem em conquistas recentes pós-Constituição de 88. A sindicalização foi destacada por parte de algumas entrevistadas como uma forma de garantir a sua inclusão aos direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira. Em inúmeras entrevistas, a preocupação com a seguridade social foi citada como fator motivador para a busca da sindicalização, tais como a seguir:

“(...) quem trabalha na roça, sem carteira assinada... não tem segurança nem nada... aí eu precisei de “*encostar*” e o sindicato me ajudou. Eu “*encostei*” 2 meses. Me ajudou assim... Se eu não tivesse mexido, pagando direitinho, não tinha arrumado nada! Tô com *perícia* marcada graças a eles! (Entrevistada 5, sindicalizada, município de Alto Caparaó)

A entrevistada menciona as palavras “*encostar*” e “*perícia*” que são expressões muito utilizadas para se referir as questões que estão relacionadas a procura do auxílio-doença, da Previdência Social. O termo “*encostar*” se refere ao fato de conseguir o benefício por um determinado período de tempo e “*perícia*” é a consulta médica realizada pelo médico-perito do INSS que avalia as condições do trabalhador e, por conseguinte, concede ou não os benefícios de auxílio-doença, licença-maternidade ou aposentadoria. As sindicalizadas demonstraram nas entrevistas que se preocupam “com o futuro”, com o momento da aposentadoria ou, no caso de uma doença, em conseguir o amparo da Previdência Social. Atribuem ao STR o caráter de mediador nesse processo, pois por intermédio dele são agendadas perícias médicas para a obtenção dos benefícios, bem como o acompanhamento de toda a documentação das trabalhadoras. Fazem parte da agenda dos STR’s pesquisados, ações voltadas à seguridade social das mulheres. Dessa maneira esses sindicatos representam para as

trabalhadoras rurais um fórum de acesso aos direitos previdenciários, corporificando, de forma concreta, o sentido de cidadania para os trabalhadores do campo. O Quadro a seguir apresenta os benefícios que já foram acionados pelas entrevistadas.

Recebe algum tipo de benefício previdenciário			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	aposentadoria	31	32,3
	auxílio-doença	4	4,2
	licença-maternidade	2	2,1
	pensão INSS	3	3,1
	nenhum	56	58,3
	Total	96	100,0
sindicalizadas	aposentadoria	10	10,3
	auxílio-doença	9	9,3
	pensão INSS	3	3,1
	nenhum	73	75,3
	aposentadoria e pensão do INSS	2	2,1
	Total	97	100,0

Quadro 10 Recebe algum tipo de benefício previdenciário

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Embora os percentuais de acesso aos benefícios sociais não atinjam nem os 50% das entrevistadas, isto não se deve ao seu desconhecimento, mas, ao não enquadramento ao que prevê o benefício. Em termos de informação sobre direitos e garantias trabalhistas, a mediação exercida pelo sindicato junto às trabalhadoras rurais tem sido muito efetiva.

4.3 Empoderamento privado de sindicalizadas e não sindicalizadas

4.3.1 O trabalho remunerado como indicador de Empoderamento

Segundo Sen (2000) as liberdades substantivas estariam relacionadas à qualidade de vida, à segurança econômica e física. Para o autor, o direito de propriedade, a possibilidade de emprego fora de casa e de renda própria contribuiriam para fortalecer a condição de agente das mulheres. Para o autor a melhora das condições econômicas não pode ser considerada de forma exclusiva, mas, tão pouco deveria ser negligenciada, em virtude de sua vinculação com a pobreza. Segundo Sen (2000):

(...) a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. (SEN, 2000, p. 18).

Para Sen (2000), o empoderamento econômico da mulher seria processualmente construindo e contaria com o suporte da obtenção de uma renda, seja por meio do trabalho individual, seja coletivo, auferido a partir do ganho advindo de um emprego fora de casa. Considerando, portanto, a importância da renda como uma das variáveis que constituem o empoderamento da mulher buscou-se, nesta pesquisa, identificar o tipo de renda recebida pela população pesquisada. Os dados obtidos estão apresentados nos dois quadros que se seguem.

Renda pessoal			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	nenhuma	19	19,8
	menos de 1 salário mínimo	17	17,7
	1 salário mínimo	46	47,9
	2 a 3 salários mínimos	13	13,5
	4 a 5 salários mínimos	1	1,0
	Total	96	100,0
sindicalizadas	nenhuma	45	46,4
	menos de 1 salário mínimo	22	22,7
	1 salário mínimo	23	23,7
	2 a 3 salários mínimos	6	6,2
	Não respondeu	1	1,0
	Total	97	100,0

Quadro 11 Renda pessoal das entrevistadas

Fonte: Dados da pesquisa

Renda familiar			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	menos de 1 salário mínimo	6	6,3
	1 salário mínimo	21	21,9
	2 a 3 salários mínimos	42	43,8
	4 a 5 salários mínimos	12	12,5
	6 a 7 salários mínimos	2	2,1
	acima de 7 salários mínimos	1	1,0
	Total	84	87,5
	Não responderam	12	12,5
sindicalizadas	Total	96	100,0
	menos de 1 salário mínimo	6	6,2
	1 salário mínimo	25	25,8
	2 a 3 salários mínimos	18	18,6
	4 a 5 salários mínimos	7	7,2
	Total	56	57,7
	Não responderam	41	42,3
Total	97	100,0	

Quadro 12 Renda familiar dos dois grupos estudados

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os dados apresentados nos quadros anteriores indicam que as mulheres “não sindicalizadas” apresentavam renda pessoal e familiar maior do que o grupo das “sindicalizadas”. O empoderamento de agricultoras por meio de uma atividade geradora de renda foi, também, tratado no estudo de Zorzi (2008). A autora investigou agricultoras no Rio Grande do Sul, que obtiveram acesso a uma atividade geradora de renda possibilitada por recursos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Mulher). Segundo a pesquisadora, o acesso a políticas públicas como o Pronaf Mulher contribuiu para o aumento da renda familiar e do posicionamento da mulher na família e na comunidade. Segundo Zorzi (2008), notou-se o aumento da auto-estima das mulheres que acessaram o Pronaf Mulher devido a possibilidade de administrarem uma renda própria, independente do valor monetário. No que diz respeito a nossa pesquisa de campo as entrevistadas, também, afirmaram que o acesso a renda e ao emprego fora de casa se constituíam em fatores diferenciais para o alcance da liberdade de tomar decisões sobre as suas vidas:

Eu tenho total liberdade! Liberdade para sair de casa... tudo! (...) No primeiro casamento não deixava trabalhar e isso foi horrível! Antigamente homem achava que a gente tinha que ficar dentro de casa, passando, lavando, cuidando de menino! **Hoje a gente faz tudo isso trabalhando**, né?! Depois não! Depois que eu me separei, tive que criar filho sozinha, pequeno, depois que consegui uma liberdade! Esse marido aqui é um anjo! Não esquenta a cabeça! Quando eu casei, meu marido: “não, que trabalhar fora?! Tem um homem dentro de casa!”. Aí quando eu separei foi pior porque eu não tava preparada pra encarar o mundo... aquele mundão... sendo pai e mãe.. enfim... aí... isso é pior! Quando você não *tá* preparada pra encarar o mundo como eu encarei... com dois menino pequeno pra criar e mostrar que é capaz.... tem que encarar muita coisa! E hoje, graças a Deus, eu conquistei meu espaço! Não quero acreditar que hoje em dia tem mulher que aceita o homem bater, essas coisas... ahhh! (Entrevistada 40, não sindicalizada, Município de Carangola).

(...) antes a mulher ficava toda assim... **dependia tudo do marido!** Até comida! Até pouco tempo ela trabalhava de igual pra igual com o homem e ganhava menos. **O poder de decisão veio com a independência** apesar dessa carga pesada que veio com a independência mas agora ela pode pensar, não é verdade?! Antigamente nem podiam pensar! **A independência vem através do trabalho** e de tudo que vem pra facilitar essa independência. (Entrevistada 3, não sindicalizada, município de Carangola).

Os posicionamentos das entrevistadas ressaltam as oportunidades abertas pelas mulheres ao adentrarem o mundo do trabalho, evidenciando o sentimento de conquista da liberdade advindo desta experiência. Nos depoimentos transcritos as mulheres destacaram a “conquista do seu espaço” e da independência, ainda que atrelada a sobrecarga da dupla jornada de trabalho, como enfatizou a entrevistada 3 ao afirmar que junto com a independência vinha “a carga pesada de trabalho”, referindo-se a dificuldade da mulher em conciliar o trabalho doméstico com o trabalho fora de casa.

Sen (2000) considera que a independência econômica é indispensável para o reconhecimento da condição de agente por parte dos indivíduos, por fazer com que eles se sintam como pessoas responsáveis por sua vida e emancipados.

Uma das formas de superar as desigualdades seria o combate à pobreza. Neste sentido, o empoderamento econômico é percebido como imprescindível para a conquista da cidadania plena. Ou seja, a capacidade de as mulheres alcançarem recursos econômicos afetaria sua possibilidade de alcançar o empoderamento social, político e cultural, interferindo diretamente na atuação nos âmbitos públicos e privados. O trabalho e a renda foram por muitas vezes mencionados durante as entrevistas realizadas como fatores relevantes para a melhoria da condição de vida das mulheres. Esses dois fatores, como destacado anteriormente, foram elencados por Sen (2000) como sendo fundamentais para o alcance das “liberdades substantivas”. Contudo, se alguém se empodera, outro alguém se desempodera. Esta concepção do poder como relacional, como um campo de forças e de processos de negociação, aponta, também para a possibilidade de que no processo de empoderamento da mulher surjam conflitos. Segundo Sen, o empoderamento pode implicar no surgimento de *conflitos cooperativos*³⁴ na família, relativos à identificação do membro da família que seria o responsável pela sua prosperidade.

A noção conceitual de empoderamento traz, assim, consigo essa perspectiva de mudança nas relações sociais das mulheres com os homens. Outros autores também abordam essa possibilidade de estabelecimento de relações conflitivas na família e na comunidade advindas da conquista do empoderamento por parte das mulheres (ANTUNES, 2006; CORTEZ E SOUZA, 2008). Na pesquisa de Antunes (2006) com o movimento das babaqueiras do Maranhão a autora analisou se ocorreu a transferência do empoderamento coletivo, alcançado na esfera pública, na luta pelo direito ao livre acesso ao babaçu, para o âmbito individual, na esfera privada. Ela constatou em seu trabalho a existência em uma

³⁴ O autor utiliza essa expressão para designar interesses congruentes e conflitantes que afetam a vida familiar e de muitas relações de grupo.

mesma mulher de sua faceta de líder empoderada e de esposa desempoderada, demonstrando que essas mulheres deixaram todo o poder alcançado na esfera coletiva do lado de fora.

Nesse mesmo sentido, Cortez e Souza (2008) apontam o empoderamento de mulheres e a repercussão que isso tem causado nos índices de violência conjugal. Os autores destacam as implicações do empoderamento de mulheres em suas relações conjugais. Aspectos como trabalho assalariado, questionamentos sobre a vida sexual e maior participação no âmbito público são sinalizadores do empoderamento das mulheres e se tornam “ameaçadores” à tradicional dominação masculina. Dessa forma, os homens tentam proteger sua masculinidade através da violência praticada contra a mulher o que também representa mecanismo de suprimir manifestações femininas de poder.

Romano e Antunes (2002) consideram que a noção de empoderamento enquanto desenvolvimento das capacidades das pessoas pobres e excluídas, bem como das suas organizações é um processo relacional e conflituoso. Relacional porque abarca o tecido de relações de poder nos quais os indivíduos estão inseridos e conflituoso no sentido de se orientar para a busca de mudanças nas relações de poder existentes. Para esses autores, o empoderamento é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza, que é um estado de desempoderamento. No tópico a seguir discute-se a categoria propriedade de bens e sua relevância para o empoderamento da mulher no meio rural.

4.3.2 A perspectiva de empoderamento relacionada à propriedade de bens

Sen (2000) e Deere e León (2002) consideram que o empoderamento está, também, relacionado à possibilidade de ter a propriedade de bens. Os argumentos desses autores não destacam a propriedade de bens móveis atribuindo de forma generalizada o alcance do empoderamento pela conquista de bens imóveis. Apesar disso, este estudo analisou tanto a propriedade de bens móveis quanto de bens imóveis, como ilustra os quadros 13 e 14:

Propriedade de bens móveis			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	1	30	31,3
	2	7	7,3
	3 a 4	4	4,2
	nenhum	55	57,3
	Total	96	100,0
sindicalizadas	1	37	38,1
	2	17	17,5
	3 a 4	1	1,0
	nenhum	42	43,3
	Total	97	100,0

Quadro 13 Propriedade de bens móveis de sindicalizadas e não sindicalizadas entrevistadas.
Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Identificou-se na pesquisa que dentre os dois grupos pesquisados, a maioria das mulheres não possuía bens móveis. Nota-se uma relativa superioridade das sindicalizadas, que num percentual de 38,1 disseram possuírem algum tipo de bem móvel, como motocicleta ou automóvel. No grupo das não sindicalizadas o percentual referente à propriedade de um bem móvel foi de 31,3%. Dessa forma, apesar do grupo das sindicalizadas não possuir uma maior renda própria, quando questionadas sobre a propriedade de bens móveis afirmaram possuírem moto ou automóvel. Dentro da sociedade rural é comum que a renda tenha caráter familiar e assim, os itens adquiridos são compartilhados por todos da família. A motocicleta foi apontada como um item essencial para facilitar os deslocamentos. Esse fato decorre da necessidade de locomoção entre o campo e a cidade devido à falta de meios de transportes públicos. O quadro 14 (a seguir) aponta para os resultados encontrados na coleta de dados referente à propriedade de bens imóveis.

Propriedade de bens imóveis			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	nenhum	27	28,1
	1	55	57,3
	2	11	11,5
	4	3	3,1
	Total	96	100,0
sindicalizadas	nenhum	26	26,8
	1	43	44,3
	2	28	28,9
	Total	97	100,0

Quadro 14 Propriedade de bens imóveis dos dois grupos pesquisados
 Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Dentre sindicalizadas e não sindicalizadas, as respostas encontradas relativas à propriedade de bens imóveis (casa, apartamento, terras) revelou que a maioria das mulheres dos dois grupos possuía algum bem imóvel em seu nome ou em conjunto com o marido. A diferença entre esses grupos foi identificada a favor das não sindicalizadas, com um percentual de 57,3% contra 44,3 % das sindicalizadas. Uma das abordagens do conceito de “empoderamento” se volta para o acesso pela mulher aos bens materiais. A propriedade de imóveis é percebida dentro desta concepção como podendo trazer implicações para a vida das mulheres e também na de seus companheiros e familiares.

Isso porque o empoderamento ocorre quando há uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família. Entretanto, sob o outro ponto de vista, o empoderamento da mulher libera e empodera o homem nos campos tanto material quanto psicológico. Por exemplo, as mulheres começam a dividir responsabilidades anteriormente do homem, como o sustento da família. (...) Portanto, o empoderamento da mulher implica mudanças não apenas em sua própria existências, mas também nas de seus companheiros e familiares (DEERE E LÉON, 2002, p. 54-55).

Deere e Léon (2002) apontam que os direitos de propriedade são potencialmente importantes tanto para a mulher urbana quanto para a rural, pois são fundamentais para tornar mais simétricas as relações de gênero, por aumentarem o poder de barganha das mulheres, fator que poderia promover a sua autonomia e o seu empoderamento. As autoras destacam

que o casamento define os direitos de propriedade de homens e mulheres em razão do regime matrimonial que regulamenta a união. Segundo as autoras, até as últimas décadas, em muitos países, os bens comuns do casal eram controlados pelo marido e incluíam os bens trazidos pela mulher no momento da união. Nessa perspectiva, Deere e Léon (2002) consideram que o empoderamento através da propriedade de bens próprios ou conjuntos pode favorecer a existência de relações de gênero mais assimétricas.

Um destaque relevante que necessita ser abordado nessa pesquisa e que é apontado como relevante pelas autoras, é o fato de o empoderamento não ser um processo linear com começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres. Trata-se de um processo de pequenos ganhos e conquistas, moldados por cada indivíduo ou grupo, com base em seus contextos de vida, nas suas histórias e projetos de vida. Dessa mesma forma ocorre com relação a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar e comunitário (DEERE e LÉON, 2002). É nesse sentido que se deu a análise dos dados desta pesquisa: percebendo nos discursos e nos dados coletados, os passos que as mulheres estavam dando nas suas vidas, tentando perceber neles a existência ou não de indicadores de empoderamento e de ampliação de suas liberdades “substantivas”.

No tocante ao bem-estar das mulheres e o combate às desigualdades que as afetam, Sen (2000) considera que a condição de agente pode representar mudanças para as suas vidas. Para ele, compreender esse papel de agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis por fazer ou não fazer coisas. O autor destaca que esse reconhecimento, embora pareça simples, pode ter implicações rigorosas tanto na análise social, no raciocínio e nas ações práticas. Para o autor, a participação das mulheres nas atividades econômicas pode fazer muita diferença. Ele explica que a razão da participação relativamente pequena das mulheres na esfera pública em alguns países se dá em função de uma carência relativa de acessos a recursos econômicos, pois a propriedade de terras e capital, em países em desenvolvimento está concentrada nos homens. Sen alerta ainda que a dificuldade da mulher iniciar um empreendimento se daria por não possuir bens que servissem de garantia aos credores.

Para o autor, a grande influência para a mudança no processo social se daria por meio da inserção da mulher nas atividades econômicas. Ele cita como exemplo um caso ocorrido em Bangladesh com o fornecimento de microcrédito para as mulheres, que ao eliminar o tratamento discriminatório no mercado de crédito rural fornecendo crédito às mulheres favoreceu o combate à pobreza através do incremento à produção e da abertura de pequenos empreendimentos. Mas Sen não se detém na questão da renda, ele aponta o conjunto de

habilidades e capacidades ao alcance de cada indivíduo, para que ele defina o modo de vida de sua preferência, de forma autônoma. A este conjunto de requisitos Sen qualifica de “liberdades instrumentais”, as quais se ligariam umas às outras e contribuiriam para o amento da liberdade humana em geral.

A visão de Sen (2000) corrobora com a de Deere (2010) no tocante aos direitos de propriedade da mulher no meio rural, no sentido de ambos acreditarem que eles se constituam em indicadores de empoderamento. Deere destaca a diferença entre o “acesso” e o “direito” à terra: o primeiro diria respeito aos meios informais de obtenção de terra (arrendamento, aluguel, empréstimo) e o segundo se referiria aos meios legais e socialmente reconhecidos, legitimados pelo Estado e que, portanto, forneceriam maior segurança ao beneficiado. Por meio de pesquisa que realizou no Equador, a autora definiu como violência patrimonial a violação dos direitos de propriedade da mulher, destacando que elas eram mais vulneráveis na viuvez, divórcio ou separação, em função do que denominou de “analfabetismo legal”, ou seja, o desconhecimento da legislação. Seu estudo demonstrou que a desigualdade de gênero na distribuição da propriedade da terra decorria do processo de herança, no qual era dada a preferência aos filhos e de uma tendência ao favorecimento dos homens nos programas estatais de distribuição da terra. Assim, a constatação de que 57,3% das *não sindicalizadas* e 44,3 % das *sindicalizadas* possuíam a propriedade de pelo menos um bem imóvel, de forma conjunta ou individual, devemos tomar este percentual com um indicador das assimetrias ainda existentes entre os sexos.

4.3.3 Controle contraceptivo e planejamento familiar

Os estudos de Sen (2000) que enfocam o desenvolvimento como a capacidade de expansão das liberdades substantivas dos indivíduos sob a condição de “agentes” pensa a pobreza num caráter relacional e que está atrelada a conquista de cidadania e emancipação social, dentro de uma perspectiva relacional, tentando perceber os fatores que a podem dinamizar. Esse autor considera que o ganho de poder das mulheres na família pode reduzir significativamente a mortalidade infantil. Da mesma forma, aponta que “há evidências consideráveis de que as taxas de fecundidade tendem a declinar quando as mulheres obtêm mais poder” (SEN, 2000, p. 226). O controle contraceptivo poderia se constituir, assim, em um indicador da liberdade de escolha da mulher. Apresentamos a seguir os dados levantados quanto a este item.

Controle contraceptivo			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	Sim	37	38,5
	Não	59	61,5
	Total	96	100,0
sindicalizadas	Sim	73	75,3
	Não	24	24,7
	Total	97	100,0

Quadro 15 Controle contraceptivo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Com relação ao controle contraceptivo, as sindicalizadas entrevistadas na pesquisa utilizam mais métodos contraceptivos do que as não sindicalizadas: 75,3% das primeiras disseram fazer uso de algum anticoncepcional, contra 38,5% das não sindicalizadas. A pílula anticoncepcional foi apontada como o método mais utilizado pelos dois grupos, sendo escolhido por 44,3% das sindicalizadas e 29,2% das não sindicalizadas. O método contraceptivo representa uma forma de escolha individual ou do casal, que possibilita às mulheres estabelecer o planejamento quanto ao número de filhos e quanto ao momento de tê-los. Nesse mesmo sentido, buscamos saber como se dava o planejamento familiar em relação ao número de filhos.

Seus filhos foram planejados?			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	sim	27	28,1
	não	45	46,9
	Alguns sim, outros não	9	9,4
	sem filhos	13	13,5
	Total	94	97,9
	Não respondeu	2	2,1
	Total	96	100,0
sindicalizadas	sim	39	40,2
	não	42	43,3
	Alguns sim, outros não	11	11,3
	sem filhos	5	5,2
	Total	97	100,0

Quadro 16 Planejamento familiar

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

As respostas obtidas indicaram ter havido maior planejamento do número de filhos por parte das sindicalizadas (40,2%) do que por parte das mulheres não sindicalizadas (28,1%). Identificou-se nesse tópico que os indicadores de empoderamento relacionado ao controle contraceptivo foram mais favoráveis às entrevistadas sindicalizadas.

4.3.4 Violência doméstica

Outro indicador analisado relacionado ao empoderamento em âmbito privado foi relacionado a existência ou não de violência doméstica. Considerou-se como “violência doméstica” a definição dada pela Lei 11.340/06, conhecida por Lei Maria da Penha. Segundo essa legislação, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão "baseada no gênero" que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto (namorada, esposa, companheira, amante). Vale ressaltar que algumas entrevistadas se negaram a falar do assunto demonstrando que tal fato é considerado tabu para elas. O quadro 17, a seguir, mostra os resultados da pesquisa para o grupo de mulheres sindicalizadas e não sindicalizadas, no tocante à violência doméstica:

Já sofreu violência doméstica?			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	sim	9	9,4
	não	84	87,5
	Total	93	96,9
	Não respondeu	3	3,1
	Total	96	100,0
sindicalizadas	sim	8	8,2
	não	88	90,7
	Total	96	99,0
	Não respondeu	1	1,0
	Total	97	100,0

Quadro 17 Violência doméstica
Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os dados coletados indicaram um baixo índice de violência doméstica, tanto entre as sindicalizadas, 90,7%, como entre as não sindicalizadas, 87,5%. Perante esses índices há que se considerar o fato de que algumas das entrevistadas possam ter ficado acanhadas em admitir, a uma pessoa estranha, já ter sofrido violência doméstica. Contudo, esta é uma limitação do método de coleta de dados da pesquisa.

4.3.5 Liberdade para sair de casa

Para analisarmos o empoderamento no âmbito privado tomou-se como base as respostas relacionadas à *liberdade para tomada de decisões*. A escolha dessa variável se justifica em razão da abordagem teórica de Sen (2000) sobre as disposições que contribuem para expandir o “exercício da liberdade”, e na interpretação do conceito de empoderamento dada por Romano e Antunes (2002) e por Horochovski e Meirelles (2007). Referente à autonomia para a tomada de decisões, questionou-se aos dois grupos pesquisados sobre a liberdade que detinham para sair de casa, para participar de alguma atividade do STR ou de outra organização.

Você tem liberdade para sair de casa?			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	nenhuma liberdade	1	1,0
	pouca liberdade	3	3,1
	com dificuldade consegue sair	8	8,3
	total liberdade	84	87,5
	Total	96	100,0
sindicalizadas	nenhuma liberdade	2	2,1
	pouca liberdade	6	6,2
	com dificuldade consegue sair	12	12,4
	total liberdade	77	79,4
	Total	97	100,0

Quadro 18 Liberdade para sair de casa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Tais resultados indicam que numericamente as mulheres não sindicalizadas possuem maior liberdade para saírem de suas casas, comparando-se com as sindicalizadas, ou seja, ser

sindicalizada não se apresentou como um fator diferencial em favor das sindicalizadas. Ainda a fim de avaliar a autonomia dessas mulheres, foi perguntado se elas haviam deixado de ir a algum lugar que desejavam e qual seria o principal motivo para tal fato. Da mesma forma que ocorreu na questão anterior, as não sindicalizadas demonstraram possuírem um grau maior de liberdade do que as sindicalizadas, num percentual de 52,1% contra 44,3%. A respeito do motivo que as levaram a deixar de ir ao lugar que desejavam, os dois grupos apontaram inúmeros motivos, alheios aos que foram oferecidos como opção de resposta. Esses motivos iam desde a chegada inesperada de uma visita no momento em que iam sair até o fato de a roupa que queriam vestir não servir ou não ficar adequada ao momento. Por isso, essas respostas foram agrupadas na mesma categoria “outros motivos”. Depois dessa opção, a que mais foi apontada pelos dois grupos entrevistados foi a falta de transporte ou de dinheiro, por 12% das não sindicalizadas e 12,4% das sindicalizadas. A fala da entrevistada 2, do STR de Carangola ilustra a dificuldade de meios de transporte e deslocamento entre a comunidade e a cidade:

Porque até você, igual veio de lá pra cá, você vê a distância que a gente tem que sair pra andar. Aqui pra gente sair daqui e pegar o ônibus e sair é tão difícil, menina. O transporte que dificulta um pouquinho. Olha, igual, por exemplo, eu, dia 13, dia de Santa Luzia, é uma das festas que eu amo! Que eu tinha muita vontade de ir mas aqui dificulta por causa disso que eu to te falando, pra mim que tenho criança, não sei se você entende meu lado, é muito difícil. São 6 km! Pra *mim* ir, eu e ela e carregando ela... igual vem dia 7 de setembro agora, ela tá: “Ahh, mãe, eu queria ir!” Eu já falei com ela: “Ah, minha filha, eu não posso!” Agora até que meu café agora tá acabando, graças a Deus, né. Mas eu já falei com ela, eu não vou. Pra *mim* sair daqui com ela, ela já anda, mas sair daqui debaixo de um solão desse igual tá, né. É muito sacrificado, eu desisto! (Sindicalizada 2, STR Carangola, Comunidade Papagaio).

Você já deixou de ir a algum lugar que desejava?			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	não	50	52,1
	sim, família	11	11,5
	sim, transporte/falta dinheiro	12	12,5
	sim, doença	3	3,1
	sim, serviço de casa/trabalho	5	5,2
	outros motivos	14	14,6
	Total	95	99,0
	Não respondeu	1	1,0
	Total	96	100,0
sindicalizadas	não	43	44,3
	sim, família	3	3,1
	sim, transporte/falta dinheiro	12	12,4
	sim, doença	6	6,2
	sim, serviço de casa/trabalho	9	9,3
	outros motivos	24	24,7
	Total	97	100,0

Quadro 19 Deixou de ir a algum lugar que desejava

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Quando argüidas sobre o grau de liberdade para tomada de decisões que afetavam as suas vidas, a maioria, nos dois grupos, apontou possuir liberdade sobre todas as decisões, sendo as *não sindicalizadas* em um percentual de 78,1% e as *sindicalizadas* num percentual de 60,8%. Da mesma forma que no tópico anterior, as não sindicalizadas demonstraram mais liberdade do que as sindicalizadas, como ilustra o quadro 20:

Você tem liberdade para tomar decisões?			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	nenhuma liberdade	1	1,0
	Liberdade sobre poucas decisões	7	7,3
	Liberdade sobre algumas decisões	6	6,3
	Liberdade sobre a maioria das decisões	7	7,3
	Liberdade sobre todas as decisões	75	78,1
	Total	96	100,0
sindicalizadas	nenhuma liberdade	4	4,1
	Liberdade sobre poucas decisões	7	7,2
	Liberdade sobre algumas decisões	7	7,2
	Liberdade sobre a maioria das decisões	20	20,6
	Liberdade sobre todas as decisões	59	60,8
	Total	97	100,0

Quadro 20 Liberdade para tomar decisões.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Em todas as três variáveis utilizadas para analisar o empoderamento privado das entrevistadas relacionadas à autonomia para decidir sobre a própria vida foi identificado maior poder de decisões atribuído às mulheres não sindicalizadas. Assim, os dados da pesquisa permitem inferir que o fator sindicalização não interferiu no empoderamento das mulheres pesquisadas. No tópico a seguir, será analisada a variável escolaridade como associada à dimensão privada do empoderamento.

4.3.6 Oportunidade de estudar

Os estudos de Sen (2000) e Deere e León (2002) consideram a escolaridade como um dos indicadores para o alcance do empoderamento das mulheres. A educação é um dos componentes de análise do IDH que é um indicador para aferir o avanço de uma população, não considerando apenas a dimensão econômica, mas também características sociais, culturais e políticas como influenciadoras da qualidade de vida. Esse indicador foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a contribuição do economista indiano Amartya Sen. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento Brasil (PNUD)³⁵, para avaliar a dimensão educação e calcular o IDH municipal são considerados dois indicadores com pesos diferentes: a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade (peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (peso um).

O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos que são capazes de ler e escrever um bilhete simples, e que são considerados adultos alfabetizados. Segundo o Ministério da Educação, se uma criança não se atrasar na escola, ela completará esse ciclo aos quatorze anos de idade e por isso, a medição do analfabetismo se dá a partir dos quinze anos. O segundo indicador é resultado de um cálculo simples feito com o somatório de pessoas, independente da idade, que frequentam os cursos fundamental, secundário e superior que é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. São considerados para esse cálculo os alunos de cursos supletivos, classes de aceleração e de pós-graduação.

Autores como Sen (2000) e Deere e Léon (2002) consideram a educação como um indicador relevante para o alcance de liberdades e como uma ação afirmativa para se obter igualdades de oportunidades. Sen (2000) considera que o ganho de poder das mulheres é central no processo de desenvolvimento e que esse ganho se dá por meio da melhoria da condição de agente das mulheres e que oportunidades relacionadas à educação e emprego são fundamentais. Alerta que as necessidades femininas são culturalmente negligenciadas em todo o mundo e que quando as mulheres assumem a condição de agente esse papel atinge a vida de todas as pessoas: homens e mulheres, crianças e adultos. Quando se refere ao alcance ou expansão da liberdade, o autor enfatiza-os como meio principal do desenvolvimento, que consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam as pessoas com poucas oportunidades de ações individuais.

A educação e a saúde compreendem a oportunidades sociais, assim como as liberdades econômicas e políticas estimulam iniciativas de combater privações. Para ele a privação de uma educação eficaz consiste também na privação da liberdade básica de sobreviver. Segundo o autor a mulher alfabetizada, frequentemente têm um papel muito mais importante na promoção do bem-estar social (em particular da sobrevivência infantil) do que variáveis relacionadas ao nível geral de opulência na sociedade. Para Sen (2000), a instrução intensifica a voz ativa das mulheres nas tomadas de decisão e o ganho de poder das mulheres no âmbito

³⁵ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, presente em 177 países e territórios. Reúne subsídios necessários para coordenar as atividades de desenvolvimento entre as agências que formam o Sistema das Nações Unidas com o objetivo de combater a pobreza. O PNUD Brasil é uma das 23 agências, fundos e programas presentes no Brasil. Fonte: <http://www.pnud.org.br/home/>. Acesso em 20 de abril de 2012.

familiar, ou seja, no espaço privado, pode reduzir significativamente a mortalidade infantil. Além disso,

a condição de agente e a voz ativa das mulheres, intensificada pela instrução e pelo emprego, podem, por sua vez, influenciar a natureza da discussão pública sobre diversos temas sociais, incluindo taxas de fecundidade aceitáveis (não apenas na família de cada mulher especificamente) e prioridades para o meio ambiente (SEN, 2001, p. 225).

Dessa forma, a educação poderia ser considerada, pelo economista, uma forma de alcance do empoderamento e está também relacionada às taxas de fecundidade que tendem a declinar quando as mulheres obtêm mais poder. O ganho de poder das mulheres é, para o autor, um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual, que além da educação, envolvem fatores como seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento no mercado de trabalho (como será abordado no próximo tópico). Além dessas variáveis, considera que as atitudes da família e da sociedade são responsáveis por incentivar ou tolir mudanças.

Deere e León (2002), também consideram a educação como um indicador de empoderamento, pois representa um fator que influencia na possibilidade de uma filha reivindicar seu acesso à estrutura legal que garante êxito a uma reivindicação, como o propriedade de bens, numa herança. A obtenção da alfabetização por parte das mulheres, na concepção das autoras, depende da disponibilidade de educação e da propensão dos pais em investir na educação das filhas. No caso desta pesquisa, as entrevistadas são mulheres que residem tanto no meio urbano quanto no rural e a dificuldade no acesso à educação ou a falta de incentivo dos pais, poderia ter influenciado na escolarização.

Escolaridade			
Grupos	Respostas	Número absoluto	Percentual
não sindicalizadas	fundamental incompleto	45	46,9
	fundamental completo	9	9,4
	ensino médio incompleto	5	5,2
	ensino médio completo	21	21,9
	ensino superior incompleto	5	5,2
	ensino superior completo	4	4,2
	pós-graduação	2	2,1
	analfabeta	5	5,2
	Total	96	100,0
sindicalizadas	fundamental incompleto	54	55,7
	fundamental completo	21	21,6
	ensino médio incompleto	5	5,2
	ensino médio completo	8	8,2
	ensino superior incompleto	2	2,1
	ensino superior completo	1	1,0
	analfabeta	6	6,2
	Total	97	100,0

Quadro 21 Escolaridade dos grupos pesquisados
 Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Os dados coletados demonstram que 46,9% entre as não sindicalizadas e 55,7 % possuem ensino fundamental incompleto 55,7%. Ter o ensino fundamental incompleto representa um nível de escolaridade menor do que oito anos³⁶. Contudo, apesar de terem poucos anos de escolarização, segundo os indicadores utilizados para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), essas pessoas são consideradas alfabetizadas. É importante, destacar, também que nos dias atuais existe todo um aparato legal que garante a educação de jovens e adultos, como por exemplo, a Lei nº 9.394 (LDB) que assegura gratuitamente, o acesso ou a continuidade de estudos, nos ensino fundamental e médio, para aqueles que não tiveram oportunidade na idade própria. São projetos educacionais que consideram as características dos alunos, seus interesses e condições de vida e trabalho, oferecendo a eles aulas em turnos noturnos com carga horária diferenciada. Apesar disso, existem fatores que impedem o retorno dessas mulheres aos bancos escolares. A dificuldade em conciliar atividades domésticas, a criação dos filhos, o trabalho na lavoura, emprego fora de casa, a

³⁶ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ensino fundamental tem duração mínima de oito anos e é obrigatório e gratuito nas escolas à partir dos sete anos de idade.

falta de transporte ou as condições precárias deste, ou até mesmo a não aceitação por parte dos maridos, foram apontadas por algumas entrevistadas da pesquisa como um fator complicador:

Agora to estudando... todo mundo falando com ele que mulher casada que quer estudar, hummm! Que ele é bobo de olhar menino pra eu estudar. “A mulher vai te tacar chifre... tá saindo demais!” Cheguei a falar com ele que ia parar, aí Deus abençoou que ele aceitou e falou que vai levar até eu terminar a 8ª. série. Na escola a gente conversa, fala do marido, a gente ri e conta as coisa do marido e fala assim: “menina, seu marido é o meu marido?!” [risos] “É igualzin, gente!” [risos]. Nos momentos de discussão ele joga na cara... falei que ia parar de estudar por causa disso... mas ele falou que posso continuar. O dia que meu filho passa mal eu não vou... vou fazendo assim... (Entrevistada 21, STR Espera Feliz).

Outras entrevistadas apontaram que a falta de escolaridade faz com que sofram violência doméstica e privações de liberdade, como por exemplo, disse a entrevistada 20, do STR Espera Feliz, casada há vinte e dois anos:

Eu não tenho nenhuma liberdade. Por falta de não ter estudado, não ter sabedoria e meu esposo acha que mulher só tem que cuidar do lar. Eu peço ele, mas o meu único passeio é na igreja em Guaçuí e eu peço ele e ele coloca obstáculo: tá chovendo, vai chegar tarde! Ele pode tudo! Participa de cavalgada, vai pra todo lado, mas pra mim é difícil. Por exemplo, eu quis ir no *show* gospel na exposição e ele falou que não podia ficar com o Gabriel e é melhor ficar em casa. Aí ele falou que é melhor ficar em casa aí eu nem vou teimar... Já deixei de sair! Muitas e muitas vezes! Não em festa do mundo, mas nas festas da igreja que eu participo. Tudo que se diz que é depois das 22:00h ele fala que não é hora de mulher ficar na rua. Já sofri violência psicológica, fala as coisas que fere, palavras ruins porque ele bebe, mas eu fico calada por causa da minha crença da igreja.. eu consigo suportar. Quando eu casei, eu fui morar em Petrópolis e lá eu sofri demais porque nem na igreja ele deixava eu ir. Quando eu vim pra cá melhorou muito, consegui voltar a participar da igreja. Comentei as vezes com a mãe dele mas ela fala que a mulher tem que obedecer o marido...(Entrevistada 20, STR Espera Feliz).

Depoimentos como esses fortalecem a perspectiva de Sen de que o nível de escolaridade das mulheres pode sim influenciar no alcance do seu empoderamento. A socialização permitida pelo convívio em outros ambientes poderia, segundo o autor, torná-la mais confiante para se posicionar, emitindo a sua opinião. Outras entrevistadas, também,

associaram a escolaridade e o trabalho como estando relacionados a conquista da autonomia por parte das mulheres, assim como a entrevistada do município de Caiana:

Eu acho que foi mais a questão de estudo e de trabalho que levou a mulher imperar de forma diferente. Na história do país você vê... como isso foi ampliado... ela era só doméstica, era só domínio! O homem mandava e desmandava. A questão de estudo e trabalho que fizeram com que a mulher tivesse essa modificação de liderança que vai ser cada vez maior. Mulher não depende de homem mais não! [risos] Eu faço o que eu posso e o que eu não posso pra minha filha terminar a faculdade dela. (Entrevistada 4 – *Não sindicalizada*. Município de Caiana).

Levando-se em conta que o empoderamento consiste na capacidade de tomar decisões que afetam a própria vida, o fato de retomar aos estudos, pode ser considerado um exemplo de empoderamento para a mulher rural, pois se constitui, muitas vezes, em uma manifestação de suas escolhas, muitas vezes, em uma fase adulta, denotando o investimento que se dispõem a fazer em si mesmas. Como afirma Sen (2000), a educação está inserida na perspectiva instrumental que o autor nomeia como “oportunidades sociais” que influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Analogamente Barroso (2004) disserta que os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas: pelo aumento potencial de renda, na autonomia nas decisões pessoais, no controle sobre a sua própria fertilidade e na maior participação na vida pública.

Em suma, a escolaridade proporcionaria à mulher possibilidades de transitar pelos espaços públicos e privados expondo opiniões, tomando decisões, desenvolvendo habilidades e liberdades de escolhas, assumindo, de fato, o papel de agente no processo de mudança nas relações de poder da sociedade. Ao observarmos os anos estudados pelos dois grupos pesquisados, observamos ser bem maior o número de não sindicalizadas com pelo menos 11 anos de estudo, bem como com superior completo e pós-graduação. Assim, também, neste quesito observamos haver um potencial maior de empoderamento em relação ao grupo não sindicalizadas.

5 Considerações Finais

E afinal, quem são, de fato, empoderadas: sindicalizadas ou não sindicalizadas? Buscou-se identificar pela empiria se o empoderamento da mulher do meio rural se dá através da filiação em sindicatos de trabalhadores rurais ou se indicadores como renda, escolaridade e propriedade de bens são mais relevantes para o empoderamento. Considerou-se aqui o conceito de empoderamento como possibilidade de tomar decisões que afetam o cotidiano das mulheres e a abordagem teórica que sustenta essa afirmação vem de estudos de Romano e Antunes (2002), Sen (2000), Deere e León (2002) e Horochovski e Meirelles (2007). Analisou-se o empoderamento das mulheres do meio rural relacionado à filiação em sindicatos de trabalhadores rurais. Essa análise abordou as dimensões econômicas, sociais e políticas do conceito de empoderamento, no âmbito público e privado, através da comparação entre *sindicalizadas* e *não sindicalizadas*. O quadro comparativo 22 apresenta uma síntese do que foi abordado anteriormente.

Âmbito	Não sindicalizadas	Sindicalizadas
Privado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior nível de escolaridade 2. Liberdade para tomar decisões 3. Liberdade para sair de casa 4. Administra a renda 5. Renda pessoal 6. Renda familiar 7. Propriedade de bens imóveis 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior uso de método contraceptivo e de planejamento familiar 2. Propriedade de bens móveis
Público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior acesso a benefícios previdenciários 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior nível de participação em outras organizações associativas 2. Maior nível de envolvimento nas instituições de que participam 3. Acesso a políticas públicas

Quadro 22: Comparativo entre variáveis que se destacaram na análise dos dados dos dois grupos pesquisados

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Esse quadro ilustra, de forma panorâmica, os resultados obtidos pela pesquisa. É possível identificar que os dois grupos pesquisados alcançaram empoderamento de forma diferenciada: dentre as não sindicalizadas, o empoderamento em âmbito privado é mais destacado do que em âmbito público. Inversamente, ocorre com as sindicalizadas, que apresentaram um perfil de empoderamento maior em âmbito público. Tomando como referência as duas hipóteses formuladas nesta pesquisa: a primeira, que afirmava que *a filiação em sindicatos de trabalhadores rurais se constituiria em uma forma de empoderamento, capaz de promover um processo de ressignificação da posição da mulher nos espaços públicos, gerando a sua maior visibilidade enquanto sujeito político atuante e com autonomia para gerir a sua própria vida*; e a segunda que afirmava que *a filiação sindical das mulheres a uma organização coletiva como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais seria capaz de influenciar as relações de gênero no âmbito familiar, de forma a ampliar o espaço de atuação das mulheres*; podemos afirmar que ser sindicalizada se constituiu em um fator relevante para a conquista de direitos trabalhistas e sociais para as sindicalizadas, bem como para a sua possibilidade de maior controle sobre o seu próprio corpo e a planificação de sua família. Contudo, quanto a ressignificação em torno da sua posição na sociedade e a reconfiguração das relações de gênero, os dados não nos deixam afirmar que houve qualquer conquista neste sentido.

Foi identificado, assim, que em âmbito público, as sindicalizadas se destacam, comparadas a um grupo de mulheres que não é filiada ao STR, no tocante a participação em outras formas de associações coletivas, integrando cumulativamente vários outros movimentos, como grupo de mulheres, grupos de reflexão e cooperativas. Verificou-se, também, que as sindicalizadas, apesar de não serem ativas nessas organizações, possuem um nível de participação maior do que as mulheres não sindicalizadas, quando essas freqüentam algum tipo de organização ou associação de grupos. Além disso, as sindicalizadas têm mais acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e adquirem mais bens móveis do que as não sindicalizadas.

Já no espaço da casa, nas relações familiares, ou seja, em âmbito privado, sofrem menos violência doméstica do que as não sindicalizadas, tendem a realizar um planejamento familiar e são mais adeptas a métodos contraceptivos do que as não sindicalizadas, utilizando, inclusive em maior número, a pílula anticoncepcional. As não sindicalizadas, contudo, demonstraram avanço com relação a outras variáveis relacionadas ao âmbito privado. A escolaridade, por exemplo, é maior do que a das sindicalizadas, bem como é maior a liberdade para a tomada de decisões que afetam suas próprias vidas e a liberdade para sair de casa, além

da renda própria e familiar. Ademais, elas tinham papel ativo na administração da renda da família.

A escolaridade que também se apresentou maior entre as não sindicalizadas foi destacada por Sen (2000) e Deere e León (2002) como um indicador para o alcance de liberdades e como uma ação afirmativa para se obter igualdades de oportunidades. Os autores consideram que a escolarização da mulher se reflete em aspectos pessoais, como controle da natalidade e aspectos profissionais como melhor acesso ao mercado de trabalho. No processo de empoderamento individual, a educação corresponderia à expansão das capacidades, com aumento de autonomia e auto-estima, como foi apontado, inclusive, pelas entrevistadas da pesquisa. Em suma, a escolaridade proporcionaria à mulher possibilidades de transitar pelos espaços públicos e privados expondo opiniões, tomando decisões, desenvolvendo habilidades e liberdades de escolhas, assumindo, de fato, o papel de agente no processo de mudança nas relações de poder da sociedade nas quais estão inseridas.

Embora a pesquisa tenha identificado que a participação das mulheres nas atividades promovidas pelos sindicatos não era efetiva, foi verificado que ser sindicalizada possibilitava a tais mulheres o acesso a informações acerca de projetos e políticas públicas, propiciando-lhes ter acesso a propriedades de bens pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ou Crédito Fundiário e, nesse processo, os STR's atuaram como mediadores. A adesão das mulheres nos movimentos de organização coletiva está intimamente relacionada aos fenômenos cognitivos e abarcam o sentimento de pertença social dos indivíduos, as interações dos grupos e o funcionamento do sistema social (Jodelet, 2001) que leva em conta elementos afetivos, mentais, além da linguagem e da comunicação.

Nesse mesmo sentido com relação ao processo de empoderamento nos espaços de participação social e o envolvimento da comunidade, as autoras Kleba e Wendausen (2009) consideram que implica num processo de integração na comunidade, e que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento. A organização das mulheres em redes associativistas, sobretudo no meio rural, compreende o caráter processual do empoderamento abarcando grupos, podendo contribuir para o rompimento do isolamento por meio da integração de outros membros, no caso mulheres, não apenas em termos de recursos, mas em termos de maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência em suas próprias vidas. Essa afirmação deriva do fato de o empoderamento se constituir numa perspectiva que coloca as pessoas no centro do processo

de desenvolvimento e que, conseqüentemente, coloca instituições e políticas públicas como aliados nesse processo.

Assim, as mulheres passam a exercer um empoderamento chamado de construtivo por Deere e Léon (2002). As autoras consideram o “poder para” sendo capaz de catalisar uma mudança quando uma pessoa ou um líder de grupo promove o entusiasmo e a ação de outros. Esse tipo de poder abre possibilidades de ações sem dominação e está, segundo as autoras, relacionado ao “poder com”, que permite que o poder seja compartilhado de forma que as potencialidades sejam expressas na construção de uma agenda de grupo mostrando, assim, que o grupo pode ser superior à soma de suas partes individuais. Outra forma de poder elencada pelas autoras e que corrobora com a análise que se faz dos dados encontrados nesta pesquisa, é o chamado “poder de dentro” relacionado à auto-estima e que aparece quando alguém resiste ao poder de outros e rejeita exigências indesejadas, o que inclui o reconhecimento de situações de subordinação sofridas pela mulher.

Como as mesmas autoras apontam e conforme citado alhures o processo de empoderamento não se dá de forma linear e de forma igualitária para cada mulher. Ele é moldado de acordo com cada realidade vivenciada, cada indivíduo ou grupo, por meio dos contextos nos quais estão inseridos. No processo de empoderamento individual, a educação corresponde à expansão das capacidades, com aumento de autonomia e auto-estima, como foi apontado, inclusive, por entrevistadas da pesquisa. E esse processo caminha ao encontro do empoderamento coletivo, de famílias, organizações e comunidades, que por sua vez, formam redes e ampliam a visibilidade nos espaços públicos de discussões sobre demandas e direitos. No caso de mulheres agricultoras, o empoderamento alcançado amplia o acesso a recursos financeiros e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

A organização das mulheres em redes associativistas, sobretudo no meio rural, compreende o caráter processual do empoderamento abarcando grupos, contribuindo para o rompimento de isolamentos por meio da integração de outros membros, no caso mulheres, não apenas em termos de recursos mas em termos de maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência em suas próprias vidas. Essa afirmação deriva do fato de o empoderamento se constituir numa perspectiva que coloca as pessoas no centro do processo de desenvolvimento e que, por conseguinte, coloca instituições e políticas públicas como aliados nesse processo.

Assim, pode-se afirmar, conforme os dados encontrados nesta pesquisa, que o empoderamento ocorre entre os dois grupos pesquisados, mas de uma forma diferente para cada um deles: o grupo filiado aos sindicatos de trabalhadores rurais é mais propenso a

alcançar o empoderamento na esfera pública e o grupo de mulheres que não são filiadas aos STR possui mais propensão para se empoderarem na esfera privada, tendo em vista que não integram o contexto de participação e atuação em mecanismos de associativismo.

É relevante destacar que dentre as sindicalizadas pesquisadas existem aquelas que participam politicamente e as que não participam, pois a mera sindicalização não representa, de fato, uma formação política.

Há ainda que ressaltar que os sindicatos são sujeitos de mediação nas políticas públicas mesmo que bandeiras de classe tenham sido colocadas em segundo plano.

Por fim, esta pesquisa acrescenta novos elementos para a abordagem do conceito de empoderamento, sobretudo no que se refere às mulheres do meio rural uma vez que a maioria dos trabalhos que se dedica a análise do processo de conquista de autonomia e poder de decisões está focada apenas na participação ou em indicadores econômicos e sociais, e não de maneira integrada, como realizado neste trabalho.

6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a Extensão Rural. *In.*: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

_____; SILVESTRO, Milton Luiz, et. al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001, 122p.

ALVAREZ, Sonia E.. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, Dec. 2003.

ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. *In.*: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (Orgs.). **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: NEAD/MDA/IICA, 2006.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, 66p.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre / Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan.2002.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, 519 p.

BANDITER, Elisabeth. **Rumo equivocado**. O feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, 320p.

BARBIERI, Teresita de. "Sobre a categoria de gênero: uma introdução teórico-metodológica". Tradução de Antonia Lewinsky. Recife: SOS Corpo, set. 1993. p. 2-19.

BARBOSA, Milka Alves Correia et. al. Mulheres e patriarcado: relações de dependência e submissão nas casas de farinha do Agreste Alagoano. *In.*: **Revista Sociais e Humanas**. Santa Maria, v. 24, n. 02, jul/dez2011, p. 65-87.

BARROSO, Carmen. **Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero**. *In.*: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**. Uma análise crítica da estrutura sindical, Editora da Unicamp/ Editora Hucitec, 1991, 312p.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais. *In.*: PAULILO, M. I. S.; AUED, B. W. (Orgs.). **A agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. **Elementos de Amostragem**. Edgar Blücher, São Paulo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 322p.

_____. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRUMER, Anita. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. In: *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

_____. **Previdência Social Rural e Gênero**. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, número 7, p. 50-81, jan-jun (2002).

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. **O trabalho da mulher na pequena produção agrícola**. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, ano XI/XI, p. 305-322, 2008.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. São Paulo: Saraiva, 2004, 526p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar – Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 2003, p.5-60.

CAPARAÓ. Direção e roteiro: Flavio Frederico. Direção de produção: Priscila Torres. São Paulo: Kinoscópio, 2006, DVD, 77 min.

CARELLI, Rogério. *Efemérides Carangolenses (1827-1959)*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo**. 1981. ANPOCS .

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 19, outubro, 176-183, 2002.

_____. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. In.: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.

_____. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 2, junho, 11-22, 1994.

_____. **Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?** In.: Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Associação PIPSA. Anais do XVII Encontro Nacional. Vol. 1. Prog. Pós-grad. Sociologia / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRS. Porto Alegre, 1995.

_____. **Ruralidades: novas identidades em construção**. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. N 11, 1998.

CARNEIRO, Maria José e TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Mulher rural nos discursos dos mediadores.** In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 05, novembro, 45-57, 2005.

CARNEIRO, Sandra Maria Corrêa de Sá. Novas peregrinações brasileiras e suas interfaces com o turismo. In: Revista Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 6, n. 6, p.71-100, outubro de 2004.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e Poder no Espaço Sindical.** In.: Revista Estudos Feministas, 1, p.29-51, 1995.

CISNE, Mirla. **Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade.** In: O comuneiro, nº 2, março de 2006. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr2_artigos_Genero,%20marxismo%20e%20pos-modernidade.htm Acesso em: 20 de fevereiro de 2011.

COMERFORD, John Cunha. **“Como uma família”: Sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural da Zona da Mata de Minas Gerais.** 2001. 485 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2001.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. **Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. **A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil.** In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.) Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica: EDUR, 2008. p. 119-147.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp.95-110, 2004.

DEERE, Carmen D. *Property rights and women's accumulation of assets over the life cycle: patrimonial violence in Ecuador.* In: ALASRU, nº 5, 2010, Porto de Galinhas – PE. **Revista ALASRU**, Análisis Latinoamericano del Medio Rural, novembro de 2010, nº 5, p. 135-176.

_____. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, Apr. 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de jan. 2012, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, Out. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 de fev. de 2011.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2008, 262p.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 38-65, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo, Edições Loyola, 1997, 383p.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. **Revista Saúde e sociedade**, São Paulo, v.13, n.º 2, p. 20-31, maio-agosto/2004.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Caparaó, a lembrança do medo: A memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – A Guerrilha do Caparaó**. 207p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 236p.

HARAWAY, Donna. “**Gender**” for a marxist dictionary: the sexual politics of a Word. Cad. Pagu [online]. 2004, n.22, pp. 201-246

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisele. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, 2007, p. 485-506

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-44, 2001.

KERLINGER, Fred Nichols. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. Tradução de Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979, 378p.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.18, n.º4, p. 1-10, 2009.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MARTINEZ, Luís Frutuoso; FERREIRA, Aristides Isidoro. **Análise de dados com SPSS: primeiros passos**. Escolar Editora: Lisboa, 2007. Edição eletrônica disponível em http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WOETDrm1_WoC&oi=fnd&pg=PA5&dq=estat%C3%ADstica+descritiva+nas+ci%C3%8Ancias+sociais&ots=dkbb9SEADj&sig=AXjgFW8IkAMxgWFbxd-BpBThU5Q#v=onepage&q=estat%C3%ADstica%20descritiva%20nas%20ci%C3%8Ancias%20sociais&f=false

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos**. In: CHEVITARESE, André. O Campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MITCHELL, J. Clyde. A questão da quantificação na antropologia social. In: FELDMAMBIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, p.77-126, 1987.

MOREIRA, Nathália Carvalho. **Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em Minas Gerais**. 2010. 97p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978, 100p.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011, 248p. Disponível em http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-42_24-01-12.pdf. Acesso em 24/03/2012.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 23-37, 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis (12) 1: janeiro-abril, 2004, p. 229-252.

_____. **Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt**. In.: Serviço Social em Revista, Londrina: volume 8; número 1, julho-dezembro, 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n1.htm>. Acesso em: 19 de abr. 2012.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, 332p.

PESTANA, M.H.; GAGEIRO, J.N. **Análise de dados para ciências sociais**. A complementaridade do SPSS. 3ª edição. Ed. Silabo, Lisboa, 2003.

PINTO, Alice Regina et al. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Viçosa, MG, 2011. 88 p. Disponível em: <http://www.bbt.ufv.br/>. Acesso em: 29 de abr. 2012.

PINTO, Céli R. **Movimento sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político.** In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna.** Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 257p.

RILKE, Rainer Maria. Cartas a um jovem poeta. Tradução e introdução de Fernando Jorge. Porto Alegre: FNDE, 2009, 91p.

ROMANO, Jorge O. 'Empoderamento' e poder no enfrentamento da pobreza. In.: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (Orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica: EDUR, 2008. p..239-253.

ROMANO, Jorge, ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, 116p.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação.** Tradução Roberto Leal Ferreira – São Paulo: Martins Fontes, 1995

SACHS, J. D. **Macroeconomia.** Traduzido por Sara R. Gedanke. Rio de Janeiro, Makron Books, 1998, 904p.

SAFFIOTI, Heleieth, FERRANTE, Vera B. **Trabalhadoras rurais: exclusão e contradição,** 1982. ANPOCS

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas,** Florianópolis, 15(2), maio-agosto/2007, p 437-443.

SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C. R. (org.). **Tempos e lugares de gênero.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, p.216-239, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SEN, Amartya Kumar. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 220-235.

_____ **O desenvolvimento como expansão de capacidades.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (28-29), São Paulo, Abril 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Abr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>.

SONDA, C. **A APA da Serra da Esperança: uma experiência em Desenvolvimento.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. II. (1997 – Curitiba) Anais (...)Curitiba, PR: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, 1997, p.186–192.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. In.: **Rev. Estud. Fem.** v.12 n.1 Florianópolis Jan./Apr. 2004.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das Mulheres.** Trad. Francisco Moras. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar:** Epistemologia e Metodologia Operativa. Petrópolis, Vozes, 2002, 343p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, 304p.

VIEIRA, Sônia. Introdução à bioestatística. Rio de Janeiro: Elsevier, 1980.

ZORZI, Analiza. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras familiares ao PRONAF Mulher em Ijuí – RS.** 137p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 464p.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiante no nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

7 APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

PROJETO: “PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS: fator de empoderamento para a mulher?”

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob responsabilidade da mestrandia Érika Oliveira Amorim (bolsista CNPq) e sob a orientação da Profa. Ana Louise de Carvalho Fiúza.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL

Pesquisa: PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS: fator de empoderamento para a mulher?

Nome	Endereço	Idade
QUESTIONÁRIO SINDICALIZADAS RURAIS		
Identificação do perfil das mulheres		
1) Estado civil: <input type="checkbox"/> 1 – solteira <input type="checkbox"/> 2 – casada <input type="checkbox"/> 3 – união estável <input type="checkbox"/> 4 – divorciada / separada <input type="checkbox"/> 5 – viúva	8) Participa de alguma outra forma de organização social ou órgão de representação política? <input type="checkbox"/> 1 – Não <input type="checkbox"/> 2 – Sim	
1) Estado civil: <input type="checkbox"/> 1 – solteira <input type="checkbox"/> 2 – casada <input type="checkbox"/> 3 – união estável <input type="checkbox"/> 4 – divorciada / separada <input type="checkbox"/> 5 – viúva	9) Que tipo? <input type="checkbox"/> 1 – Cooperativa agrícola <input type="checkbox"/> 2 – Associação de moradores <input type="checkbox"/> 3 – Partido Político <input type="checkbox"/> 4 – Sindicato <input type="checkbox"/> 5 – Pastoral / organização religiosa <input type="checkbox"/> 6 – Associação cultural <input type="checkbox"/> 7 – Grupo de Reflexão <input type="checkbox"/> 8 – Grupo de mulheres <input type="checkbox"/> 9 – Grupo de jovens <input type="checkbox"/> 10 – mais de um	
2) Tempo de casada/união estável: <input type="checkbox"/> 1 – menos de 5 anos <input type="checkbox"/> 2 – de 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 3 – de 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> 4 – de 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> 5 – mais de 21 anos	10) Como você se sente fazendo parte desse(s) grupo(s)?	
3) Composição familiar: <input type="checkbox"/> 1 – sem filhos <input type="checkbox"/> 2 – 1 a 2 filhos <input type="checkbox"/> 3 – 3 a 4 filhos <input type="checkbox"/> 4 – 5 a 6 filhos <input type="checkbox"/> 5 – acima de 6 filhos <input type="checkbox"/> 6 – outros membros. Quais? _____ <input type="checkbox"/> 7 – gestante	11) Como você descreveria sua participação no sindicato? <input type="checkbox"/> 1 – Filiado mas não participa de reuniões <input type="checkbox"/> 2 – Pouco ativo <input type="checkbox"/> 3 – Muito ativo <input type="checkbox"/> 4 – Ocupa algum cargo / função no sindicato	
4) Intervalo de idade dos filhos: <input type="checkbox"/> 1 – menos de 10 anos <input type="checkbox"/> 2 – de 11 a 21 anos <input type="checkbox"/> 3 – mais de 21 anos <input type="checkbox"/> 4 – outro	12) Como ou através de quem se filiou ao sindicato? <input type="checkbox"/> 1 – Vontade própria <input type="checkbox"/> 2 – Influência de amigos <input type="checkbox"/> 3 – Influência do cônjuge / companheiro <input type="checkbox"/> 4 – Outra. Qual? _____	
5) Nível de escolaridade <input type="checkbox"/> 1 – fundamental incompleto (inferior a 4ª. série) <input type="checkbox"/> 2 – fundamental completo <input type="checkbox"/> 3 – ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> 4 – ensino médio completo <input type="checkbox"/> 5 – ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> 6 – ensino superior completo <input type="checkbox"/> 7 – pós-graduado <input type="checkbox"/> 8 – analfabeta	13) Participar do sindicato influencia na sua vida? De que forma?	
6) Qual a sua religião? <input type="checkbox"/> 1 – nenhuma <input type="checkbox"/> 2 – católica <input type="checkbox"/> 3 – evangélico <input type="checkbox"/> 4 – espírita <input type="checkbox"/> 5 – outra	14) Você considera que houve alguma mudança em sua vida após a filiação? <input type="checkbox"/> 1 – Não <input type="checkbox"/> 2 – Sim	
Participação no Sindicato		
7) Tempo de filiação no sindicato <input type="checkbox"/> 1 – de 1 a 2 anos <input type="checkbox"/> 2 – de 3 a 5 anos <input type="checkbox"/> 3 – de 6 a 8 anos <input type="checkbox"/> 4 – de 9 a 11 anos <input type="checkbox"/> 5 – de 12 a 15 anos <input type="checkbox"/> 6 – mais de 15 anos	15) O seu marido participa do sindicato? De que?	
	16) E você, participa de que?	

17) E os seus vizinhos, amigos e parentes participam do sindicato?	28) Como você vê a sua contribuição para a sua família ter uma vida melhor? () 1 – Nenhuma contribuição () 2 – Uma pequena contribuição () 3 – Uma grande contribuição
18) O que seu marido / companheiro acha da sua participação no sindicato? () 1 – Indiferente () 2 – Reprova () 3 – Apóia Como assim?	29) E para sua comunidade, como você vê que pode contribuir?
19) O que seu(s) filho(s) acha(m) da sua participação no sindicato? Como assim? () 1 – Indiferente () 2 – Reprova () 3 – Apóia	30) Quem administra a renda na sua família? () 1 – o marido () 2 – o marido e o(s) filho(s) () 3 – todos em conjunto () 4 – você
20) Você já ouviu algum comentário sobre a sua participação no sindicato? Como assim?	31) Você tem ___ filhos. Eles foram planejados?
Informações relacionadas à autonomia	32) Você utiliza algum método contraceptivo? () 1 – Sim () 2 – Não
21) Qual a liberdade que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias? () 1 – Nenhuma liberdade () 2 – Liberdade sobre poucas decisões () 3 – Liberdade sobre algumas decisões () 4 – Liberdade sobre a maioria das decisões () 5 – Liberdade sobre todas as decisões Como assim?	33) Qual método contraceptivo você utiliza? () 1 – Tabela () 2 – Pílula () 3 – DIU () 4 – Preservativo () 5 – Outro. Qual? _____
22) Você tem liberdade para sair de casa? () 1 – Nenhuma liberdade () 2 – Pouca liberdade () 3 – Com dificuldade consegue sair () 4 – Total liberdade Como assim?	34) Quando você vai às reuniões do sindicato, o (s) seu (s) filho (s): 1 – vai (ão) com você 2 – seu marido / companheiro fica com ele (s) 3 – fica (m) sozinho (s) em casa 4 – fica (m) com parentes (avós, tios, primos, etc.) 5 – outro
23) Você já foi impedida de participar do STR? Como assim?	35) Houve alguma mudança em sua relação com seu cônjuge ou companheiro após sua filiação ou participação no sindicato? () 1 – nada mudou () 2 – mudou pouco () 3 – mudou para pior () 4 – melhorou nossa relação () 5 – prejudicou a relação e nos separamos
24) A participação no sindicato já causou algum tipo de desentendimento na sua família?	36) Depois que você começou a participar do STR notou alguma mudança em você, no seu jeito?
25) Você já deixou de ir a algum lugar que desejava? Onde? Como assim?	37) Quais dessas opções se enquadra à sua situação, após a participação no sindicato? () 1 – consigo expressar melhor minhas opiniões () 2 – sou capaz de tomar minhas próprias decisões () 3 – participo da gestão financeira da família () 4 – todas as alternativas
26) Caso mencione algo relacionado à violência doméstica: já fez alguma denúncia das agressões? 1 – Sim 2 – Não	38) Na sua opinião a participação dos homens e das mulheres é igual no sindicato? Como assim?
27) Por que não denunciou? 1 – Medo 2 – Dependência financeira 3 – Vergonha 4 – Outros. Quais? _____	39) Como você vê a participação dos homens durante as reuniões que contam com muitas mulheres presentes? () 1 – eles agem normalmente () 2 – ficam envergonhados e não participam () 3 – gostam quando as mulheres conduzem a reunião () 4 – se recusam a ir nessas reuniões

<p>40) Como você vê a participação dos homens durante as reuniões conduzidas por mulheres?</p> <p>() 1 – eles agem normalmente</p> <p>() 2 – ficam envergonhados e não participam</p> <p>() 3 – gostam quando as mulheres conduzem a reunião</p> <p>() 4 – se recusam a ir nessas reuniões</p>	<p>45) Quantos bens móveis possui?</p> <p>() 1 – 1</p> <p>() 2 – De 1 a 2</p> <p>() 3 – De 3 a 4</p> <p>() 4 – De 4 a 5</p> <p>() 5 – Mais de 5</p>
<p>41) Como você vê a participação das mulheres durante as reuniões conduzidas por mulheres?</p> <p>() 1 – elas agem normalmente</p> <p>() 2 – ficam envergonhadas e não participam</p> <p>() 3 – gostam quando as mulheres conduzem a reunião</p> <p>() 4 – se recusam a ir nessas reuniões</p>	<p>46) Que tipo de imóvel possui?</p> <p>() 1 – Nenhum</p> <p>() 2 – Casa</p> <p>() 3 – Apto</p> <p>() 4 – Terras (sítio, chácara, fazenda)</p> <p>() 5 – Outros</p>
<p style="text-align: center;">Perfil Econômico</p> <p>42) Renda pessoal</p> <p>() 1 – nenhuma</p> <p>() 2 – Menos de um salário mínimo</p> <p>() 3 – 1 salário mínimo</p> <p>() 4 – 2 a 3 salários mínimos</p> <p>() 5 – 4 a 5 salários mínimos</p> <p>() 6 – acima de 5 salários mínimos</p> <p>43) Renda familiar</p> <p>() 1 – Menos de um salário mínimo</p> <p>() 2 – 1 salário mínimo</p> <p>() 3 – 2 a 3 salários mínimos</p> <p>() 4 – 4 a 5 salários mínimos</p> <p>() 5 – 6 a 7 salários mínimos</p> <p>() 6 – acima de 7 salários mínimos</p> <p>44) Que tipo de bem móvel você possui?</p> <p>() 1 – Não possui</p> <p>() 2 – Motocicleta</p> <p>() 3 – Automóvel</p> <p>() 4 – Caminhão</p> <p>() 5 – Trator</p> <p>() 6 – Outros</p> <p>() 7 – motocicleta e automóvel</p>	<p>47) Quantos bens imóveis possui?</p> <p>() 1 – 1</p> <p>() 2 – De 1 a 2</p> <p>() 3 – De 3 a 4</p> <p>() 4 – De 4 a 5</p> <p>() 5 – Mais de 5</p> <p>48) Já acessou algum tipo de programa de política pública?</p> <p>() 1 – nenhum</p> <p>() 2 – PRONAF</p> <p>() 3 – Bolsa-Família</p> <p>() 4 – PAA</p> <p>() 5 – Crédito fundiário (aquisição de terras)</p> <p>() 6 – Outro. Qual?</p> <p>49) Recebe algum benefício previdenciário?</p> <p>() 1 – aposentadoria</p> <p>() 2 – auxílio-doença</p> <p>() 3 – licença-maternidade</p> <p>() 4 – pensão INSS</p> <p>() 5 – nenhum</p> <p>() 6 – aposentadoria e pensão do INSS</p>

50) Na sua opinião o que é mais importante para uma mulher poder decidir sobre a sua própria vida? (deixá-las falar... só depois marcar alguma ou várias alternativas).

- () 1 – ser solteira
- () 2 – não ter filhos
- () 3 – trabalhar fora
- () 4 – participar de atividades fora de casa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL**

**PROJETO: “PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS:
fator de empoderamento para a mulher?”**

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob responsabilidade da mestrandia **Érika Oliveira Amorim** (bolsista CNPq), sob a orientação da Profa. Ana Louise de Carvalho Fiúza.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL**

Pesquisa: PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS: fator de empoderamento para a mulher?

Nome	Endereço	Idade
QUESTIONÁRIO MULHERES NÃO SINDICALIZADAS		
Identificação do perfil das mulheres		
1) Estado civil: <input type="checkbox"/> 1 – solteira <input type="checkbox"/> 2 – casada <input type="checkbox"/> 3 – união estável <input type="checkbox"/> 4 – divorciada / separada <input type="checkbox"/> 5 – viúva	9) Por que você escolheu participar dele?	
2) Tempo de casada/união estável: <input type="checkbox"/> 1 – menos de 5 anos <input type="checkbox"/> 2 – de 6 a 10 anos <input type="checkbox"/> 3 – de 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> 4 – de 16 a 20 anos <input type="checkbox"/> 5 – mais de 21 anos	10) Por que não participa do sindicato dos trabalhadores rurais?	
3) Composição familiar: <input type="checkbox"/> 1 – sem filhos <input type="checkbox"/> 2 – 1 a 2 filhos <input type="checkbox"/> 3 – 3 a 4 filhos <input type="checkbox"/> 4 – 5 a 6 filhos <input type="checkbox"/> 5 – acima de 6 filhos <input type="checkbox"/> 6 – outros membros. Quais?	11) Os seus vizinhos, amigos e parentes participam do STR?	
4) Intervalo de idade dos filhos: <input type="checkbox"/> 1 – menos de 10 anos <input type="checkbox"/> 2 – de 11 a 21 anos <input type="checkbox"/> 3 – mais de 21 anos <input type="checkbox"/> 4 – outro	12) O que seu marido / companheiro acharia se você participasse do sindicato? <input type="checkbox"/> 1 – Indiferente <input type="checkbox"/> 2 – Reprovaria <input type="checkbox"/> 3 – Apoiaria Como assim?	
5) Nível de escolaridade: <input type="checkbox"/> 1 – fundamental incompleto (inferior a 4ª. série) <input type="checkbox"/> 2 – fundamental completo <input type="checkbox"/> 3 – ensino médio incompleto <input type="checkbox"/> 4 – ensino médio completo <input type="checkbox"/> 5 – ensino superior incompleto <input type="checkbox"/> 6 – ensino superior completo <input type="checkbox"/> 7 – pós-graduado	13) E o que seu(s) filhos(s) acharia(m) se você participasse do sindicato? <input type="checkbox"/> 1 – Indiferente <input type="checkbox"/> 2 – Reprovaria <input type="checkbox"/> 3 – Apoiaria Como assim?	
6) Qual a sua religião? <input type="checkbox"/> 1 – nenhuma <input type="checkbox"/> 4 – espírita <input type="checkbox"/> 2 – católica <input type="checkbox"/> 5 – outra <input type="checkbox"/> 3 – evangélico	14) Você já ouviu algum comentário sobre a participação de mulheres no sindicato? Como assim?	
Perfil social		
7) Participa de alguma forma de organização social ou órgão de representação política? <input type="checkbox"/> 1 – Não <input type="checkbox"/> 2 – Sim	15) Qual a sua opinião sobre mulheres que participam de STR?	
8) Que tipo? <input type="checkbox"/> 1 – Cooperativa agrícola <input type="checkbox"/> 2 – Associação de moradores <input type="checkbox"/> 3 – Partido Político <input type="checkbox"/> 4 – Pastoral / organização religiosa <input type="checkbox"/> 5 – Associação cultural <input type="checkbox"/> 6 – Grupo Educacional (Associação de Pais) <input type="checkbox"/> 7 – Grupo esportivo <input type="checkbox"/> 8 – Grupo de jovens	Informações relacionadas à autonomia	
	16) Qual a liberdade que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias? <input type="checkbox"/> 1 – Nenhuma liberdade <input type="checkbox"/> 2 – Liberdade sobre poucas decisões <input type="checkbox"/> 3 – Liberdade sobre algumas decisões <input type="checkbox"/> 4 – Liberdade sobre a maioria das decisões <input type="checkbox"/> 5 – Liberdade sobre todas as decisões Como assim?	

<p>17) Você tem liberdade para sair de casa? <input type="checkbox"/> 1 – Nenhuma liberdade <input type="checkbox"/> 2 – Pouca liberdade <input type="checkbox"/> 3 – Com dificuldade consegue sair <input type="checkbox"/> 4 – Total liberdade Como assim? 18) Você já foi impedida de participar de alguma atividade? Como assim?</p>	<p>28) Quando você sai de casa o (s) seu (s) filho (s): 1 – vai (ão) com você 2 – seu marido / companheiro fica com ele (s) 3 – fica (m) sozinho (s) em casa 4 – fica (m) com parentes (avós, tios, primos, etc.) 5 – outro 29) Como você vê a participação de mulheres ocupando maior visibilidade nos espaços públicos (trabalho, política, sindicatos)?</p>
<p>19) Você já deixou de ir a algum lugar que desejava? Onde? Como assim?</p>	<p>30) Para você o que é mais importante na vida da mulher? <input type="checkbox"/> 1 – o casamento <input type="checkbox"/> 2 – renda própria / aquisição de bens <input type="checkbox"/> 3 – escolaridade <input type="checkbox"/> 4 – outros. Quais?</p>
<p>20) Caso mencione algo relacionado à violência doméstica: já fez alguma denúncia das agressões? 1 – Sim 2 – Não</p>	<p>Perfil Econômico</p>
<p>21) Por que não denunciou? 1 – Medo 2 – Dependência financeira 3 – Vergonha 4 – Outros. Quais? _____</p>	<p>31) Renda pessoal <input type="checkbox"/> 1 – nenhuma <input type="checkbox"/> 2 – Menos de um salário mínimo <input type="checkbox"/> 3 – 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 4 – 2 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5 – 4 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> 6 – acima de 5 salários mínimos</p>
<p>22) Como você vê a sua contribuição para a sua família ter uma vida melhor? <input type="checkbox"/> 1 – Nenhuma contribuição <input type="checkbox"/> 2 – Uma pequena contribuição <input type="checkbox"/> 3 – Uma grande contribuição</p>	<p>32) Renda familiar <input type="checkbox"/> 1 – Menos de um salário mínimo <input type="checkbox"/> 2 – 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 3 – 2 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> 4 – 4 a 5 salários mínimos <input type="checkbox"/> 5 – 6 a 7 salários mínimos <input type="checkbox"/> 6 – acima de 7 salários mínimos</p>
<p>23) E para sua comunidade, como você vê que pode contribuir?</p>	<p>33) Que tipo de bem móvel você possui? <input type="checkbox"/> 1 – Não possui <input type="checkbox"/> 4 – Caminhão <input type="checkbox"/> 2 – Motocicleta <input type="checkbox"/> 5 – Trator <input type="checkbox"/> 3 – Automóvel <input type="checkbox"/> 6 – Outros</p>
<p>24) Quem administra a renda na sua família? <input type="checkbox"/> 1 – o marido <input type="checkbox"/> 2 – o marido e o(s) filho(s) <input type="checkbox"/> 3 – todos em conjunto <input type="checkbox"/> 4 – você 25) Você tem ___ filhos. Eles foram planejados?</p>	<p>34) Quantos bens móveis possui? <input type="checkbox"/> 1 – 1 <input type="checkbox"/> 4 – De 4 a 5 <input type="checkbox"/> 2 – De 1 a 2 <input type="checkbox"/> 5 – Mais de 5 <input type="checkbox"/> 3 – De 3 a 4</p> <p>35) Que tipo de imóvel possui? <input type="checkbox"/> 1 – Nenhum <input type="checkbox"/> 4 – Terras (sítio, chácara, fazenda) <input type="checkbox"/> 2 – Casa <input type="checkbox"/> 5 – Outros <input type="checkbox"/> 3 – Apto</p>
<p>26) Você utiliza algum método contraceptivo? <input type="checkbox"/> 1 – Sim <input type="checkbox"/> 2 – Não</p>	<p>36) Quantos bens imóveis possui? <input type="checkbox"/> 1 – 1 <input type="checkbox"/> 4 – De 4 a 5 <input type="checkbox"/> 2 – De 1 a 2 <input type="checkbox"/> 5 – Mais de 5 <input type="checkbox"/> 3 – De 3 a 4</p>
<p>27) Qual método contraceptivo você utiliza? <input type="checkbox"/> 1 – Tabela <input type="checkbox"/> 2 – Pílula <input type="checkbox"/> 3 – DIU <input type="checkbox"/> 4 – Preservativo <input type="checkbox"/> 5 – Outro. Qual? _____</p>	<p>37) Já acessou algum tipo de programa de política pública? <input type="checkbox"/> 1 – nenhum <input type="checkbox"/> 2 – PRONAF <input type="checkbox"/> 3 – Bolsa-Família <input type="checkbox"/> 4 – PAA <input type="checkbox"/> 5 – Crédito fundiário (aquisição de terras) <input type="checkbox"/> 6 – Outro. Qual? _____</p>
	<p>38) Recebe algum benefício previdenciário? <input type="checkbox"/> 1 – aposentadoria <input type="checkbox"/> 2 – auxílio-doença <input type="checkbox"/> 3 – licença-maternidade <input type="checkbox"/> 4 – pensão INSS</p>
<p>39) Na sua opinião o que é mais importante para uma mulher poder decidir sobre a sua própria vida? (deixá-las falar... só depois marcar alguma ou várias alternativas). <input type="checkbox"/> 1 – ser solteira <input type="checkbox"/> 2 – não ter filhos <input type="checkbox"/> 3 – trabalhar fora <input type="checkbox"/> 4 – participar de atividades fora de casa</p>	



**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL**

**Pesquisa: PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS: fator de
empoderamento para
a mulher?**

Categorização das respostas - Questionário NÃO SINDICALIZADAS

3) Composição familiar:

- 1 - sem filhos
- 2 - 1 a 2 filhos
- 3 - 3 a 4 filhos
- 4 - 5 a 6 filhos
- 5 - acima de 6 filhos
- 6 - outros membros. Quais?
- 7 - gestante

5) Nível de escolaridade

- 1 - fundamental incompleto
- 2 - fundamental completo
- 3 - ensino médio incompleto
- 4 - ensino médio completo
- 5 - ensino superior incompleto
- 6 - ensino superior completo
- 7 - pós-graduação
- 8 - analfabeta

8) Que tipo?

- () 1 – Cooperativa agrícola
- () 2 – Associação de moradores
- () 3 – Partido Político
- () 4 – Pastoral / organização religiosa / coral / grupo de canto
- () 5 – Associação cultural / assist. social
- () 6 – Grupo de Reflexão
- () 7 – Grupo de mulheres
- () 8 – Grupo de jovens
- () 9 – mais de um

9) Por que você escolheu participar dele?

- 1 – se sente bem, se sente feliz, se sente útil
- 2 – me sinto importante / isso me motiva
- 3 – benefício previdenciário/ direitos trabalhistas
- 4 – possibilidade de aprendizagem
- 5 - influência da família
- 6 - outros

10) Por que não participa do sindicato dos trabalhadores rurais?

- 1 – porque nunca trabalhou como agricultora / reside na cidade
- 2 – porque tem carteira assinada/paga INSS/func. público
- 3 – porque é dona de casa
- 4 – porque desconhece o sindicato / não tem interesse / não tem informação
- 5 – já pagou e agora não paga mais
- 6 – já pagou, aposentou e não contribui mais
- 7 - outros

11) Os seus vizinhos, amigos e parentes participam do STR?

- 1 – não
- 2 – sim
- 3 – não sei
- 4 - outros

12) O que seu marido / companheiro acharia se você participasse do sindicato?

- 1– Indiferente
- 2 - Reprovaria
- 3 - Apoiaria
- 4 - Não sei

13) Você já ouviu algum comentário sobre a participação de mulheres no sindicato?

Como assim?

- 1– Indiferente
- 2 - Reprovaria
- 3 - Apoiaria
- 4 - Não sei

14) Você já ouviu algum comentário sobre a participação de mulheres no sindicato?

Como assim?

- 1 – nunca
- 2 – sim. Positivamente
- 3 – sim. Negativamente
- 4 – Sim. Ambos

15) Qual a sua opinião sobre mulheres que participam do STR?

- 1 – não sei / não conheço sindicato
- 2 – Favorável
- 3 - Desfavorável
- 4 – Indiferente

18 e 19) Você já deixou de ir a algum lugar que desejava? Onde? Como assim?

- 1 – Não
- 2 – Sim. Família
- 3 – Sim. Transporte / Dinheiro
- 4 – Sim. Doença
- 5 – Sim. Serviço de casa / trabalho
- 6 – Outros motivos

<p>23) E para sua comunidade, como você vê que pode contribuir?</p> <p>1 – Não 2 – Sim (não explicou) 3 – Sim, Informação 4 – Sim, Geração de renda 5 - Outros 6 - não sei</p>
<p>24) Quem administra a renda na sua família?</p> <p>() 1 – o marido () 2 – o marido e o(s) filho(s) () 3 – todos em conjunto () 4 – você () 5 – filho / filha / tutor</p>
<p>25) Você tem ____ filhos. Eles foram planejados?</p> <p>1 – sim 2 – não 3 - Alguns sim, outros não</p>
<p>27) Qual o método contraceptivo você utiliza?</p> <p>1 - tabelinha 2 - pílula 3 - DIU 4 - preservativo 5 - outro 6 - esterilização</p>
<p>28) Quando você sai de casa seus filhos ficam:</p> <p>1 - vai (ão) com você 2 - seu marido fica com ele 3 - fica(m) sozinhos em casa 4 - fica(m) com parentes 5 - adultos 6 - sem filhos</p>
<p>29) Como você vê a participação de mulheres ocupando maior visibilidade nos espaços públicos (trabalho, política, sindicatos)?</p> <p>1 – não sei / não conheço 2 – Favorável 3 – Desfavorável 4 - Indiferente</p>
<p>30) Para você o que é mais importante na vida da mulher?</p> <p>() 1 – o casamento () 2 – renda própria / aquisição de bens () 3 – escolaridade () 4 – outros. Quais? () 5 - Todos juntos</p>

33) Que tipo de imóvel possui?

- 1 - não possui
- 2 - motocicleta
- 3 - automóvel
- 4 - caminhão
- 5 - trator
- 6 - outros
- 7 - motocicleta e automóvel

38) Recebe algum tipo de benefício previdenciário?

- 1 – aposentadoria
- 2 – auxílio-doença
- 3 – licença-maternidade
- 4 – pensão INSS
- 5 – nenhum
- 6 – aposentadoria e pensão do INSS

39) Na sua opinião o que é mais importante para uma mulher poder decidir sobre a sua própria vida?

- 1 – ser solteira
- 2 – não ter filhos
- 3 – trabalhar fora
- 4 – participar de atividades fora de casa
- 5 – escolaridade
- 6 – depende da personalidade
- 7 – independente
- 8 – todas as categorias juntas
- 9 – nada disso interfere
- 10 – não ter família (filhos/marido)
- 11 – escolaridade e trabalho



**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL**

**Pesquisa: PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS: fator de
empoderamento para
a mulher?**

Categorização das respostas - Questionário SINDICALIZADAS

10) Como você se sente fazendo parte desse(s) grupo(s)? REPRESENTAÇÕES ACERCA

DO ENVOLVIMENTO COM O SINDICATO

- 1 – se sente bem, se sente feliz, se sente útil
- 2 – me sinto importante / isso me motiva
- 3 – benefício previdenciário/ direitos trabalhistas
- 4 – possibilidade de aprendizagem (explicar na dissertação que essa expressão pode significar várias coisas, que tipo de aprendizagem?)
- 5 – outros

13) Participar do sindicato influencia na sua vida? De que forma?

- 1 – sim (não explicou)
- 2 – positiva
- 3 – benefício previdenciário/ direitos trabalhistas
- 4 – aprendizagem (explicar na dissertação que essa expressão pode significar várias coisas, que tipo de aprendizagem?)
- 5 – apoio / habitação rural
- 6 – compra de terras

15) O seu marido participa do sindicato? De que?

- 1 – não
- 2 – sócio
- 3 – membro de diretoria

16) E você, participa de que?

- 1 – sócia
- 2 – membro de diretoria
- 3 – Associação de mulheres / grupo de mulheres

17) E os seus vizinhos, amigos e parentes participam do sindicato?

- 1 – sim
- 2 – não
- 3 - não sei

20) Você já ouviu algum comentário sobre a sua participação no sindicato? Como assim?

- 1 – nunca
- 2 – sim. Positivamente
- 3 – sim. Negativamente
- 4 – Sim. Ambos

23) Você já foi impedida de participar do STR? Como assim?

- 1 – Não
- 2 – Sim. Família
- 3 – Sim. Transporte
- 4 – Sim. Doença
- 5 – Sim. Outros motivos

24) A participação no sindicato já causou algum tipo de desentendimento na sua família?

- 1 – Não
- 2 – Sim

25) Você já deixou de ir a algum lugar que desejava? Onde? Como assim?

- 1 – Não
- 2 – Sim. Família
- 3 – Sim. Transporte
- 4 – Sim. Doença
- 5 – Sim. Serviço de casa
- 6 – Outros motivos

29) E para sua comunidade, como você vê que pode contribuir?

- 1 – Não
- 2 – Sim (não explicou)
- 3 – Informação
- 4 – Geração de renda
- 5 - Outros

30) Quem administra a renda na sua família?

- 1 - o marido
- 2 - o marido e os filhos
- 3 - todos em conjunto
- 4 - você
- 5 - Outros

31) Você tem ____ filhos. Eles foram planejados?

- 1 – sim
- 2 – não
- 3 - Alguns sim, outros não

34) Quando você vai às reuniões do sindicato, o(s) seu(s) filhos:

- 1 - vai (ao) com você
- 2 - seu marido / companheiro fica com ele(s)
- 3 - fica(m) sozinhos em casa
- 4 - fica(m) com parentes
- 5 - não vai às reuniões do STR
- 6 - filhos adultos
- 7 - sem filhos

36) Depois que você começou a participar do STR notou alguma mudança em você, no seu jeito?

- 1 – não
- 2 – sim. Convívio social
- 3 – sim. Comunicação e expressão
- 4 – sim. Informação / conhecimento / direitos
- 5 – sim. Não explicou
- 6 – sim. Auto-estima
- 7 – sim. Outros

37) Quais dessas opções se enquadra à sua situação após a participação no sindicato?

- 1 - consigo expressar melhor minhas opiniões
- 2 - sou capaz de tomar minhas próprias decisões
- 3 - participo da gestão financeira da família
- 4 - todas as alternativas
- 5 - nenhuma das alternativas

38) Na sua opinião a participação dos homens e das mulheres é igual no sindicato? Como assim?

- 1 – não. Mulheres participam mais
- 2 – não. Homens participam mais
- 3 – sim. Participam iguais / equilibrado
- 4 – não sabe

50) Na sua opinião o que é mais importante para uma mulher poder decidir sobre a sua própria vida?

- () 1 – ser solteira
- () 2 – não ter filhos
- () 3 – trabalhar fora
- () 4 – participar de atividades fora de casa
- () 5 – escolaridade
- () 6 – depende da personalidade
- () 7 – independente
- () 8 – todas as categorias juntas
- () 9 – nada disso interfere
- () 10 – não ter família (filhos/marido)
- () 11 – escolaridade e trabalho



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL**

**PROJETO: “PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS RURAIS:
fator de empoderamento para a mulher?”**

Esta é uma pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, sob responsabilidade da mestranda **Érika Oliveira Amorim** (bolsista CNPq), sob a orientação da Profa. Ana Louise de Carvalho Fiúza.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, li e/ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Concordo com a divulgação de minha fotografia, caso o pesquisador considere relevante para sua pesquisa e sei que também não receberei qualquer quantia por essa divulgação.

_____, ____ de _____ de 2011.

Voluntário

(Entrevistado) _____

Equipe:

Orientador

Pesquisador